



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LAISSE RAFAELA ARRUDA

**GÊNERO E VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: Um Encontro com as
Narrativas das Mulheres no Relatório da Comissão Nacional da Verdade**

**RECIFE/PE
2024**

LAISSE RAFAELA ARRUDA

**GÊNERO E VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: Um Encontro com as
Narrativas das Mulheres no Relatório da Comissão Nacional da Verdade**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Psicologia, do Centro
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE).

Orientador: Dr. Wanderson Vilton Nunes
da Silva.

**RECIFE/PE
2024**

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Arruda, Laisse Rafaela.
Gênero e violência política no Brasil: um encontro com as
narrativas das mulheres no Relatório da Comissão Nacional da
Verdade / Laisse Rafaela Arruda. - Recife, 2024.
118f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, 2024.
Orientação: Wanderson Vilton Nunes da Silva.
Inclui referências.

1. Violência política; 2. Ditadura Militar Brasileira; 3.
Mulheres; 4. Comissão Nacional da Verdade; 5. Despatriarcalização.
I. Silva, Wanderson Vilton Nunes da. II. Título.

UFPE-Biblioteca

Central

LAISSE RAFAELA ARRUDA

**GÊNERO E VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: Um Encontro com as
Narrativas das Mulheres no Relatório da Comissão Nacional da Verdade**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: 19/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wanderson Vilton Nunes da Silva (Orientador – Presidente)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Erika Cecília Soares de Oliveira (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a. Dr^a. Flávia Cristina Silveira Lemos (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Pará - UFPA

À todas as mulheres que ousam desafiar ditaduras.
À minha mãe Juliêta e minha avó Helena.
À Dilma Rousseff, à Marielle Franco, à Ericka Hilton e
Todas aquelas que se fazem presente nos espaços políticos
E que lutam pela conquista e garantia dos nossos direitos.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui os meus agradecimentos às mulheres que compartilharam as suas histórias e experiências com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), reconheço e admiro a coragem e a generosidade imensa de cada uma em revisitar traumas, romper silêncios, lançar luz às sombras da história e possibilitar que brasileiras e brasileiros pudessem ter acesso a outras narrativas sobre o período ditatorial. Que suas trajetórias continuem a inspirar e fortalecer a luta por memória, verdade e justiça.

Agradeço a todas aquelas que, de maneiras diversas, vivenciaram os horrores da ditadura, seja na linha de frente ou no silêncio imposto pelas paredes de suas casas. Às mães que temeram pela vida de seus filhos ou que os perderam nesse período brutal. Às mulheres negras, cuja resistência muitas vezes foi invisibilizada, mas que lutaram incansavelmente, enfrentando as violências de gênero e o racismo estrutural. Às travestis e transexuais que, apesar de apagadas das páginas dos documentos oficiais, sofreram e resistiram bravamente, reafirmando as suas existências.

Não poderia deixar de agradecer também a Marielle Franco, cuja trajetória e legado permanecem vivos como um símbolo de coragem e luta pelos direitos das mulheres, especialmente das negras e LGBTQIA+. À Dilma Rousseff por tudo o que sua presença na política significa, pela coragem e por ter possibilitado a criação da Comissão Nacional da Verdade, que culminou no principal documento histórico de registro das graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar no Brasil. Estendo meu agradecimento às deputadas, prefeitas, vereadoras e demais parlamentares que seguem na política em defesa de nossas existências e liberdades, atuando incansavelmente pelas causas das mulheres. Que as suas vozes, tão necessárias, continuem a abrir caminhos e a fortalecer a nossa luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Com muito carinho agradeço ao meu orientador Wanderson Vilton, pela paciência diante das minhas limitações e acolhimento, por todo o incentivo, encorajamento e principalmente, por não ter me permitido desistir e ter acreditado que eu conseguiria chegar até aqui. Agradeço também pela condução de nosso grupo de pesquisa *Políticas & Sabores*. Aos colegas Erivanderson, Luane, Mariane e Roberto, muito obrigada por todas as trocas e por todas as discussões sobre nossas pesquisas dentro do grupo. Foi tanto conhecimento compartilhado e sem isso, tudo o que construímos ao longo do percurso de mestrado não teria sido possível, inclusive essa dissertação.

Expresso minha profunda gratidão a Flávia Lemos e Erika Oliveira, que acolheram meu projeto de qualificação com sensibilidade, atenção e um olhar generoso. O modo como ambas se dedicaram e contribuíram para o amadurecimento das ideias aqui desenvolvidas foi fundamental para a construção deste trabalho. Suas contribuições não apenas enriqueceram o estudo, mas também me inspiraram a ir além em minhas reflexões, essa dissertação carrega também, um pouco do cuidado e da sensibilidade que ambas me ofereceram.

Os anos de mestrado foram marcados por muitos desafios, não apenas no campo acadêmico, mas principalmente na minha vida pessoal. Ver as pessoas que eu mais amo enfrentarem questões de saúde e por fim, enfrentar eu mesma um processo de adoecimento e diagnóstico as vésperas da conclusão. Nada disso seria possível sem o apoio e principalmente, sem o amor das minhas pessoas, essas com quem divido o cotidiano, as alegrias e as tristezas, que suportaram minhas ausências, apoiaram minhas decisões e me incentivaram a continuar apesar de todas as dificuldades e quando nem eu mesma acreditava mais que poderia. Vocês são o que tenho de mais importante e potente!

Agradeço à minha mãe Juliêta Arruda e minha avó Helena de Brito, as mulheres gigantes, que me criaram e que desde muito cedo me falaram sobre a importância do estudo na vida de uma mulher, me incentivando à independência e à liberdade de escolha. Vocês foram as primeiras revolucionárias com quem tive contato. Lembro de vê-las todos os dias realizando um esforço sem igual, para romper com tantas limitações, para me favorecer o melhor cenário possível e possibilitar caminhos para que eu pudesse ser quem sou hoje. Eu as admiro imensamente, sempre são e nunca deixarão de ser fonte de força e inspiração para mim.

Meu amor, Julianna Arcoverde, sou grata por todo cuidado, afeto e apoio incondicional que você me oferta todos os dias. Obrigada por partilhar a casa, a vida e os desafios dela junto comigo, me fazendo sentir tão amada e acolhida. Ter você na minha vida é o melhor que poderia me acontecer. Juntas a gente pode tanto! Eu te amo imensamente!

Às minhas amigas Brígida Souza e Lorrane Marques. Sem as nossas pausas, choros, risadas e todo suporte, diante de tudo que nos acontece, nada disso teria sido possível. Cada tempo que passo com vocês é muito especial e me fortalece diante das adversidades. Podem sempre contar comigo, vocês são as irmãs que a vida me deu e por isso eu sempre serei grata. À Jakeline Maria, Yury Ferreira, Nando Arruda, Raline Almeida, Hugo Demétrio, Mikaella Nascimento, Tayná Lima, Larissa Tavares, Alan da

Rocha, Kaio César, Ítalo Henrique, João Ricardo, Matheus Melo, Milena Caroline, Marina Austregésilo, Milena Lima, Catarina Nunes, Carlos do Vale e Jardene Soares, obrigada por me presentear com as suas existências, me inspirando, me dando suporte e enfeitando a vida junto comigo. Apesar das distâncias, sempre estarei cheia de saudades e esperando a primeira oportunidade para viver momentos incríveis com vocês!

Agradeço as/os inúmeras/os companheiras/os com quem tive a honra de dividir postos de trabalho e trincheiras de luta, aprendendo e ensinando durante essa jornada na psicologia, no SUS e no SUAS. À todas/os as/os profissionais e usuárias/os que me inspiraram e me fortaleceram, em especial: Wanessa Pontes, Ednalva Maria, Ana Alice Queiroz, Mateus Barros, Franciele Santana, Aída Cecília, Vanessa Natália, Marillya Gabryela, Jailson Santos e Nilton Monteiro.

Por fim, peço desculpas a todas/os aquelas/os que não citei aqui por pura falha da memória, mas que, de alguma forma, deixaram sua marca em minha trajetória. Cada encontro, cada troca e cada palavra de apoio foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. A todas/os, meu mais profundo reconhecimento e agradecimento.

l

Não à toa

*Em cada estátua erguida
e rodovia nomeada
em cada semente transgênica
e armamento importado
uma mulher teve seus lábios costurados
o silêncio bradou revolta
a memória ecoou presente*

a história não comporta acasos

Luiza Romão

RESUMO

Este estudo analisou a construção de discursos sobre a violência política contra as mulheres na ditadura militar brasileira, com foco em como essas violências são apresentadas pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A pergunta central foi: como a violência contra as mulheres na ditadura aparece no relatório da CNV? O relatório foi o principal material de análise, complementado por entrevistas e materiais jornalísticos. O objetivo foi analisar como ele constrói discursivamente essas violências, articulando-se ao legado de resistência das mulheres durante a ditadura. Para isso, buscou-se: (I) problematizar a relação entre democracia e violência política contra as mulheres no Brasil; (II) analisar continuidades e rupturas nessas práticas; e (III) construir diretrizes discursivas para enfrentá-las. A pesquisa apontou a ausência de uma perspectiva interseccional no relatório, especialmente em relação às mulheres negras e suas resistências, questionando como a memória coletiva pode emergir como força transformadora ao reconhecer experiências históricas subalternizadas. Embasadas nas teorias de Michel Foucault e Saidiya Hartman, com as noções de arqueologia, genealogia e fabulação crítica, as análises fortaleceram histórias silenciadas e desestabilizando narrativas hegemônicas. As torturas físicas e psicológicas se destacaram como ferramentas de repressão que, além de marcar as vítimas, impactaram suas vidas pessoais e profissionais. As mulheres foram alvos de violências específicas, relacionadas ao controle do corpo e da identidade de gênero, perpetuando o sistema patriarcal e autoritário. O estudo ressaltou a interseccionalidade das opressões, evidenciando como o biopoder visava subjugar mulheres politicamente engajadas, subalternizando suas trajetórias. Também conectou esses eventos à atualidade, destacando retrocessos democráticos e a urgência de despatriarcalizar o Estado para garantir uma democracia inclusiva e justa.

Palavras-chave: Violência Política; Ditadura Militar Brasileira; Mulheres; Comissão Nacional da Verdade; Despatriarcalização.

ABSTRACT

This study analyzed the construction of discourses on political violence against women during the Brazilian military dictatorship, focusing on how these forms of violence are presented in the National Truth Commission (NTC) Report. The central question was: how does violence against women during the dictatorship appear in the NTC report? The report served as the primary source for analysis, complemented by interviews and journalistic materials. The objective was to analyze how the report discursively constructs these forms of violence, linking them to the legacy of women's resistance during the dictatorship. To achieve this, the study sought to: (I) problematize the relationship between democracy and political violence against women in Brazil; (II) analyze continuities and ruptures in these practices; and (III) propose discursive guidelines to address them. The research highlighted the absence of an intersectional perspective in the report, particularly concerning Black women and their resistance, questioning how collective memory can emerge as a transformative force by recognizing historically subalternized experiences. Grounded in the theories of Michel Foucault and Saidiya Hartman, employing the concepts of archaeology, genealogy, and critical fabulation, the analyses amplified silenced histories and destabilized hegemonic narratives. Physical and psychological torture were highlighted as tools of repression that, beyond marking the victims, profoundly impacted their personal and professional lives. Women were subjected to specific forms of violence tied to the control of their bodies and gender identities, perpetuating the patriarchal and authoritarian system. The study underscored the intersectionality of oppressions, demonstrating how biopower aimed to subjugate politically engaged women, further marginalizing their trajectories. It also connected these historical events to contemporary issues, emphasizing democratic setbacks and the urgent need to dismantle patriarchal structures to ensure an inclusive and equitable democracy.

Keywords: Political Violence; Brazilian Military Dictatorship; Women; National Truth Commission; De-patriarchalization.

RESUMEN

Este estudio analizó la construcción de discursos sobre la violencia política contra las mujeres durante la dictadura militar brasileña, centrándose en cómo estas violencias son presentadas en el Informe de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV). La pregunta central fue: ¿cómo aparece la violencia contra las mujeres en la dictadura dentro del informe de la CNV? El informe fue el principal material de análisis, complementado con entrevistas y materiales periodísticos. El objetivo fue analizar cómo construye discursivamente estas violencias, articulándose con el legado de resistencia de las mujeres durante la dictadura. Para ello, se buscó: (I) problematizar la relación entre democracia y violencia política contra las mujeres en Brasil; (II) analizar las continuidades y rupturas en estas prácticas; y (III) construir directrices discursivas para enfrentarlas. La investigación señaló la ausencia de una perspectiva interseccional en el informe, especialmente en lo relacionado con las mujeres negras y sus resistencias, cuestionando cómo la memoria colectiva puede emerger como una fuerza transformadora al reconocer experiencias históricas subalternizadas. Basándose en las teorías de Michel Foucault y Saidiya Hartman, con las nociones de arqueología, genealogía y fabulación crítica, los análisis fortalecieron historias silenciadas y desestabilizaron narrativas hegemónicas. Las torturas físicas y psicológicas destacaron como herramientas de represión que, además de marcar a las víctimas, impactaron sus vidas personales y profesionales. Las mujeres fueron objetivo de violencias específicas, relacionadas con el control del cuerpo y la identidad de género, perpetuando el sistema patriarcal y autoritario. El estudio resaltó la interseccionalidad de las opresiones, evidenciando cómo el biopoder buscaba subyugar a las mujeres políticamente comprometidas, subalternizando sus trayectorias. Asimismo, conectó estos eventos con el presente, destacando los retrocesos democráticos y la urgencia de despatriarcalizar el Estado para garantizar una democracia inclusiva y justa.

Palabras clave: Violencia Política; Dictadura Militar Brasileña; Mujeres; Comisión Nacional de la Verdad; Despatriarcalización.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
<i>Os caminhos percorridos pela pesquisadora.....</i>	16
1.Os processos metodológicos e a fabulação como exercício crítico-criativo na produção de conhecimento	19
1.1 Material de análise: o relatório da Comissão Nacional da Verdade.....	19
1.2 Construção de dados	24
1.3 Análise dos materiais.....	25
2. A luta pelo direito à vida política: mulheres, tortura e resistência durante a Ditadura Militar Brasileira	32
2.1 A ditadura militar e a produção de corpos torturáveis	33
2.2 “Por que uma mulher está fazendo isso?”: a resistência das mulheres à ditadura militar brasileira.....	46
2.3 O silenciamento das trajetórias das mulheres negras no relatório da Comissão Nacional da Verdade.....	57
2.4 Os usos da maternidade como instrumento de tortura das presas políticas	63
3. O gênero da democracia brasileira: tessituras de um futuro coletivo	71
3.1 A democracia no Brasil: o campo e os estranhamentos sobre o presente ...	71
<i>A questão racial nas discussões sobre democracia no Brasil</i>	<i>81</i>
<i>Sobre generificar a democracia.....</i>	<i>83</i>
3.2 A Ditadura militar e o direito à memória, justiça e verdade.....	86
<i>A Comissão Nacional da Verdade e seu relatório</i>	<i>90</i>
4. Do gênero à despatriarcalização do Estado: uma construção democrática.....	92
4.1 O golpe de Estado que pôs fim ao mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff e as recentes ameaças antidemocráticas.....	92
<i>A democracia como condição para a existência da Psicologia como ciência e profissão no Brasil.....</i>	<i>98</i>
4.2 Desafios e retrocessos na democracia brasileira: a despatriarcalização do Estado como saída	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

As trajetórias das mulheres que resistiram à ditadura militar brasileira estão longe de constituir uma narrativa única e linear. Suas histórias de resistência, tanto no campo político quanto nas esferas mais íntimas, foram permeadas por uma diversidade de experiências e estratégias de luta. Essas vivências, frequentemente moldadas pela violência de gênero, também foram profundamente atravessadas por marcadores como classe social e raça, revelando a complexidade de suas atuações e os desafios enfrentados em diferentes contextos. Durante muito tempo essas mulheres permaneceram à margem da história oficial. Mesmo após uma abertura à essas discussões e ao início de uma produção teórica a respeito, muitas trajetórias permaneceram silenciadas nas narrativas hegemônicas, experiências que foram sistematicamente apagadas.

Essa demora para que suas histórias fossem contadas trata-se de uma questão de estrutura de poder que, ao longo das décadas, marginalizou as mulheres nas narrativas oficiais, deixando suas experiências e vozes à sombra da memória dominante. Essas trajetórias de lutas, marcadas por uma resistência constante ao autoritarismo, só foram lentamente emergindo a partir dos anos 2000, quando as mulheres começaram a ser ouvidas em espaços de memória, como as Comissões Estaduais da Verdade e em seguida pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Brasil, 2014abc).

Ao longo desta dissertação, busquei me debruçar sobre as trajetórias das mulheres que se opuseram ao regime militar, através de uma articulação entre conceitos de Michel Foucault e Saidiya Hartman, busco evidenciar como o enunciado histórico sobre essas mulheres foi construído de forma colaborativa, ao ser produzido juntamente com os testemunhos que surgem dos relatos das entrevistadas pela CNV. Ao adotar essa perspectiva, a dissertação visou superar as limitações de uma história única e reivindicar a multiplicidade de experiências e memórias, reconhecendo que os enunciados sobre o passado se fortalecem e adquirem sentido no momento em que são compartilhados e articulados à pesquisa – no presente histórico em que acontece.

O estudo teve como material principal de análise o Relatório da CNV (Brasil, 2014abc), documento oficial, que investigou e expôs as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura. Para dar robustez à pesquisa e estabelecer conexões com a atualidade, também foram utilizados trechos de entrevistas e materiais jornalísticos, os quais complementaram o material principal e forneceram perspectivas adicionais. O foco esteve na construção discursiva das violências cometidas contra as

mulheres que enfrentaram e resistiram ao autoritarismo. A pesquisa, assim, buscou responder ao seguinte problema: como a violência contra as mulheres durante a ditadura militar brasileira aparece no Relatório da Comissão Nacional da Verdade? A análise questionou em que medida as narrativas ali presentes conseguiram visibilizar – ou se ainda mantêm em silêncio – as marcas deixadas por um passado antidemocrático e autoritário, com foco nas vivências das mulheres.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a construção de discursos sobre a violência política contra as mulheres no Brasil, a partir do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Para tanto, busquei: (I) problematizar a relação entre democracia e violência política contra as mulheres, destacando as contradições históricas entre um contexto formalmente democrático e a perpetuação de práticas que silenciam e oprimem mulheres na vida política brasileira. Em seguida, propus-me a (II) analisar as rupturas e continuidades nas práticas de violência política contra as mulheres, utilizando o relatório como base para visualizar como foram registrados – e em que pontos permanecem lacunas ou omissões. Por fim, o estudo buscou (III) contribuir para a construção de pistas discursivas que orientem o enfrentamento dessa violência no contexto de uma despatriarcalização do Estado brasileiro. Afinal, ao reconhecer as limitações e as dinâmicas de poder presentes nas construções do passado, é possível desafiar narrativas históricas dominantes e vislumbrar possibilidades de justiça, equidade e transformação social.

Pretendi contribuir também para uma crítica à ausência de uma perspectiva interseccional, ou ao menos, próxima dela nos relatos oficiais da Comissão Nacional da Verdade, especialmente no que se refere às mulheres negras e suas formas de resistência ao regime. Ao relampejar essas reminiscências, a dissertação buscou não apenas recontar as histórias de resistência, mas também iluminar as sombras deixadas pela história oficial, trazendo à tona uma memória que, ao ser articulada, se torna uma força capaz de transformar nossa compreensão do passado e suas implicações para o presente.

Para contextualizar o percurso realizado ao longo desta dissertação, me dediquei neste momento a narrar um pouco sobre minha trajetória no mestrado, destacando os encontros e experiências que foram cruciais na delimitação e nas escolhas que fundamentaram o estudo. Esses caminhos, marcados pela busca constante de uma história inclusiva e plural, mostram aspectos do processo de construção da pesquisa e as referências que orientaram o aprofundamento do tema.

Os caminhos percorridos pela pesquisadora

Tomo esse momento como um espaço para narrar os inúmeros caminhos percorridos no decorrer do curso de mestrado, que culminaram nesta dissertação, a qual difere radicalmente do pré-projeto apresentado durante a seleção de entrada intitulado: *Saberes e práticas sobre redução de dados na atuação de psicólogas e psicólogos no agreste Pernambucano*. O referido pré-projeto, surgiu sobretudo da minha atuação nas políticas públicas, experiências enquanto psicóloga junto às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, campo o qual busquei me inserir desde a graduação e pude aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos durante a residência em Saúde Mental e, em seguida, na atuação enquanto técnica social em um programa voltado para o acolhimento de usuários de drogas.

Até a chegada no mestrado, minha trajetória na psicologia, desde a graduação, havia sido pautada na prática profissional, com pouco ou nenhum incentivo à pesquisa e produção acadêmica, uma característica marcante, infelizmente, no ensino superior privado. Resultante desses processos, sempre me enxerguei enquanto profissional da psicologia, numa visão dicotômica, que concebia prática e pesquisa como dimensões distintas e até mesmo opostas. Apesar dos receios e da insegurança, nutria o desejo de aprofundar teoricamente o que até então havia vivenciado na prática.

Os encontros proporcionados pelo mestrado, com o grupo de estudo *Políticas & Sabores*, orientações, diálogos com professores/as, com as avaliadoras do projeto de pesquisa, as disciplinas cursadas, colóquios, eventos, congressos, entre outros espaços, foram transformadores, tecendo a pesquisadora que aqui escreve. Esse percurso de aprendizagem e de trocas, ampliou consideravelmente a minha visão em relação as intersecções entre a prática e a pesquisa, mas não apenas, também me despertou para a reflexão de questões fundamentais como a neutralidade, a parcialidade e a presença de ideologia política na produção científica. Além disso, pude vislumbrar as inúmeras possibilidades epistemológicas para se produzir conhecimento, até então, desconhecidas por mim.

Questionar a imparcialidade na pesquisa foi crucial para reconhecer o lugar da subjetividade, compreendendo que toda ciência é parcial e tem ideologia, como afirma Dona Haraway (1995), autora que debate a intersecção entre feminismo e ciência. Essa *ciência localizada*, termo cunhado por ela, refere-se a perspectiva de que o conhecimento científico é sempre situado em um contexto cultural e histórico, mesmo aqueles saberes

que se dizem sem ideologia, contribuem, de algum modo, com determinado projeto político. Esse posicionamento, contraria o relativismo e o positivismo científico, apresentando enquanto saída os “[...] saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (Haraway, 1995, p. 23).

Em um contexto atravessado por debates interdisciplinares, a ampliação de perspectivas transformou o meu modo de enxergar a produção acadêmica, a prática psicológica, a vida, e essencialmente, a mim mesma, enquanto mulher, branca, bissexual, de classe social baixa, pesquisadora, psicóloga, entre tantos outros marcadores sociais que poderiam ser atribuídos a mim. Esses processos de identificação e de reconhecimento como pesquisadora, me fizeram enxergar de modo mais evidente o meu papel na sociedade e na academia, compreendendo a importância das conexões entre as diferentes lutas políticas e a importância da valorização dos diversos saberes para uma análise mais crítica das questões estudadas.

Durante esse percurso de mestrado, ao passo em que eu me transformava, a pesquisa se transformava junto comigo, outros temas se apresentaram, despertaram o interesse e aguçaram a curiosidade. A cada nova ideia que surgia, em sequência, diálogos com o meu orientador, buscas por materiais acadêmicos, notícias, documentos públicos e o encontro com informações até então desconhecidas, culminavam na delimitação do que veio a se tornar essa pesquisa.

Entre leituras, conversas, a partir também de um posicionamento ético-político prévio e uma crítica do contexto político brasileiro, após três anos de um desgoverno, que, dentre tantos outros absurdos, autorizou e cedeu espaço para a incitação à misoginia e ao ódio contra vários grupos, estive decidida a estudar a relação entre democracia e saúde mental das mulheres.

Em dezembro de 2022, iniciei o levantamento de dados, que pretendia realizar nos arquivos da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), *site* que comporta um acervo bibliográfico e documental, incluindo revistas, jornais, boletins, dentre outros arquivos de domínio público. A busca foi realizada a partir dos seguintes descritores: democracia; internação psiquiátrica; loucura; louca; mulher. A partir dessa pesquisa inicial, os documentos trouxeram novas informações que despertaram a atenção. Percebi que muitos dos materiais encontrados se referiam ou tinham sido confeccionados no período ditatorial e que as internações psiquiátricas de mulheres apareciam nesse contexto e até mesmo como uma decorrência da repressão e da violência de Estado que ocorria na época.

Foi no momento de coleta de dados, que a pesquisa tomou outros rumos. Ao deparar-me com relatos de internação psiquiátrica de mulheres que se opuseram ao governo, que estavam em intenso sofrimento psíquico após episódios de tortura cometidas por agentes do exército brasileiro e até mesmo que faleceram em hospitais psiquiátricos em circunstância não elucidadas, a questão política se sobressaiu. A partir dessa busca no BNDigital, tive contato com arquivos referentes a ditadura militar, dentre eles, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014abc), além de outros documentos das comissões estaduais, instaladas com o objetivo de cumprir a missão da comissão nacional.

O Relatório da CNV, um marco na memória nacional sobre o período antidemocrático brasileiro, emergiu como a principal e mais abrangente fonte de informação sobre o tema, reunindo uma vasta gama de dados e relatos. Esse documento, que será apresentado no próximo capítulo, tornou-se o alicerce principal da análise desenvolvida neste estudo. O contato com suas páginas despertou inúmeras questões, alimentando conversas e orientações, por fim, culminando na banca de qualificação. A partir desse ponto, a pesquisa começou a ganhar novos contornos, mostrando-se cada vez mais viva, pulsante e surpreendente. Entre alegrias e entusiasmos, muitas limitações também surgiram e foram delimitando o que seria ou não possível de realizar. Esse processo, entretanto, não se restringiu à pesquisa em si; ele também refletiu mudanças profundas em mim, tornando este trabalho não apenas uma investigação acadêmica, mas também um testemunho do meu próprio processo de transformação.

1. Os processos metodológicos e a fabulação como exercício crítico-criativo na produção de conhecimento

Este capítulo foi escrito com o intuito de explicitar os procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa, contemplando desde a escolha do tema a ser estudado, aos processos de delimitação dos materiais, de construção dos dados e análise dos documentos coletados.

Apresento também o principal material de análise: o relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), descrevendo como foi realizada a construção de dados para este estudo. Por fim, realizo uma discussão teórica sobre a articulação dos conceitos de arqueologia e genealogia de Michel Foucault e o de *Fabulação Crítica*, de Saidiya Hartman, evidenciando a perspectiva que inspirou a escrita dessa dissertação.

1.1 Material de análise: o relatório da Comissão Nacional da Verdade

Estamos em novembro de 2024, após 60 anos do golpe militar, que ocorreu em março de 1964 e instaurou o governo ditatorial no Brasil. No entanto, as discussões em torno do direito à memória, à verdade e à justiça ainda são incipientes. Dentro do campo político, convivemos com o avanço do conservadorismo e das chamadas ondas revisionistas e negacionistas, que reescrevem a história com o objetivo de negar e minimizar os fatos ocorridos em favor de um projeto antidemocrático, muitas vezes apresentando uma narrativa que nega os fatos históricos e propõe uma revisão da história, por exemplo, quando um determinado grupo social diz que a ditadura militar não existiu.

O revisionismo histórico negacionista não é recente nas discussões no parlamento brasileiro, onde emergem conflitos de ideias em relação ao que foi o período ditatorial. Essas disparidades também se fizeram presentes no momento da criação da CNV, dentre os posicionamentos polêmicos e contra o órgão, destacou-se o do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que em 2011 exercia o seu sexto mandato. A respeito disso, concordo com a hipótese levantada por Pablo Almada (2021):

Jair Bolsonaro expressa, em relação à CNV, uma combinação de diversos elementos do negacionismo que possibilitam a construção de histórias alternativas e colocam em evidência a recusa de 1964 como um golpe, ao culpar a esquerda pela violência do passado, operando um aberto sentido de manipulação dos fatos do passado e seus usos no tempo presente, mantendo a interdição da memória como projeto político (p.2).

Aquele ex-deputado que se colocou contra a criação da comissão e recorrentemente fez falas em favor da ditadura militar, anos mais tarde veio a ser presidente do país, o que permite afirmar que a instauração desse órgão só foi possível naquele momento histórico perante o contexto político específico que o país se encontrava: o final do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva e posteriormente, o primeiro mandato de Dilma Rousseff, uma das vítimas das cruéis práticas de tortura durante o período.

No cenário internacional, conforme informações do 1º volume do relatório da CNV (Brasil, 2014a), mais de trinta comissões como essa já haviam sido instituídas em diversos países para apurar violações de direitos humanos em diversos contextos históricos, políticos, sociais, legais e culturais. Dentre essas, o documento cita o primeiro órgão criado, a Comissão de Inquérito sobre o Desaparecimento de Pessoas na Uganda, país na África Oriental, em 1974 e a Comissão Nacional de Investigação de Desaparecidos, que foi criada em 1982 na Bolívia.

A Agência Câmara de Notícias, canal de informações da câmara legislativa do Brasil, em 2010, na matéria intitulada: *Comissões da verdade existiram em 30 países*¹, cita a Argentina e a criação da Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas, em 1984, defendendo a importância da criação desse órgão e a apresentação de seus resultados como um “direito difuso, de interesse de toda a coletividade” (MACHADO, 2010, p.1).

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar uma Comissão para investigar os fatos ocorridos em governos ditatoriais, no entanto, diferente da maioria dos demais países, aqui, esse órgão não julgou os crimes cometidos. Não se trata da primeira vez em que o país demora a tomar medidas no que se refere a graves violações de direitos humanos ocorridas em seu território. O Estado brasileiro também foi o último país independente a decretar legalmente o fim da escravidão em 1888, com a Lei nº 3.353, sem garantir os meios de sobrevivência necessários à população negra escravizada.

A aprovação da criação da CNV, apesar dos impasses apresentados, representou um avanço no processo histórico de tentativa de consolidação de uma cultura dos direitos humanos no Brasil, na garantia do direito à memória e à verdade, uma vez que, até então

¹ Machado, Ralph. **Comissões da verdade existiram em 30 países**. Brasília, Agência Câmara Notícias, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/140852-comissoes-da-verdade-existiram-em-30-paises/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

poucas iniciativas haviam sido concretizadas no que se refere as questões citadas. É válido mencionar que até o ano de 2009, os documentos referentes ao período ditatorial no Brasil eram sigilosos. O silêncio histórico referente ao que aconteceu durante os anos de chumbo, foi rompido com o projeto Memórias Reveladas², que teve como principal objetivo tornar de domínio público o acesso a esses registros.

Em dezembro de 2009, durante a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, aproximadamente 1.200 dos delegados das conferências estaduais propuseram a criação da CNV, como uma deliberação do evento, tendo por objetivo principal publicar e conferir acesso a toda população brasileira sobre as graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado contra opositores durante a ditadura militar. O então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, pontuou a relevância da criação do órgão, destacando que, o conhecimento desses crimes por parte da população é a base para prevenir a repetição de violações deste caráter no futuro (Brasil, 2014a).

Em janeiro de 2010, já no mandato de Dilma Rousseff, por meio de ato presidencial, foi estabelecido um grupo de trabalho, liderado por Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, com o intuito de elaborar o anteprojeto de lei para a criação da CNV. Integraram o grupo também: Paulo de Tarso, secretário de Direitos Humanos da presidência; Paulo Abraão, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; O consultor jurídico do Ministério da Defesa Vilson Vedana; O presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) Marco Antônio Rodrigues Barbosa e Paulo Sérgio Pinheiro, enquanto representante da sociedade civil (Brasil, 2014a).

O projeto de lei aprovado instituiu a CNV por meio da Lei 12.528, de novembro 2011. Oficialmente a comissão foi instalada pela presidenta em cerimônia no Palácio do Planalto em 16 de maio de 2012. No que se refere a sua composição:

A CNV, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.528/2011, esteve integrada por sete brasileiros designados pela presidenta da República, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos. Foi inicialmente composta pelos membros Claudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos.

² BRASIL. **Banco de dados memórias reveladas**. Brasília, Ministério da Justiça, 2009-2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

Com a renúncia de Claudio Lemos Fonteles, em setembro de 2013, sua vaga foi ocupada por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP. Registre-se, ainda, que, por conta de problemas de saúde, Gilson Langaro Dipp se afastou da Comissão e não participou do período final de suas atividades (Brasil, 2014a, p. 21).

De acordo com as informações obtidas no primeiro volume do relatório da CNV (2014a) as atividades desse órgão temporário iniciaram em 2012 e foram concluídas em 2014, com a entrega do relatório. A comissão dedicou-se ao exame e esclarecimentos das graves violações de direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, sobretudo com foco nos crimes cometidos durante a ditadura militar no Brasil, que se estendeu de 1964 à 1985.

Na realização do levantamento documental, os/as conselheiros/as encontraram dificuldade para acessar informações referentes ao período de ditadura junto as forças armadas, sendo necessário valer-se da Lei 12.527/2011, de acesso à informação, o que foi determinante para os trabalhos da comissão. Concomitantemente a instituição da CNV, ocorreu a criação de comissões setoriais da verdade, estaduais e municipais, em todo o território nacional, afim de reunir o máximo possível de informações relevantes. Outras instituições, como sindicatos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foram cruciais nessa tarefa, conforme é relatado nas primeiras páginas do 1º volume do relatório (Brasil, 2014a).

Ao longo do seu período de atuação, a CNV contou com um conjunto de consultores, assessores e colaboradores voluntários. Os/as 7 conselheiros/as, que estiveram à frente da Comissão, realizaram, dentre outras atividades, a busca por documentos, a realização de audiências públicas e o diálogo com a sociedade, sendo responsáveis também pela elaboração do relatório final. O documento produzido apresenta as atividades realizadas, a descrição dos fatos examinados, conclusões e recomendações, sendo dividido em três volumes.

O *primeiro volume*, contém dezoito capítulos, subdivididos em cinco partes, escritos coletivamente pelos/as conselheiros/as, abordando desde a criação da comissão aos aspectos gerais da ditadura, como as práticas de perseguição e prisão de opositores, torturas, assassinatos e desaparecimentos (Brasil, 2014a). A partir da leitura deste volume, que contém 976 páginas, é possível explicitar de modo geral o que foi a CNV, as atividades realizadas e as instituições e pessoas que colaboraram com o levantamento de informações. O relatório também oferece uma contextualização histórica da política

no Brasil, de 1946 a 1988. Desse modo, a leitura permitiu tornar visíveis aspectos ainda insuficientemente discutidos sobre o período ditatorial no Brasil, bem como o acesso aos relatos das vítimas e as recomendações apresentadas pelo órgão ao fim de suas atividades.

Quadro 1 – Divisão das partes e dos capítulos no Volume I do Relatório da CNV

PARTES	CAPÍTULOS
I - A Comissão Nacional da Verdade	1. A criação da Comissão Nacional da Verdade 2. As atividades da CNV
II - As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos	3. Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988 4. Órgãos e procedimentos da repressão política 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior 6. Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor
III - Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas	7. Quadro conceitual das graves violações 8. Detenções ilegais e arbitrárias 9. Tortura 10. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes 11. Execuções e mortes decorrentes de tortura 12. Desaparecimentos forçados
IV - Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores. O judiciário.	13. Casos emblemáticos 14. A guerrilha do Araguaia 15. Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos 16. A autoria das graves violações de direitos humanos 17. O Judiciário na ditadura
V – Conclusões e recomendações	18. Conclusões e recomendações

Fonte: Elaborado pela autora.

O *segundo volume* do relatório apresenta textos temáticos, escritos por conselheiros/as da Comissão de forma mais independente, no entanto, com o respaldo de outras pessoas, como consultores, assessores e pesquisadores externos. Esse volume, de 416 páginas, explicita ao leitor o contexto ditatorial e suas repercussões para grupos específicos, sendo os grupos abordados: militares, trabalhadores, camponeses, cristãos, povos indígenas, universitários e homossexuais. Os dois últimos capítulos tratam da sociedade civil no contexto da ditadura, sendo o texto 8, a respeito daqueles que colaboraram com o governo e o texto 9 sobre a resistência dos civis nesse contexto (Brasil, 2014b).

Quadro 2 – Divisão dos capítulos no Volume II do Relatório da CNV

TEXTOS	TÍTULOS
1	Violações de direitos humanos no meio militar
2	Violações de direitos humanos dos trabalhadores
3	Violações de direitos humanos dos camponeses
4	Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs
5	Violações de direitos humanos dos povos indígenas
6	Violações de direitos humanos na universidade
7	Ditadura e homossexualidades
8	Civis que colaboraram com a ditadura
9	A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos

Fonte: Elaborado pela autora.

Inteiramente dedicado às vítimas, reunindo histórias de vida e as circunstâncias de falecimento de 434 pessoas, mortas e desaparecidas, dentre elas, 47 mulheres, o *terceiro volume*, com 1996 páginas, tem um enorme significado histórico e foi escrito conjuntamente pelos conselheiros. Não há subdivisões em capítulos, mas sim 434 tópicos sequenciados, onde cada um deles trás as circunstâncias de morte e identificação de cada uma das vítimas. Através das atividades da CNV e das demais comissões e instituições que participaram do processo de levantamento de informações, documentos e relatos, foi possível responsabilizar o Estado por mortes que, oficialmente, havia atribuído outras causas ou mesmo o sumiço/desaparecimento.

1.2 Construção de dados

A construção de dados ocorreu a partir do relatório da CNV, documento de domínio público, disponibilizado no *site*³ do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Foi realizada uma busca nos três volumes do relatório com os seguintes descritores: democracia; militância; mulher. A escolha por esses descritores se deu pela relação com os objetivos de pesquisa e com as questões relativas à construção dos discursos sobre a violência política contra as mulheres no relatório da CNV.

³ <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>

Foram destacados nos documentos trechos em que apareceram os descritores escolhidos e em seguida, realizada uma leitura atenta desse material, no intuito de selecionar os fragmentos que apresentavam relação com os objetivos do estudo. Além dos três volumes do relatório da CNV, que assumiram uma centralidade na construção de dados, também foram utilizados trechos de entrevistas e de outros materiais jornalísticos que conseguimos acesso através de buscas específicas na internet ou por indicação de amigos, professores/as, etc. Essas buscas foram realizadas sem o uso de descritores pré-definidos, mas guiadas por acontecimentos ou fatos que demandavam aprofundamento e informações recentes.

Os materiais foram encontrados principalmente por meio do mecanismo de pesquisa Google e priorizaram fontes reconhecidas e de ampla circulação nacional, como os portais G1, Folha de São Paulo e El País Brasil. A seleção considerou materiais que complementassem as informações do relatório da CNV, especialmente no que tange a episódios de violência política contra as mulheres e suas trajetórias de resistência. Foram descartados textos que apresentavam informações irrelevantes, incompletas ou que não traziam contribuições substanciais para a análise.

Adicionalmente, algumas fontes chegaram à pesquisa por meio de indicações de colegas, professores/as e amigos/as que conheciam o tema e sugeriram materiais alinhados aos objetivos deste estudo. Essa abordagem flexível e direcionada permitiu reunir um conjunto diverso de dados, que enriqueceram as análises das dinâmicas de violência e resistência das mulheres durante a ditadura militar brasileira e principalmente, contribuíram para uma conexão com o presente.

1.3 Análise dos materiais

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (Benjamim, 1987, p. 224).⁴

As análises dos materiais foram inspiradas no diálogo entre os referenciais teóricos de dois autores: Michel Foucault (1987, 2003, 2010) e Saidiya Hartman (2020), mais especificamente a partir das noções de arqueologia e genealogia foucaultianas e do

⁴ Benjamin, Walter. O surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia. In: Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas; v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

conceito de *Fabulação crítica* da pesquisadora de história cultural e professora de Letras e Literatura Comparada Saidiya Hartman (2020). Essa articulação possibilitou um exercício metodológico interessante, uma vez que ambos autores compartilham do interesse em tornar visíveis histórias submersas, desafiar narrativas hegemônicas e transgredir fronteiras disciplinares. A partir disto, foi possível realizar uma análise que reconhece o poder das narrativas históricas e dominantes, ao mesmo tempo em que recupera e reimagina as vozes que foram silenciadas.

Procurei analisar as condições históricas, sociais e discursivas que formaram o documento analisado. Seguindo algumas pistas, busquei: a) a identificação do contexto histórico de produção do relatório da CNV; b) quais condições permitiu sua criação; c) a problematização das formações discursivas, bem como, as relações de poder implícitas, ao reconhecer as rupturas e descontinuidades nos jogos discursivos ao longo do texto. Esse processo se desenvolveu em diálogo com as entrevistas das mulheres para à CNV, ao encontrar com suas experiências, construindo um enunciado que se fortalece justamente nesse encontro, onde suas histórias ecoam e desafiam o presente.

Os conceitos de arqueologia e genealogia, ou *arqueogenealogia*, embora distintos, operam conjuntamente na pesquisa com a finalidade de abordar as complexidades das dinâmicas entre a produção de discursos, os jogos de poder e as práticas sociais. Desse modo, se fez fundamental para pensar as relações de poder e de construção de saberes presentes na sociedade, que permitem a continuidade das práticas de violência política contra as mulheres, a hierarquização entre os gêneros e a construção de estratégias de normalização e controle utilizadas para punir mulheres que ultrapassam os limites do que nos é determinado socialmente.

Na obra *A arqueologia do saber*, Foucault (1987) argumenta que a história é atravessada por rupturas e descontinuidades que não obedecem a um fluxo contínuo. Destaca que as continuidades históricas são, na verdade, o resultado de um esforço desses saberes em criar uma narrativa universal, que apague e silencie outras perspectivas que possam questioná-la ou abalar esse ordenamento. Ao abordar essas regras de formação dos discursos e como elas se moldaram ao longo do tempo, o autor ratifica que, o documento não se resume a um instrumento de memória, se apresentando como uma forma de história clássica, adotando uma narrativa linear e progressiva, com o propósito de favorecer estruturas fixas e ressaltar uma única narrativa ou um discurso hegemônico, de modo que este pareça verdadeiro.

Foucault (1987) também tece uma crítica em relação à busca pela origem e linearidade de um evento, admitindo que, o acontecimento se faz a partir de inumeráveis começos, desse modo, rompe-se com as relações de causalidade, que visualizam o presente como uma consequência direta do passado.

Foucault (2010) no livro *Em defesa da Sociedade*, afirma que a genealogia desempenha uma crítica aos efeitos de saber e poder advindos dos discursos dominantes. Nesse sentido, o autor concentra-se especialmente nas questões relacionadas ao poder, concebendo o saber como o resultado do conflito entre diversas forças.

As leituras do relatório da CNV a partir dos objetivos desse estudo, me colocaram diante de relatos de extrema violência cometidas por agentes do Estado contra mulheres, escancarando as práticas de perseguições, torturas, assassinato e ocultação de cadáveres. Desse modo, mobilizaram afetos como a tristeza, angústia e indignação, posso afirmar que, os encontros com essas descrições das violências são impactantes.

Numa busca por alternativas teóricas que possibilitassem a ampliação da vida, prezando pela não reprodução da violência, valorizando o exercício crítico e criativo, no contexto de uma escrita acadêmica, o conceito de *Fabulação Crítica*, da escritora e acadêmica norte-americana Saidiya Hartman (2020) evidenciou-se como um caminho. Seguindo a proposta ética e metodológica almejada por esse estudo. Embora não tenhamos realizado uma fabulação crítica propriamente, o conceito permitiu espaço para um exercício imaginativo servindo como inspiração teórica e metodológica para a escrita. Desse modo, complementando as análises ao propor uma ética de pesquisa que pretende um exercício imaginativo, que vai além das limitações impostas pelos documentos históricos oficiais, me permitindo construir essas histórias junto com as mulheres.

Os estudos de Saidiya Hartman (2023) são voltados para a vida de pessoas que, em geral, não aparecem na história hegemônica ou quando isso acontece, aparecem nos arquivos oficiais a partir de curtas descrições ou apenas quantificações, mais especificamente, a autora trabalha com a vida de mulheres negras escravizadas. Hartman (2023) une pesquisa documental e imaginação, não menos embasada em fatos e desse modo, ela consegue atravessar o tempo passado e estabelecer conexões entre essas existências e outros processos históricos.

Em entrevista fornecida para Iara Biderman e Paula Carvalho, da *Revista quatro cinco um*⁵, Saidiya Hartman (2023) deixa evidente o seu compromisso em contar histórias

⁵ Birdeman, Iara; Carvalho, Paula. Revista quatro cinco um, 2023. **Cuidadora de histórias**: Saidiya

de vida, imaginar existências consideradas pequenas e uni-las com a macro-história. Esses discursos hegemônicos que a história oficial apresenta, embora componham o levantamento de dados nas pesquisas de Hartman, em seguida cedem espaço a outras produções discursivas, que tem por intuito fornecer a essas mulheres, já falecidas e esquecidas, uma forma de reparação e de compensação, que talvez seja a única que irão receber.

Ao pensar a respeito do relatório da CNV (Brasil, 2014abc) em sua formalidade, característica dos arquivos, percebemos que as histórias de vida são apresentadas de modo breve e com carência de aprofundamento. Em minhas leituras encontrei histórias de mulheres plurais, dentre elas, mães, trabalhadoras, ativistas, estudantes, religiosas, camponesas, indígenas, mulheres negras, lésbicas, dentre outras tantas identidades e a todas elas, dedico esta pesquisa e as mais exigentes práticas de reparação histórica, direito à memória, verdade e justiça.

A atuação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi crucial no que se refere ao reconhecimento das mortes e desaparecimentos como responsabilidade do Estado. A inclusão desses acontecimentos no relatório da CNV foi crucial no que se refere ao direito à memória e à verdade (Brasil, 2014b). Foi através desse arquivo que tive contato com mulheres que lutaram contra o governo ditatorial, o que dificilmente aconteceria por meio das grandes mídias e dos livros de história do Brasil. No entanto, essas histórias de vida, que compõem o 3º volume do relatório produzido pela comissão, onde são apresentadas as pessoas mortas e desaparecidas, não ultrapassa três páginas. Cada pessoa é citada e em seguida é apresentado brevemente uma identificação: nome, filiação, organização política a qual pertencia, data e local de nascimento e de morte, além disso, os textos do relatório contemplam muito mais uma descrição das violências, que as histórias de vida das pessoas, visto seu objetivo.

Essa brevidade com que as histórias de vida são apresentadas me despertou a atenção, remetendo ao texto *A vida dos homens infames*, de Foucault (2003), que convida a pensar sobre o modo como nos encontramos com essas histórias consideradas menores nos grandes arquivos “vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (p. 203). O relatório da CNV (Brasil, 2014abc) é também um documento público, produzido

Hartman fala do seu método de pesquisa e de escrita e fala suas impressões sobre o Brasil. Disponível em: [Quatro Cinco Um: a revista dos livros - Cuidadora de histórias: uma entrevista com Saidiya Hartman](#). Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

pelo mesmo Estado que promoveu a violência que interrompeu a vida dessas mulheres, impedindo-lhes de escrever suas próprias histórias.

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. (Foucault, 2006, p. 210).

As questões acima mencionadas, tornaram-se pauta de conversas informais e orientações com a minha parceria de escrita, o professor e orientador de pesquisa Wanderson Vilton Nunes da Silva, que apontou as narrativas como uma alternativa teórico-metodológica que nos abriria espaço para um *exercício histórico-imaginativo-conspiratório* de articulação dos tempos passado-presente-futuro, “a narrativa produzia-se como um intercessor capaz de articular agência em nosso texto” (Wanderson da Silva, Simone Maria Hüning, Neuza Guareschi, 2020, p. 5).

Por essa via, a literatura e as artes efetivam uma função importante, pois viabilizam a confecção de afetos e afecções com os quais podemos construir políticas de pesquisa, retomando o texto científico como produtor de dados e também de intervenção na realidade mediante condições para o planejamento, a assertividade de práticas e outras relações de poder com o que queremos conhecer e governar. O aspecto performático que o texto assume na perspectiva de conhecimento que apresentamos refaz a composição entre estilo narrativo, fragmentariedade, subjetivação e produção de conhecimento (Wanderson da Silva, Neuza Guareschi, Simone Hüning, 2020, p. 165).

Mas, como construir narrativas a partir desse arquivo, do relatório da CNV, que pouco aprofundou a respeito das histórias de vida e peculiaridades dessas mulheres? A partir desses diálogos, emergiu a decisão de investir na *Fabulação crítica* (Hartman, 2020) como guia para compor junto com os discursos das mulheres entrevistadas pela CNV.

Hartman (2020), em seus estudos, apresenta como proposta a contação de histórias que forja, através de uma proposta indisciplinar, outras vias de existência para além da violência dos arquivos e do apagamento que é promovido pela história hegemônica ao reduzir esses corpos à quantificação da morte em dados. Desse modo, a autora considera também, que o valor de uma história reside, principalmente, na visualização de como a nossa época encontra-se presa a épocas passadas, o que se relaciona diretamente com as nossas pretensões nesta pesquisa, uma vez que visualizamos uma atualização da misoginia e do patriarcalismo no contexto político presente.

A indisciplina, compreendida como ruptura na ordem disciplinar, possui um potencial de movimentação e criação que promove desestabilização das assimetrias, da ordenação, dos esquadrinhamentos e hierarquias que perpetuam a mesmidade no campo psi. Agregar indisciplina como condição de invenção é conceber o conhecimento como processo de construção, abertura para a diversidade, para o desconhecido e para os saberes não oficiais. Esta consideração implica primeiramente a recusa de um valor-neutro entre ciência e cultura, numa produção dialógica de realidades, sujeitos e conhecimentos. (Hüning, Guareschi, 2008, p. 53).

Dada a realidade de crescentes ameaças antidemocráticas nos últimos dez anos, ratifico que, há uma urgência por justiça e memória, para que, na contramão dos acontecimentos mais recentes, se volte a insistir no fortalecimento dos valores democráticos, compreendendo as diferentes identidades e que o Estado Democrático de Direito deve ser experienciado por todas, todes e todos. A justiça social só será possível através da reparação histórica, da memória e da verdade acerca da ditadura militar e de outras violências historicamente situadas, que vem sendo atingidas pelas ondas revisionistas e negacionistas, que tem pretendido o apagamento e a distorção dos fatos em prol de um projeto necropolítico⁶, como aponta Seligmann-Silva (2022).

Ana Maria Colling (1997), estudiosa dos temas voltados à história das mulheres, feminismos, gênero, discurso e poder. Em seu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, problematiza a construção de uma verdade histórica contada pelos homens, que tratou de ofuscar a luta das mulheres na defesa da democracia durante o período, descaracterizando-as enquanto sujeitas históricas e participantes dos jogos de poder vigentes na época. Trata-se também de um apagamento da trajetória dessas mulheres como sujeitas políticas, silenciadas e vítimas do Estado à época e atualmente do memoricídio. Dessa forma, foi imprescindível que a dissertação também assumisse uma perspectiva feminista.

Enquanto autora venho construindo a partir das minhas vivências e leituras essa perspectiva feminista e busquei dialogar principalmente com o conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (2005), no entanto busquei priorizar escritoras brasileiras, como Carla Akotirene (2018) para pensar a interseccionalidade no contexto político e social do Brasil e no decorrer das análises, mulheres que atuaram contra o governo no período ditatorial, como Ana Maria Colling (1997), Cecília Coimbra (2001), Maria Amélia Teles (2015) e Sueli Carneiro (2003).

⁶ A necropolítica, termo cunhado por Achille Mbembé (2018), se refere ao uso do poder político e social, principalmente por parte do estado, como modo de determinar, através de suas ações ou da ausência delas, quem deve morrer ou viver.

Dessa forma, nessa dissertação tive por pretensão escrever junto com essas mulheres, construir um enunciado colaborativo, que só ganha força e autenticidade nesse diálogo. Esse é um compromisso com uma história indisciplinada, que recusa a neutralidade e questiona as hierarquias do conhecimento, abrindo-se a novas formas de ser e saber. O que emerge é uma narrativa que não apenas resgata as vozes dessas mulheres, mas as integra em uma nova produção de memória, que se constrói, se atualiza e encontra resistência frente às ameaças contemporâneas ao direito à memória e à democracia.

2. A luta pelo direito à vida política: mulheres, tortura e resistência durante a Ditadura Militar Brasileira

Este capítulo foi inspirado e escrito a partir do contato com histórias de vida atravessadas pela violência de um Estado, o mesmo que se apresenta como responsável pela proteção e promoção dos direitos fundamentais, bem como pela garantia do acesso à justiça e ao bem-estar social da população. No entanto, também é esse sistema que institucionaliza a tortura e banaliza a morte de determinados grupos de pessoas em nome de uma suposta proteção de outras.

Compartilho no decorrer de quatro tópicos, os resultados de uma análise realizada a partir do relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Brasil, 2014abc), um importante documento de memória elaborado por representantes do Estado brasileiro. O relatório reflete um longo período de vinte e um anos em que se buscou eliminar uma variedade de opiniões em prol de um discurso único.

A ditadura militar no Brasil foi instaurada por meio de um golpe em 31 de março de 1964, resultando na deposição do presidente João Goulart e na implantação de um governo autoritário que perdurou até 1985. Este período foi marcado por um aparato de repressão que normalizou o autoritarismo, a censura, as violações de direitos, a tortura, o desaparecimento e o assassinato de mulheres e homens que se opuseram ao Estado patriarcal, ditatorial e violento, representado pela figura dos militares.

Dentre as questões apontadas pela comissão, a tortura se destacou como a face mais cruel e absurda do período, evidenciada pela extrema violência física e psicológica empregada nessas práticas. A tortura institucionalizada e aceita como método para obtenção de informações, era realizada dentro de instituições públicas, como prisões e delegacias. As aproximações com essa realidade me despertaram alguns questionamentos: Como foi possível que uma significativa parte dos civis que apoiaram a ditadura naturalizassem as práticas de tortura? Como as mulheres chegaram à militância política neste período? Por quais motivos a eliminação da militância comunista era tão almejada pelos militares? De que forma essas violências atingiram as mulheres?

Neste estudo, busquei analisar a construção de discursos sobre a violência política contra as mulheres durante a ditadura militar no Brasil, a partir do relatório da CNV (Brasil, 2014abc). Meu objetivo é compartilhar e discutir descobertas, como as particularidades das violências cometidas contra mulheres, além de apontar ausências

percebidas, como o silenciamento das trajetórias das mulheres negras na elaboração desse documento.

Um entendimento que emergiu a partir desse contato é que, mesmo após sessenta anos do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil, as mulheres continuam a vivenciar as permanências e reconfigurações dos dispositivos de poder que marcaram aquele período. A cada parágrafo escrito, tornam-se evidentes as semelhanças entre o passado e o presente, mostrando como as práticas de exclusão e silenciamento persistem, impedindo-nos de inscrever nossas próprias histórias nos regimes de verdade que estruturam a memória coletiva. Essa continuidade evidencia que o poder não se extingue, mas circula e se rearticula, moldando corpos, subjetividades e narrativas.

Durante a construção de dados para essa pesquisa, destaquei passagens relevantes nos três volumes do relatório da CNV, empregando os descritores: mulher, militância e democracia. Nas próximas seções, analisarei e discutirei o conteúdo encontrado à luz das contribuições teóricas de autoras e autores como Foucault (1978, 1979, 2010 2012), Maria Amélia Teles (2015), Ana Maria Colling (1997), Carla Akotirene (2018), entre outras/os. Os dados encontrados consistem, sobretudo, em testemunhos de mulheres que vivenciaram a ditadura militar na condição de opositoras ao governo.

2.1 A ditadura militar e a produção de corpos torturáveis

Tinha muito esquema de tortura psicológica, ameaças. [...] ‘Você fica aqui pensando, daqui a pouco eu volto e vamos começar uma sessão de tortura.’ A pior coisa é esperar por tortura [...] (Dilma Vana Rousseff in: Brasil 2014a, p. 376).

Esse trecho é um relato de Dilma Rousseff sobre as experiências de tortura que sofreu durante a ditadura militar no Brasil. A menção à tortura psicológica ressalta como as pessoas presas eram submetidas não apenas à violência física, mas também a uma forma insidiosa de sofrimento mental. A expectativa da tortura, essa aflição que antecede a dor física é, em si, uma forma de torturar, que pode ter efeitos devastadores. Esse tipo de relato é crucial para entender a extensão da repressão durante a ditadura militar no Brasil e a gravidade das inúmeras violências cometidas por agentes repressores.

As práticas indiscriminadas de censura, ameaça, perseguição, prisão, os métodos de tortura, assassinato e ocultação de cadáveres por parte de agentes estatais, policiais e militares, foram parte inerente de um governo autoritário, exercido com extrema violência contra grupos opositores. A tortura das pessoas que foram presas, aparece como a face

mais aterrorizante da ditadura que se instaurou no Brasil após o Golpe Militar de 1964, de acordo com os depoimentos de sobreviventes fornecidos a CNV (Brasil, 2014a).

As perseguições de que fui vítima me abalaram física e emocionalmente por muitos anos e atrapalharam minha vida profissional. Perdi empregos e possibilidades de emprego graças à ação do DOPS e da Polícia Federal; tive de trabalhar clandestinamente, sem carteira assinada, tive perda auditiva, meus pais se desgastaram muito na tentativa de me proteger (Jussara Martins Albernaz in: Brasil, 2014a, p. 388).

Jussara relata as profundas marcas deixadas pela tortura e perseguição sobre as vidas daquelas/es que se opuseram ao regime ditatorial. Suas palavras revelam não apenas a dor física resultante da violência sofrida, mas também as consequências duradouras na esfera emocional e social. A perda de empregos, o isolamento forçado e o desgaste familiar são apenas algumas das cicatrizes invisíveis que acompanham as/os sobreviventes. Essa violência foi parte de uma engrenagem sistemática que buscava destruir a vida, a identidade e o futuro de quem fosse enquadrado como inimigo.

A tortura foi um recurso amplamente utilizado pelos agentes de segurança do Estado com algumas justificativas, como a obtenção de informações relevantes, que os levassem à captura de mais pessoas de grupos políticos opositores, ou mesmo com a finalidade de punição. Nos órgãos de repressão era “[...] como se, para seus agentes, a tortura fosse o meio para alcançar o sucesso das operações, como se os fins justificassem todos os meios, para além de qualquer dimensão ética” (Brasil, 2014a, p. 136). Nesse contexto, policiais e militares, mais que trabalhadores com determinadas funções a cumprir, seguiam uma ideologia autoritária, o *patriotismo* – definido como amor pelo país e dever de protegê-lo - que embasava a missão de eliminar uma suposta ameaça ou grupo inimigo, representados pela militância comunista (Brasil, 2014a).

A partir de um cenário em que uma série de violências foi praticada contra cidadãos e cidadãos, especialmente durante as prisões políticas, com as vítimas sob tutela do Estado, o uso legitimado da tortura suscita uma questão importante: Como foi possível que tamanha brutalidade fosse cometida por instituições cuja função primordial deveria ser a proteção e a garantia da segurança da população?

Essa contradição central revela a forma como o poder foi manipulado para justificar a violência. A tortura, uma prática condenada internacionalmente por ser considerada uma violação dos direitos humanos, tornou-se, no contexto da ditadura militar, um instrumento político de repressão. A legitimação dessas práticas mostra como

o aparato estatal foi utilizado para silenciar dissidências, não apenas por meio da força física, mas pela criação de um ambiente de medo e insegurança contínuos.

Os dezoito anos que antecederam o golpe militar de 1964 foi um período de intensa instabilidade na política interna brasileira e fragilidade da tão almejada democracia, que, embora formalizada na Constituição de 1946, rastejava no que se refere a uma consolidação. Essa democracia tropeçante, caminhou junto ao fortalecimento de uma polícia que, absorvendo o pior do histórico violento e escravista brasileiro, acreditava-se detentora de um poder que os permitia tudo, inclusive as mais cruéis práticas de violência (Brasil, 2014a).

A Constituição de 1946 garantiu a livre formação de partidos, proibindo apenas àqueles contrários à democracia. No entanto, atendendo a uma demanda das elites políticas do país com a justificativa de tentativa de desestabilização da ordem vigente, em 1947 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi reconhecido como ilegal após votação ocorrida no Tribunal Superior Eleitoral. A medida levou a cassação de todos os mandatos do PCB.

Em 1950 Vargas foi eleito presidente da república, o que foi questionado pelo Partido Democrático Brasileiro (PDB), reconhecido pelo conservadorismo. As contestações dos resultados das eleições só findaram ante a declaração pública da legalidade das eleições por parte de dois influentes generais do exército (Brasil, 2014a). Desse modo, é possível reconhecer que o militarismo já exercia grande influência sobre a política brasileira.

As relações de proximidade entre o exército brasileiro e os Estados Unidos da América (EUA), já vinham se fortalecendo desde a 2ª Guerra Mundial, quando os soldados dos dois países dividiram as trincheiras. Ideologias como o nacionalismo econômico e o anticomunismo fortaleciam essa aliança. Nesse contexto, as Forças Armadas indicavam uma certa autonomia institucional, operando como uma articuladora do poder Executivo e não como subordinado, conforme previsto na Constituição. No decorrer de dois mandatos, o governo de Vargas passou a ser ameaçado pelo exército, primeiro através de um pedido de *impeachment*, em seguida com manifestos que exigiam a renúncia do presidente o que possivelmente motivou o seu suposto suicídio em 1954 (Brasil, 2014a).

Após o governo Vargas, Juscelino Kubitschek assumiu o cargo a partir da realização de eleições diretas e governou “convivendo com movimentos conspiratórios, tensões permanentes no meio militar e, pelo menos, duas pequenas rebeliões” (Brasil,

2014a, p. 92), apesar de acusações de corrupção e afinidade com o comunismo, apresentou certa estabilidade política. Esse foi um dos poucos presidentes que conseguiu concluir o seu mandato na história da democracia brasileira. O feito pode ser atrelado a ausência de iniciativas que interferissem nos interesses dos grandes latifundiários.

Importante situar que o início do século XX, havia certa efervescência política, em grande parte, devida a um sistema político baseado nos grandes latifundiários que tinham baseado na propriedade agrícola e pecuária seu poder político. Era o que chamamos de *coronelismo*, que atuava a partir do que historicamente nomeou-se como *currais eleitorais*, por onde exerciam seu poder.

Coronelismo é a expressão usada para definir a estrutura de poder das oligarquias agrárias no período do fim do Império e do começo da República. A patente de “coronel” dos grandes proprietários rurais vem de sua participação na Guarda Nacional, criada em 1831 para enfrentar os conflitos do período da Regência. Durante o segundo Reinado, a guarda é mantida, e é ela que assegura a ordem interna, com a ação de tropas particulares. Com a República, a corporação é extinta, mas os coronéis mantêm o poder em suas terras e também nas áreas de suas influências.

Com a instituição do regime representativo e a ampliação do direito de voto, os coronéis usam seu poder para controlar a votação e a apuração, elegendo os candidatos que mais agradam às oligarquias regionais. Em troca do voto, são oferecidos favores como botina, enxada e emprego público. Os eleitores concentrados nessas áreas constituem os “currais eleitorais”. A prática só começa a mudar a partir dos anos 1930 e 1940, com a urbanização e a industrialização. (Almanaque Abril, 2013, p. 317)

Vale destacar que naquele período, a política café com leite (Minas Gerais, São Paulo e até mesmo o Rio de Janeiro, por ser capital do país no período) indicava a força política das oligarquias agrárias o que desagradava algumas forças políticas em emergência, especialmente entre os militares que falavam em retomar a moralização da política, a vigência das liberdades democráticas, o capital nacional, o reforço das forças militares, tudo isto com apoio da classe média e setores da elite brasileira.

Deste modo, o país esteve embebido por uma série de revoltas nesse início do século XX e com outras contraturas culturais e populares também, como a Revolta da Chibata (1910); Revolta de Juazeiro (1911); o violento conflito social no Contestado (1912-1916), área disputada entre Santa Catarina e Paraná; As Revoltas Tenentistas (1922-1927); Semana de Arte Moderna (1922); Rebelião Tenentista (1924); Coluna Prestes (1924-1927). E em 1930 ocorre o que alguns historiadores chamam de Revolução de 1930 com a derruba do presidente Washington Luís e o fim da República Velha com Getúlio Vargas levado ao poder (Almanaque Abril, 2013).

A Era Vargas, como ficaram conhecidos os dois períodos sob governo de Getúlio Vargas, durou quase 20 anos: primeiro período 1930 a 1945; segundo período 1951 a 1954. Importante destacar que em todos esses processos políticos da primeira metade do século XX e início da segunda, estava montado um cenário político de golpes, deposições e imposições autoritárias que influenciou a criação de constituintes e da formulação de cinco Constituições Federais ao longo do século XX no Brasil, inclusive durante a Ditadura Militar através dos Atos Institucionais, abrindo e fechando congresso para alterar a Constituição⁷.

Segundo historiadoras, especialmente Lilian Schwartz e Heloísa Starling (2015), quando o poder foi tomado pelos militares, a partir de 1964, houve uma centralização do poder no âmbito executivo, extinção de partidos políticos e do direito à liberdade de expressão. A pena de morte foi instituída para alguns, além da censura, a intervenção militar, restrições ao direito de greve, fechamento do congresso e do Supremo, extinção de partidos políticos, essas foram algumas das restrições abarcadas pela Carta de 1967.

A eleição de 1960 empossou como presidente Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro e apoio do Partido Social Democrático (PTB-PSD) como seu vice, significando grandes divergências políticas e ideológicas. Jânio exerceu seu mandato por um curto período de tempo, renunciando em agosto de 1961. De acordo com a Constituição em vigência, João Goulart prontamente assumiria o cargo, o que desagradou militares e civis aliados ao conservadorismo, que contestaram a sua posse e ensaiaram um Golpe de Estado, que apesar de não ter obtido sucesso, infelizmente se concretizou três anos após, com a instauração da ditadura em 1964 (Brasil, 2014a).

No dia em que deveria ocorrer a sua posse, João Goulart estava na China, em uma missão comercial a pedido de Jânio e o país amanheceu com o poder ocupado por três ministros militares, que declararam estado de sítio, argumentando o impedimento de manifestações públicas desfavoráveis, numa tentativa de estabelecer uma censura e silenciar as manifestações da oposição. Em meio a essa tentativa de golpe, surgiu a nomeada Campanha da Legalidade, mobilizada por civis e militares que defendiam a posse de Goulart e o manifesto de um marechal, repudiando a tentativa de golpe e desconsideração pela Constituição (Brasil, 2014a).

⁷ O Brasil teve ao todo sete Constituições Federais desde a de 1824, a saber: 1) Constituição de 1824; 2) Constituição de 1891; 3) Constituição de 1934; 4) Constituição de 1937; 5) Constituição de 1946; 6) Constituição de 1967; 7) Constituição de 1988.

Segundo os líderes do golpe, João Goulart era um agente da subversão no país, perigoso para a segurança nacional, abertamente identificado com o comunismo internacional. Em um regime presidencialista como o brasileiro, no qual o chefe do Executivo possuía um grande poder discricionário, sua posse seria fatalmente um veículo desagregador da ordem e da segurança nacional (Brasil, 2014a, p. 94).

A posse de João Goulart ocorreu em setembro de 1961 e seu governo foi marcado por uma multiplicação das atividades sindicais, movimentos sociais e greves de trabalhadores do setor industrial. A sindicalização avançou também nas áreas rurais, onde se reivindicava por reforma agrária. Em meio a dificuldades financeiras, como a alta inflação, o governo tentou solucionar as questões a partir do Plano Trienal, que rapidamente fracassou, principalmente por não obter respostas favoráveis de investidores e credores dos EUA (Brasil, 2014a).

O governo de Goulart foi um período marcado por uma ampliação das discussões em torno do tema da gestão do país. Nas organizações populares, nos partidos, no parlamento e demais espectros políticos, discutia-se teses e propostas para o Brasil, havendo também trocas de insultos na imprensa nacional. Essas manifestações eram vistas como balbúrdia, desafio às autoridades e normas sociais por parte significativa dos militares e também de civis (Brasil, 2014a).

Em meio a tensões, na data 13 de março de 1964 Goulart discursou para 150 mil pessoas na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e dentre as pautas apresentadas, seguindo algumas prerrogativas, anunciou reformas como a desapropriação de terras, o que foi considerado o estopim do golpe. “Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB)” (Brasil, 2014a, p. 97). Em 31 de março, iniciou-se o envio de tropas militares ao Rio de Janeiro, na época, capital do país. O presidente nesse momento reconheceu a incapacidade de se opor ao militarismo e o golpe aconteceu, algumas horas após a tomada do poder, o presidente norte-americano reconheceu e exaltou o novo governo.

O golpe efetivado radicalizou o poder militar no cenário político nacional, estabelecendo um regime autoritário e centralizado, que restringiu as liberdades civis e perseguiu opositores, sob a justificativa da subversão de uma ordem. Mas que ordem era essa? A contextualização do período democrático que durou de 1946 à 1964 e sobreviveu em meio às constantes ameaças, demonstra não só a notória continuidade da influência

do exército sobre as decisões políticas, mas também o fortalecimento de narrativas moralistas e conservadoras em torno de temas como a militância comunista, a corrupção, a atuação dos movimentos sociais e sindicalistas, mas não só, estendendo-se também aos debates sobre a família e os papéis sociais de gênero, o que teve uma repercussão direta sobre as experiências das mulheres durante o período, como explicito mais adiante, nos próximos tópicos desse capítulo.

O mote principal do golpe foi a proposta de uma revolução e novas perspectivas de futuro, que mais se assemelhavam a uma desesperada tentativa de dar continuidade a um conservadorismo em vistas de ser superado. No entanto, segundo os representantes militares a manutenção de estruturas enraizadas na cultura brasileira, como o patriarcalismo, traduzia os anseios da Nação brasileira. Dentre promessas como as de avanço econômico e financeiro, constava a de reestabelecer a moral do país (Brasil, 2014a). Em meio a essa construção discursiva militarizada, forjou-se a representação da figura inimiga da moral conservadora e da segurança interna de um país em desordem: a subversão, que precisava ser combatida a qualquer custo e se materializada nos corpos das pessoas subversivas, que poderiam ser perseguidas, punidas, torturadas e até mesmo eliminadas.

Em material de ensino formulado por Carlos Alberto Brilhante Ustra para os cursos da Escola Nacional de Informações (EsNI), explica-se que as operações de neutralização deveriam ser especialmente agressivas quando lidassem com o que chamavam de “subversão”. Preservar a vida dos militantes não era algo com o que se preocupar nessas operações e, tampouco, policiais e militares não precisavam justificar suas ações, se a contraparte fosse um opositor do regime. Havia orientação para que os agentes tomassem cuidado com pessoas inocentes, transeuntes, no curso de ações violentas (Brasil, 2014a, p. 141).

É possível concluir que, as ações repressivas, não eram apenas o resultado direto de atitudes e decisões dos agentes de segurança, mas primordialmente, recomendações oficiais, precisamente fornecidas pelos órgãos estatais de repressão a policiais e militares. Alguns dos documentos produzidos pelo exército no período ditatorial apresentavam técnicas para perseguir, abordar, interrogar, torturar e até mesmo matar opositoras/es, servindo como uma cartilha de base e orientação para execução das práticas de violações de direitos humanos (Brasil, 2014a).

A produção de verdades que justificava a violência de Estado não surgiu apenas após o golpe militar de 1964, mas foi paulatinamente construída ao longo de anos, alimentada por discursos de medo, controle social e moralidade. Antes mesmo da ditadura, essas construções discursivas já preparavam o terreno para o combate a grupos

e pessoas consideradas subversivas, ou seja, aquelas que desafiassem a ordem estabelecida ou representassem uma ameaça à estrutura de poder, compreendidas também no que chamamos hoje de pautas de costumes⁸, sustentadas pelo conservadorismo e pelo que chamavam de moralização da política. Esses discursos tinham como objetivo criar uma narrativa que legitimasse a repressão e a eliminação desses indivíduos, associando-os à desordem, à imoralidade e ao perigo.

Esses discursos, amplamente disseminados e naturalizados, cumpriram o objetivo de criar uma justificativa ideológica e moral para a repressão, associando tais indivíduos à desordem, à imoralidade e ao perigo iminente. Essa lógica perversa permitiu que práticas de extrema violência fossem realizadas sob a pretensa legalidade e sob o disfarce de defesa da ordem pública. A retórica de segurança nacional, que previa o uso de qualquer meio necessário para eliminar a subversão, foi fundamental para consolidar o aparato repressivo do Estado durante a ditadura. A violência foi não apenas tolerada, mas promovida como um mal necessário, uma forma de cura contra a ameaça comunista, conforme revelado por diversos relatos de tortura e abuso. A perseguição a opositores do regime, portanto, não foi uma anomalia no sistema, mas parte essencial de um projeto político e jurídico cuidadosamente construído para manter o poder e a ordem estabelecida. Nesse contexto, o absurdo ocorria sob o manto da legalidade, como exposto por Rosa Cardoso em seu relato:

Na 2ª Auditoria Militar, revejo os dois juízes togados, dr. Nelson Machado e dr. José Paiva, orquestrando ali o discurso da mentira e da sórdida justificação do injustificável. Eles encarnaram a figura do profissional do direito que por identificação ideológica ou oportunismo político coloca-se a serviço do ditador de plantão. Dos que ora negam, ora relativizam, ora fecham os olhos ao uso e abuso da violência. Na fala destes juízes a tortura deslizava da negação débil ou ardilosa à afirmação de um direito de torturar para salvar inocentes da contaminação das ideias ou das práticas letais terroristas. A tortura era um mal necessário para a produção de um bem coletivo: a segurança da sociedade. A tortura era um pequeno desconforto no mar de vantagens que a segurança gerava (in: Brasil, 2014a, p. 323).

Rosa Cardoso, que atuava como advogada de presos políticos, revela como o judiciário, em vez de frear os abusos, tornou-se cúmplice da violência institucionalizada. As esferas judiciais, que deveriam, em tese, garantir a justiça, minimizava a tortura e a colocava enquanto um desconforto necessário. Ao descrever sua experiência na 2ª

⁸ Para compreender um pouco mais sobre o que tem significado a expressão “pauta de costumes” ler [Pauta de costumes? | Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#) e/ou [Pauta de costumes revela como guerra cultural é central para o radicalismo direitista. Entrevista especial com Ben Cowan - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#).

Auditoria Militar, ela expõe como os juízes togados, dr. Nelson Machado e dr. José Paiva, atuavam como instrumentos dessa engrenagem repressiva, utilizando o direito como uma ferramenta de legitimação da violência. A ditadura, assim, construiu um sistema em que a brutalidade era não só aceita, mas justificada como parte essencial de um projeto de preservação violenta da ordem e do poder. Eles encarnaram o tipo de profissional que, por identificação ideológica ou oportunismo político, se colocava a serviço do regime ditatorial, seja negando, relativizando ou fechando os olhos diante dos abusos e da tortura. Na fala desses juízes, a tortura deslizava de uma negação ardilosa para a sua justificação, sob o argumento de que seria um mal necessário para salvar a sociedade de um mal maior — a subversão ou o terrorismo.

Essa prática de eliminação das pessoas subversivas em prol de uma ordem e moralidade, radicalizada e institucionalizada na ditadura, pode ser discutida através da análise das práticas de poder e saber na sociedade, em uma perspectiva foucaultiana. Foucault (1979) subverteu o sentido tradicional de poder, estático e concentrado em uma única instância, numa grande estrutura como o Estado ou em um grupo específico. O poder não é apenas uma força repressiva, mas existe enquanto força capilar, que permeia todos os níveis da sociedade, circula por meio das instituições, discursos e saberes, moldando comportamentos e crenças (Foucault, 1979). Sob essa perspectiva, a construção de verdades pode ser vista como parte de uma complexa rede de práticas de poder e saber que atravessam a sociedade.

Na obra *História da sexualidade I: A vontade de saber*, Foucault (2012) explicita as práticas de poder e saber a partir do conceito de poder disciplinar que, opera concomitantemente com o de biopolítica, compondo o que ele nomeou de biopoder, ou poder sobre a vida. Como ferramenta conceitual, o biopoder é fundamental para a análise das condições de possibilidade que legitimaram práticas de violação dos direitos humanos durante a ditadura militar brasileira, ao evidenciar como o controle sobre vidas e corpos foi articulado às estratégias de poder do regime.

Na teoria clássica da soberania, o poder centrava-se no Soberano, que tinha o direito de decidir sobre a morte e a vida dos seus súditos e assim, “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la.” (Foucault, 2012, p. 128). No advento da época clássica, houve uma mudança significativa e esse modo de operacionalização do poder, que passou a ser apenas mais uma, dentre

outras que se estabeleceram, que já não tinha por finalidade decretar a morte, mas sim gerir e proteger as vidas. Me pergunto: quais vidas?

O poder disciplinar incide sobre o corpo individual, embora a finalidade seja universalizar o corpo social e opera por meio das instituições reguladoras, como as escolas, hospitais, prisões, a polícia e o exército e aparelhos de Estado, que garantem a conservação das relações de poder hierarquizadas. O cerne da biopolítica está em distinguir a população que precisa ser protegida daquela que precisa ser combatida: a ameaça (Foucault, 2010). Antes mesmo da ditadura ser instaurada no Brasil, o contexto já revelava a existência dessas duas categorias.

Para Foucault (2012), o biopoder é um poder que tem como pretensão conduzir os modos de vida tanto individualmente como em seu caráter coletivo e populacional, a fim de forjar, em certos grupos e indivíduos, corpos dóceis, economicamente úteis e subservientes. O reestabelecimento da ordem e da moralidade, principais pontos de argumentação para justificar o governo ditatorial (Brasil, 2014a), apresentava por objetivo final a proteção de um grupo considerado inocente. Esse grupo se compunha daqueles considerados dignos de vida, e por fim, necessitados do amparo do Estado: homens cisgêneros, brancos, heterossexuais, cristãos, e também, suas mulheres, compreendidas enquanto propriedade deles, de acordo com uma hierarquia de gênero. Deste modo, tinha-se em total vigor um argumento eugênico, higienista e teratológico típico do ambiente científico e político das primeiras sete décadas do século XX (Lobo, 2015). Tratava-se não somente de um argumento político, mas de toda uma tradição político-científica que coadunava com o período e pensamento nazista, de guerra fria, do positivismo científico daquele período, culminando em um discurso de eliminação ideológica de vidas e corpos, a partir da ideia de que tais vidas, pensamentos, corpos, costumes, etc, incrementariam o que chamavam de degenerescência da espécie: aqui interseccionam-se biológico e cultura, genética e costumes, dicotomias fundamentais de um mundo polarizado pela guerra fria.

Como afirma Lilia Lobo (2015), “era preciso, então, identificar os degenerados” (p. 51). Ora, a autora referia-se criticamente aos pobres, escravos e deficientes, denunciando o pensamento eugenista do final do século XIX e início do XX, especialmente com Morel e depois com Cesare Lombroso e a sua frenologia, que associava a criminalidade a traços físicos corporais, havendo, segundo esses autores italianos, uma correspondência entre o corpo e os estigmas da alma. Por tanto, para esses

autores, o corpo constituía-se como um espelho da alma, bastava estudar e conhecer suas regras para dominar sua linguagem.

Os espelhos da alma já não eram tão evidentes; seria preciso adotar métodos mais eficientes para investigá-la, buscar outros indícios nos testes de inteligência, inicialmente, e, depois, nos de personalidade. O controle mais refinado das condutas para a composição de corpos úteis a produção industrial, que no início do século começava a ter franco desenvolvimento no Brasil, acabou por identificar-se à sabedoria popular que havia muito ensinava: “quem vê cara não vê coração”.

Contudo, se esses novos instrumentos de avaliação foram válidos para o controle disciplinar e preventivo, não o foram para controle repressivo-policial dos comportamentos da maioria da população: permanece até hoje a velha fórmula lombrosiana e racista do criminoso nato e da monstruosidade incurável dos degenerados. (Lobo, 2015, p. 57).

Neste sentido, podemos destacar como o pensamento científico e político da época associaram-se de forma efetiva para construir uma atmosfera perigosa para aqueles/as que pudessem indicar uma monstruosidade física ou comportamental, um risco para a sociedade dita conservadora dos costumes e das moralidades. Conforme Cecília Coimbra (2001), tais construções científicas nas ciências humanas dos séculos XIX e XX constituem os pobres, negros e periféricos como “classes perigosas”⁹.

Foucault (1988) já assinalava que, a partir do capitalismo industrial, quando emergem as sociedades disciplinares, as classes dominantes já não se preocupam, como antes, somente com as infrações às normas cometidas pelos sujeitos, mas também com o que eles poderiam vir a infringir. Ou seja, o controle não será somente sobre o que se é, mas também sobre o que se poderá vir a ser; sobre as virtualidades, enfim, Tal dispositivo estará presente em todas as histórias de exclusão e marginalização que marcam o mundo ocidental a partir do século XIX.

Em nosso país, que traz como herança mais de 300 anos de escravidão, considerada à época como fato natural, o controle das virtualidades exercerá um papel fundamental na constituição de nossas subjetividades.

A própria ciência que emerge no século XIX, na Europa, justifica os fundamentos da escravidão por intermédio de suas teorias racistas. (Coimbra, 2001, p. 83).

Ana Maria Colling (1997) relatou que, após a instauração do golpe em 1964, os militares no poder trataram de confundir e misturar “acusações de subversão com insinuações de imoralidade, para garantir a adesão da classe média conservadora,” (p. 39). Correlações deste tipo fortaleciam o apoio de parte dos civis e garantiam a confiança

⁹ Para saber mais sobre classes perigosas, consultar o livro de Cecília Coimbra intitulado Operação Rio: o mito das classes perigosas (2001). O conceito aparece pela primeira vez em livro de Alberto Passos Guimarães em 1981, no livro As classes perigosas: banditismo urbano e rural, pela Edições Graal. Recentemente o livro foi relançado pela Editora da UFRJ.

dessa população perante as ações e medidas tomadas pelo Estado. A militância de esquerda, ou comunista, já vinha sendo atrelada à subversão, à desordem, à homossexualidade, à deturpação de valores patrióticos e papéis designados para cada gênero, sendo compreendida principalmente como uma ameaça ao modelo de família tradicional, um significativo argumento dentro de uma lógica conservadora que se via ameaçada pela insurgência de movimentos sociais que questionavam tais valores (Brasil, 2014a). Mais que isso, essa militância, ameaçava grandes estruturas como: o poder autoritário dos militares, dos grandes proprietários rurais e o sistema patriarcal.

No momento em que a ditadura militar foi instaurada no Brasil, o contexto era de uma ascensão de embates políticos e sociais, que abarcavam, dentre outros temas, o papel das mulheres na sociedade. O conservadorismo, antigo conhecido, rivalizava com novas concepções que o interrogavam e apontavam outras possibilidades de exercício da vida pública e da sexualidade. Mulheres que compunham os movimentos sociais reivindicavam para si o espaço político, e assim, tomavam espaço em um lugar destinado aos homens, a arena política, expressando “[...] a vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história.” (Colling, 1997, p. 48).

Maria Amélia Teles (2015), destacou que, entre as décadas de 1960 e 1970 mudanças sociais alteraram os modos de organização da sociedade brasileira e a vivência das mulheres. A expansão capitalista e do setor industrial provocou mudanças drásticas no mercado de trabalho: a impossibilidade de concretização da reforma agrária, intensificou o êxodo rural de uma população jovem e pobre, que precisou deixar suas famílias para se inserirem nas grandes cidades sem as devidas condições de moradia e subsistência; a redução do número de filhos, possibilitada pela descoberta da pílula anticoncepcional; e a necessidade de obtenção de mais escolaridade conforme novas exigências proferidas pelo mundo do trabalho, modificaram as relações entre os gêneros, alterando dinâmicas de vidas.

As mulheres foram as primeiras a sentir essas mudanças. Sem as suas famílias por perto, com novas relações sociais, as mulheres obtiveram uma relativa independência, ainda que, muitas vezes, de forma compulsória e não consciente. O crescimento do mercado de trabalho e o achatamento salarial levaram as mulheres a buscarem o trabalho remunerado (Teles, 2015, p. 1005).

As possibilidades de vivenciar a sexualidade, tendo diminuídas as chances de uma gravidez indesejada, levou a uma drástica diminuição das taxas de natalidade, o que não necessariamente pode ser visto como uma conquista de todas as mulheres. O uso de

métodos contraceptivos envolvia riscos desconhecidos por ainda estarem em fase experimental e, por isto, foram largamente utilizados, de forma indiscriminada, na população pobre e negra para identificar riscos, efeitos colaterais, etc (Teles, 2015). O uso descontrolado de métodos anticoncepcionais experimentais nessas mulheres, identifico como sendo mais uma dentre as inúmeras tecnologias do biopoder, dessa vez exercida como uma ferramenta de controle racial.

Com a redução da natalidade, a precarização dos salários, das condições trabalhistas e o crescimento desenfreado do capitalismo, houve um aumento da participação das mulheres nos espaços de trabalho, escolarização e profissionalização. Algumas dessas mulheres, adentraram em organizações clandestinas da esquerda, iniciaram a prática da militância e o exercício da resistência contra grandes sistemas de poder estatais: “houve mulheres que se integraram às guerrilhas urbanas e rurais, outras participaram de ações políticas, como a organização e manutenção da imprensa clandestina e a distribuição de material impresso [...]” (Teles, 2015, p. 1007-1008).

Nesse contexto de mudanças, as conquistas que vinham sendo obtidas pelas mulheres, no encontro com a instauração de um regime autoritário, tornaram-se uma ameaça ao patriarcado. A repressão militar foi sustentada por uma lógica que misturava moralidade conservadora com a defesa da ordem pública, o que permitiu a justificação do uso de tortura em uma sociedade marcada pela escravidão. Nesse contexto, o poder estatal passou a operar dentro de uma política de controle e submissão, algo que Foucault (2012) analisa ao discutir o biopoder – um poder que se justifica na proteção de uns em detrimento da eliminação de outros.

A análise foucaultiana nos permite entender que essas práticas de poder e saber não se restringiram apenas ao período da ditadura, mas continuam a influenciar as formas de controle social e político até os dias de hoje. O que fora produzido como verdade naquele contexto serviu para legitimar um regime violento e autoritário, e seus efeitos podem ser observados nas estruturas de poder que persistem, com resquícios dessas lógicas de repressão e exclusão, ainda presentes em instituições e discursos contemporâneos. É importante analisar como as ideias de gênero marcaram a experiência de repressão. As mulheres militantes representavam para o militarismo duas ameaças: a oposição política e a transgressão das normas de gênero. A repressão delas, portanto, tomou outros significados, resultando em experiências diferentes daquelas vivenciadas pelos homens, o que será abordado no tópico a seguir.

2.2 “Por que uma mulher está fazendo isso?”: a resistência das mulheres à ditadura militar brasileira

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”. (Izabel Favero in: Brasil, 2014a, p. 400).

No trecho extraído da entrevista à CNV (Brasil, 2014a), Izabel relata como se sentiu durante sua prisão em 1970, trazendo também uma frase que ouviu de um militar nesse período e dessa forma, deixa evidente o caráter misógino e patriarcal das práticas de tortura durante o período ditatorial. A jovem professora, que coordenava um grupo de militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) junto com o seu companheiro, revela que, além da violência física e psicológica, as mulheres militantes enfrentavam um tipo de violência simbólica, diretamente vinculada à sua condição de gênero. Essa violência é materializada nas ofensas que visam desqualificá-las enquanto mulheres e, ao mesmo tempo, como cidadãs e militantes. A partir disso, é possível apontar ligeiramente os sentidos atribuídos a atuação política das mulheres pelos operadores e defensores do regime ditatorial, que abordarei ao longo desse tópico.

Gostaria de assinalar como esse testemunho reflete algumas das relações entre poder, gênero e disciplina abordadas por Michel Foucault (1978). As frases entre aspas sugerem um julgamento que vai além da vida política e questiona a performance de gênero da militante. A intenção era disciplinar, fazer com que a mulher, por meio da tortura e da violência verbal, fosse reencaminhada para os papéis sociais considerados apropriados. Diferente do que muitas mulheres relataram, não foi possível identificar ao longo dessa pesquisa situações em que homens tiveram suas participações, em sindicatos ou movimentos sociais, questionadas em virtude do fato de ser homem. O julgamento das condutas, bem como a atribuição de identidades ilegítimas às militantes evidenciaram essas diferenças de tratamento baseadas numa hierarquização do gênero que considera o masculino superior e condena mulheres que performam uma feminilidade que subverte características essenciais à manutenção dessa estrutura de poder.

Antes de adentrar nas discussões com os dados obtidos, é pertinente uma breve reflexão sobre a categoria gênero e para isso gostaria de trazer algumas perspectivas: como a da historiadora Joan Scott (1986, 2012) e a própria definição de *gênero* do relatório da CNV (Brasil 2014a). No início do capítulo intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, o Relatório da CNV

apresenta a seguinte definição:

Gênero pode ser definido como grupos de seres que têm caracteres iguais e as relações pelas quais esses mesmos grupos se constituem mutuamente; gramaticalmente, refere-se à flexão que diferencia o sexo dos seres. Também pode ser conceituado como a qualidade do masculino ou feminino, definida a partir de uma elaboração que envolve aspectos sociais, culturais e biológicos. Embora as palavras *gênero* e *sexo* tenham o sentido do estado de ser homem ou mulher, elas são usadas de forma ligeiramente diferente: *sexo* tende a ser utilizado em referência às diferenças biológicas enquanto *gênero* refere-se às diferenças culturais ou sociais. É possível dizer, portanto, que *gênero* refere-se aos atributos, comportamentos, características de personalidade e expectativas associados ao sexo biológico de uma pessoa por determinada cultura, sendo construído e apreendido durante o processo de socialização ou, mais propriamente, representando uma combinação de determinantes biológicos e culturais. Gênero é, portanto, uma construção sociocultural que obedece a especificidades contextuais e temporais – o que equivale a dizer que as relações sociais de gênero criam normas de masculinidade e feminilidade que funcionam de forma compulsória sobre todos os indivíduos. Tais normas não constituem escolha individual, mas são reafirmadas e atualizadas na interação social entre homens e mulheres, expressando-se nos corpos e na construção das preferências e nos planos de vida. Identidade de gênero, por sua vez, refere-se ao sexo em que cada indivíduo reconhece a si mesmo (Brasil, 2014a, p. 401).

No trecho apresentado a questão é abordada de forma descritiva e gramatical, numa busca por diferenciar gênero de sexo. O gênero é entendido como uma construção cultural, enquanto o sexo diz respeito à diferenciação biológica. O trecho destaca como o gênero é socialmente construído com base em atributos, comportamentos e expectativas associados ao sexo biológico. Embora também reconheça o gênero como uma construção sociocultural, o foco dado a ele está nas normas que regulam masculinidade e feminilidade e como essas normas são internalizadas por meio do processo de socialização.

Longe de adquirir um significado único e estável, o termo *gênero* têm sido alvo de disputas políticas desde a sua adoção por pensadoras feministas da Inglaterra e dos Estados Unidos na década de 1970. As suas discussões buscaram pensar as estruturas de dominação que organizam as relações entre homens e mulheres, além de desnaturalizar as desigualdades que são vistas como inatas. Nesse sentido, o conceito de gênero permitiu que feministas questionassem a separação entre o público e o privado (Scott, 2012). O gênero, portanto, não é apenas um reflexo das diferenças biológicas, mas um mecanismo de manutenção de hierarquias e legitimação de práticas de exclusão e violência. O gênero é um conceito econômico, portanto, atrelado à gestão do poder, ao cálculo ínfimo de poder e de seu uso.

Os significados atribuídos ao termo "gênero" são diversos, e inúmeras/os pensadoras/es poderiam ser convocados para refletir sobre essa categoria. No entanto, opto por seguir a perspectiva de Joan Scott, que se destaca por sua crítica profunda e engajada nas ciências sociais e humanas. No seu artigo - *Os usos e abusos do gênero*, Scott (2012) discute as implicações do uso do conceito, destacando que ele pode ser tanto uma ferramenta analítica poderosa quanto uma armadilha, caso seu uso seja despolitizado ou descontextualizado. Ela argumenta que o gênero não deve ser visto como uma categoria fixa, estática ou natural, mas como uma construção social intimamente ligada às dinâmicas de poder.

Em um de seus textos mais influentes, *Gênero: uma categoria útil de análise*, Scott (1986) propõe que o conceito de gênero seja utilizado como uma ferramenta analítica central para entender as relações de poder e as dinâmicas sociais em diferentes contextos históricos. Ela rejeita a visão essencialista do gênero como algo fixo e biológico, argumentando que é uma construção social moldada por fatores políticos, culturais, econômicos e históricos. A autora também argumenta que as diferenças são produzidas e reproduzidas através de discursos, símbolos e representações culturais. As narrativas históricas e culturais, os mitos, as leis e as tradições desempenham um papel importante na naturalização dessas diferenças e na manutenção das desigualdades.

Ao introduzir essa perspectiva crítica, Scott (1986, 2012) oferece um modo de entender como o gênero molda tanto a experiência individual quanto as grandes estruturas sociais e políticas. Sua análise é particularmente relevante para quem de algum modo estuda a história das mulheres e como as estruturas de poder influenciam as suas vivências.

As diferenças entre as compreensões da historiadora e daquela que encontramos no relatório da CNV indicam abordagens distintas da categoria de gênero. A definição encontrada no relatório da CNV (Brasil, 2014a) destaca a dinâmica de socialização e o papel do gênero na conformação de identidades e comportamentos, enquanto Scott (1986, 2012) oferece uma análise crítica voltada para o estudo das relações de poder, com foco também na intersecção entre gênero e outras formas de dominação, como raça e classe.

Essa visão é crucial para minha dissertação, nesse momento em que analiso como o gênero determinou as formas específicas de violência sofridas por mulheres durante a ditadura militar brasileira. A abordagem crítica de Scott (2012) é especialmente relevante, pois permite uma análise que vai além da mera distinção entre o masculino e o feminino como categorias biológicas ou culturais. A autora mostra que o gênero, ao ser enraizado

em relações de poder, organiza e sustenta hierarquias sociais e políticas, o que, no contexto da ditadura, se reflete nas práticas de repressão e violência direcionadas às mulheres.

Portanto, ao longo desta dissertação, utilizarei a concepção de gênero de Joan Scott (2012), que não só desnaturaliza as diferenças de gênero, mas também oferece uma lente crítica para analisar como essas diferenças foram mobilizadas politicamente para justificar e perpetuar violências e exclusões durante a ditadura militar.

Essa escolha também se justifica diante dos ataques e distorções ao conceito de gênero, sobretudo na arena política. No Brasil, o termo também é alvo de intensas disputas, influenciando até mesmo o cenário eleitoral. Durante a campanha presidencial que resultou na eleição de Jair Bolsonaro, o termo ideologia de gênero¹⁰ foi utilizado de forma descontextualizada como estratégia política, com acusações falsas, como a criação do *kit gay*¹¹. Esse uso distorcido do conceito reforça a importância de mantermos uma definição crítica e historicamente fundamentada, como a de Scott (2012), para evitar a banalização do termo e garantir que ele continue mostrando as dinâmicas de opressão e desigualdade.

A partir da definição de gênero proposta por Joan Scott (2012), podemos analisar as violências específicas vividas pelas mulheres, não apenas como resultado de sua oposição política, mas também como uma punição por desafiar as normas de gênero da época. Muitos dos relatos presentes no Relatório da CNV evidenciam a sobreposição entre repressão política e de gênero, como é possível identificar no testemunho de Maria Aparecida Costa:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te... Pelo

¹⁰ No contexto brasileiro o termo ganhou notoriedade em 2014, quando o Ministério da Educação tentou incluir temas como educação sexual, diversidade de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação. Essa proposta enfrentou forte oposição de grupos conservadores, especialmente liderados por setores religiosos e pelo movimento Escola sem Partido, que consideravam o tema inadequado para o ambiente escolar. Após protestos, o PNE foi aprovado sem referências a gênero ou orientação sexual. Desde então, tornou-se um ponto de discussão política, frequentemente associada a pautas de esquerda e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Politize!. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? Disponível em: www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

¹¹ O “kit gay” foi um termo pejorativo usado por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018 para se referir ao projeto “Escola sem Homofobia”, criado para combater a homofobia nas escolas. Bolsonaro e seus apoiadores alegavam que Fernando Haddad, ex-ministro da Educação e candidato adversário, teria distribuído materiais de educação sexual inadequados para crianças pequenas como parte do projeto, o que mais tarde foi desmentido pelo Tribunal Superior Eleitoral, que classificou essa acusação como mentira. Mesmo assim, o termo “kit gay” alimentou temores e críticas sobre o debate de gênero nas escolas, sendo usado para mobilizar setores contrários a essa pauta. Politize!. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? Disponível em: www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras (in: Brasil, 2014a, p. 404).

Ao narrar sua experiência nas dependências da Oban¹², durante a sua prisão em 1969, Maria Aparecida reflete sobre como o simples fato de ser mulher atrai um tipo específico de olhar e atitude por parte dos homens ao redor, sugerindo que o gênero intensifica a hostilidade e a desqualificação enfrentada. Essa experiência de ser observada com desdém ou raiva é um exemplo claro de como as relações de poder são influenciadas por construções de gênero, em um contexto predominantemente masculino e hostil.

Presente no título deste tópico, a expressão utilizada por Maria Aparecida *Por que uma mulher está fazendo isso?* é o que mais chama atenção no trecho destacado, por visibilizar um grande incômodo com a presença de mulheres no contexto político. É possível identificar aqui o gênero como um marcador de lugar social e a construção social do feminino como inadequado ou deslocado em espaços de poder masculino, como a resistência ou a militância política durante o regime militar. Além disso, a raiva mencionada sugere um componente de violência de gênero, um tipo de retaliação por ela estar rompendo com as expectativas normativas do papel feminino passivo ou submisso.

O uso do termo *talvez* no trecho em destaque reflete uma incerteza ou hesitação que também merece ser problematizada “[...] há **talvez**, às vezes, uma raiva muito maior [...] é uma forma, **talvez**, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras.” (Maria Aparecida Costa in: Brasil, 2014a, p. 404, **destaque da autora**). É possível pensar esse posicionamento a partir de algumas questões: O uso da palavra *talvez* aponta para uma tentativa de amenizar as dores dessa experiência? Essa suavização linguística sugere a internalização de um discurso que nega a violência contra as mulheres? Estaria essa mulher questionando a validade de suas próprias percepções e experiências?

Essa linguagem de incerteza pode ser entendida como um enunciado que não apenas reflete, mas também constitui as práticas discursivas da época, ao delinear os limites do que podia ser dito, pensado e legitimado naquele contexto. As mulheres não só estavam sujeitas a essas violências, mas também à construção de narrativas que as minimizavam ou invisibilizavam às violências de gênero específicas, naturalizando-as e

¹² Oban é a Operação Bandeirantes, braço da repressão da ditadura militar em São Paulo, suas instalações foram inauguradas em 1969 e ficavam localizadas no Bairro Paraíso. Para mais informações consultar o Memorial da Democracia no seguinte endereço [Memorial da Democracia - Nasce a Oban, braço da tortura em SP](#).

até mesmo normalizando como parte da experiência de ser mulher, discursos estruturais à manutenção do patriarcado. Esse enunciado reforça a noção de que os relatos também são moldados pelo discurso dominante que faz mulheres questionarem suas próprias vivências e sua memória.

A hesitação de Maria Aparecida contrasta com os relatos de outras mulheres à CNV (Brasil, 2014a), uma vez que essa desqualificação enquanto mulher e toda hostilidade dirigida a elas não era uma exceção, mas sim uma regra, uma experiência compartilhada, presente também no relato de Izabel Favero, que inicia esse capítulo. Ana Maria Gomes também trouxe um relato que demonstra o incomodo dos agentes da repressão e o reforço desse discurso que considera a militância política um lugar inapropriado para a mulher. Quando detida em 1968, no DOPS/SP ela chegou a receber orientações de um delegado para não percorrer um caminho que a afastaria daquele que supostamente as mulheres precisam seguir para serem consideradas aptas ao casamento e a maternidade:

O sindicato foi invadido, nós fomos levadas para uma delegacia no bairro e depois para o DOPS. [...] No final do dia, fomos chamadas à sala do delegado. [...] eu não podia, evidentemente, dizer o que eu estava fazendo lá [no sindicato]. Então, eu disse que o meu irmão – não disse quem era o meu irmão –, que o meu irmão trabalhava numa fábrica, que tinha entrado em greve, ele começou a demorar muito para chegar em casa, a minha mãe estava muito preocupada e a gente supôs que ele estivesse no sindicato. O sindicato era muito perto da minha casa. Eu e minha amiga fomos ao sindicato para ver se ele estava lá e ele não estava lá. Aí, o sindicato foi cercado por militares a cavalo, nós ficamos com muito medo de sair de lá dentro [...] Nós recebemos um sermão. Ele [delegado] disse: “você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e **fica muito mal, moças como vocês estarem frequentando sindicato**, estarem metidas nesse tipo de coisa, então vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] É interessante ver em como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá. Aí foi perfeito: nos enquadraram e pronto. E [é interessante ver] como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha. (Ana Maria Gomes in: Brasil, 2014a, p.405).

O delegado invoca valores tradicionais sobre o papel das mulheres na sociedade, como a expectativa de que se casem, formem famílias e sigam um comportamento socialmente aceito para moças jovens. Essa tentativa de controle é uma forma de violência simbólica, onde o sermão se utiliza de normas de gênero como um meio de intimidar a participação em espaços políticos, representado aqui pelo sindicato. É evidente como o questionamento à sua participação política foi diretamente associado à sua condição de mulher. Ana Maria também reflete sobre o uso estratégico da sua identidade de gênero

para lidar com a repressão. Ela relata que, ao assumir o papel socialmente aceito de uma moça preocupada com o irmão e ao se “enquadrar” na condição feminina que a sociedade lhe impõe, foi possível escapar à violência física e institucional.

Por fim, o relato problematiza o fato de que, embora as mulheres conseguissem encontrar formas de resistir a partir de sua identidade de gênero, essa resistência estava profundamente limitada pelo mesmo discurso que as subjugava. O enunciado "[...] Aí foi perfeito: nos enquadramos e pronto." (Ana Maria Gomes in: Brasil, 2014a, p.405) sugere que a conformidade, nesse caso, foi uma forma de sobrevivência diante da violência simbólica e material, mas também evidencia as restrições impostas. A conformidade ao discurso de gênero era uma forma de escapatória temporária, mas que mantinha as mulheres presas a uma ordem social que desqualificava sua participação ativa na política.

As referências explícitas ao fato dessas mulheres terem se afastado de seus lugares destinados de acordo com hierarquias sociais de poder constitutivas de uma sociedade patriarcal é recorrente nos relatos delas à CNV (Brasil, 2014a). Esse tipo de discurso reflete a tentativa de restringir a atuação das mulheres ao âmbito doméstico, reforçando as normas tradicionais de gênero que associavam a mulher ao espaço privado. Ao optarem pela participação ativa em movimentos de resistência, elas se colocaram em uma posição de confronto direto com essas expectativas sociais.

A entrevista de Ana Maria Gomes (in: Brasil, 2014a) apresenta uma visão sobre como as relações de poder, o gênero e os discursos sociais se entrelaçam no contexto da repressão política durante a ditadura militar no Brasil. Sua narrativa revela diversas camadas de violência simbólica e material, ao mesmo tempo que expõe a forma como as mulheres negociavam sua sobrevivência em situações de repressão.

À determinação deste *lugar da mulher*, irei retomar parte do que Foucault (1978), em *Segurança, Território e população*, nomeou de técnicas de normalização, uma das formas de apresentação do poder disciplinar, que busca regular e corrigir às formas de existência que vão de encontro ao modelo hegemônico e ideal. O discurso do delegado exemplifica como o poder funciona através de mecanismos disciplinares que se manifestam nos enunciados cotidianos, em interações aparentemente comuns e na forma de ameaças veladas. O discurso, neste caso, funciona para produzir e manter a submissão às normas de gênero. Uma vez que a vida pública/política em contexto machista e sexista era admitida apenas ao aparente homem hétero cisgênero de preferência branco. Ser mulher e militante contra a ditadura implicava na criminalização de suas lutas, como forma de correção das suas condutas inapropriadas. Se por um lado havia o extermínio

desses militantes, também havia uma ação coercitiva relacionada à tortura como punição em um caráter que pretendia ser restaurativo de uma subjetividade nos parâmetros patriarcais de manutenção do poder.

A entrada das mulheres no meio político, através da militância se constituiu como o maior crime cometido por elas, nos interrogatórios ou sessões de tortura, esse pertencimento político era evidentemente negado pelos agentes do Estado, como é possível perceber em um relato de Maria Auxiliadora Lara Barcellos (in: Brasil, 2014a, p. 426):

Aurora, lugar de mulher donzela é na barra do marido e lugar de puta safada é no puteiro, uai. Pra que é que nós estudamos aritmética no Exército? Para saber que dois mais dois são quatro e que não existe pecado sem ser expiado. Moça donzela você não quis, puta safada também não quer. Minha querida, esse bicho não existe.

Neste relato chama a atenção o uso de categorias de gênero rígidas e binárias para classificar mulheres, reduzindo as suas possibilidades de performance social a dois papéis fixos: o de esposa submissa e o de profissional do sexo, que implica uma marginalização sempre remetidas à vida privada, jamais à esfera da vida pública. Nesse trecho, visualizo sobretudo a negação de uma subversão que rompa com essas categorias reducionistas – a mulher política, militante, que expressa publicamente suas opiniões e que desafiam o poder instituído dos homens. Aqui esse poder se exerce pela negação do espaço público, onde a presença da mulher não é apenas deslegitimada, mas vista como uma aberração, que deve ser corrigida, castigada ou aniquilada. Esse discurso que constrói a mulher como subalterna, visa reafirmar o controle sobre seu corpo e suas ações. A narrativa de Izabel Favero tem em comum com a de Maria Auxiliadora o uso de xingamentos contra as militantes e presas políticas, que é recorrente em muitos relatos (Brasil, 2014a):

Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...] Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha. (Maria Aparecida Costa in: Brasil, 2014a, p. 404).

No trecho destacado anteriormente, Maria Aparecida descreve o quanto se sentia

exposta pelas agressões verbais e também pelo fato de ser obrigada a permanecer sem suas vestes. A nudez que ela menciona parece ir além da dimensão física, implicando estar despojada de qualquer proteção, vulnerável às violências físicas e psicológicas. Essa exposição vai além da falta de roupas: é uma ênfase sobre a fragilidade emocional e psicológica a que foi submetida, ficando completamente à mercê dos seus torturadores. Embora ela reconheça que os homens sofriam violências semelhantes, como a nudez obrigatória e o uso de xingamentos, ela faz uma distinção entre essas experiências, destacando que para elas havia um *peso terrível*, devido à sua formação social e ideológica. Sônia Maria de Arruda Beltrão, presa em 1972, parece compartilhar desse sentimento ao relatar “[...] com relação à mulher, a primeira coisa que eles fazem é mandar você tirar a roupa toda. Então eu era, sabe, [...] tímida, mais em determinados aspectos. Nesse aspecto do corpo, eu era muito reservada. Então, pra mim foi um desastre. Me desmontou!” (in: Brasil, 2014a, p. 421).

Diante dos padrões de gênero dominantes os corpos das mulheres, associados à honra, pureza e decência, deveriam ser preservados e protegidos, conforme nos é orientado desde a infância. Portanto, essa exposição carregava implicações específicas e simbólicas diferentes para homens e mulheres, intensificando para elas a sensação de desumanização e desmoralização social.

Quanto aos insultos e o uso da linguagem misógina não são meros atos de crueldade individual, mas práticas discursivas que contribuem para a dominação e controle dos corpos. Essa associação feita pelos militares da atuação política de mulheres a um comportamento imoral e o ataque a elas pela ótica da sexualidade, dificilmente seria aplicado a um homem nas mesmas condições. O corpo da mulher militante, ao entrar em um espaço político tradicionalmente masculino, se torna alvo de um discurso disciplinador que visa colocá-la de volta em uma posição subalterna.

Nas práticas da violência de Estado e nos discursos proferidos contra as mulheres, elas foram posicionadas a partir de identidades atreladas ao gênero feminino compreendidas como ilegítimas e errantes: filha desobediente, esposa que descumpre suas funções, péssima mãe, profissional do sexo e/ou adúltera (Brasil, 2014a). Em contraponto, nos relatos de homens, não foi possível perceber questionamentos dessa ordem, o que, mais uma vez, evidencia que o autoritarismo se baseava em uma hierarquia de gênero estabelecida previamente e que a vida política se organizava de acordo com o sistema patriarcal.

Scott (2012), fala do poder como uma construção que opera através de

significados culturais atribuídos aos corpos e às relações sociais. No caso das mulheres torturadas, o poder da ditadura se exercia também simbolicamente, ao desumanizá-las através de uma linguagem que reforçava a subordinação da mulher. A militante era vista como uma ameaça por sua atuação política, mas também como uma ameaça à moral sexual, e essa dupla transgressão a tornava um alvo específico de humilhação. Esse padrão de violência operava como um reforço extra à tentativa de apagar ou minar a participação política das mulheres pela humilhação sexual e moral, visando não apenas à destruição física, mas também ao seu esfacelamento como sujeito político.

Ana Maria Colling (1997), que também passou por prisão e tortura em 1971, aos 19 anos de idade, trouxe inúmeras contribuições no que se refere à construção histórica oficial sobre o período ditatorial, sendo uma das primeiras pessoas a generificar os debates, assinalando que: a produção de materiais sobre o período ditatorial foi majoritariamente produzida e narrada por homens cisgêneros e heterossexuais, sendo eles, defensores do governo ou oposição. Na obra *A resistência da mulher à ditadura militar*, Colling (1997) dedicou-se a recontar essa história, enfocando a construção da figura política *mulher subversiva*, insuportável aos defensores da família e dos valores tradicionais. Essa caracterização forjada pela sociedade, com forte influência do governo ditatorial, estabeleceu diferenças marcantes nas trajetórias de opositoras e opositores políticos.

No que diz respeito a questões de cunho moral e comportamento, Colling (1997) fez um importante destaque ao assinalar que a postura conservadora não estava estritamente relacionada aos apoiadores da ditadura militar. A esquerda brasileira também apresentava traços de conservadorismo, como revela o caso de uma militante do PCB que “[...] eleita delegada para um congresso do Partido, foi vetado por duas bases do Recife porque não era virgem” (Colling, 1997, p. 33).

O exposto mostra as limitações impostas, evidenciando que, embora as mulheres tivessem garantidas as suas participações nos movimentos sociais e sindicais, os postos de liderança predominantemente eram ocupados por homens. Dentro das organizações de esquerda, os homens proclamavam que as lutas por direitos especificamente das mulheres causariam uma divisão desnecessária e inconveniente, enfraquecendo pautas consideradas importantes (Colling, 1997). Essa perspectiva se alinha com as constatações do relatório da CNV, que destaca a trajetória de Dinalva Conceição de Oliveira Teixeira, desaparecida política que “Foi uma das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas pela comunidade da região do Araguaia [...]. Foi a única mulher a ter o cargo de vice-

comandante na guerrilha.” (Brasil, 2014c, p.1678). Ainda que as mulheres tivessem uma presença ativa na vida política, econômica e social do país, suas histórias foram frequentemente marginalizadas na narrativa oficial do período, levantando questionamentos sobre a construção histórica à qual as gerações futuras terão acesso.

Cecília Coimbra (2001) ao refletir sobre as diferentes maneiras de se narrar acontecimentos marcantes, aponta que grupos subalternizados, como era o caso das mulheres naquele período, muitas vezes tem suas trajetórias apagadas, sendo apresentadas como meras espectadoras e não como produtoras desses acontecimentos.

O processo de estruturação da memória coletiva tem se caracterizado como um dos mais sensíveis às disputas e aos confrontos de diferentes grupos sociais. A história que, de um modo geral, nos tem sido imposta seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses, construindo, com isso, zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações (Coimbra, 2001, p. 11).

A resistência das mulheres foi pouco contemplada nos documentos, incluindo-se as produções realizadas por parte dos opositores do autoritarismo, havendo uma omissão dessas trajetórias de protagonismo e luta pela democracia. No entanto, biografias masculinas foram ressaltadas, tornando a história oficial da ditadura uma história dos homens. Esse silenciamento contribuiu com o reforço da ideia de que não deveríamos participar dos jogos políticos, simbolicamente devolvendo mulheres às paredes de seus lares (Colling, 1997).

Nos últimos anos, esse cenário vem sendo revisitado. Pesquisas e documentos públicos vem sendo produzidos com o intuito de reconstruir as trajetórias dessas mulheres. O relatório da CNV (Brasil, 2014abc) destaca-se como um desses importantes avanços. No documento foram evidenciadas diferenças de tratamento relacionadas ao gênero, no que se refere aos contextos que levaram as prisões e aos crimes de tortura cometidos durante a ditadura. O primeiro volume do relatório conta com uma sessão voltada exclusivamente para essas questões: o capítulo 10, *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, que evidencia a forma como o feminino foi tratado como inferior, revelando a misoginia não só no aparato militar, mas também a misoginia de uma sociedade estruturalmente patriarcal, onde essas ideias se faziam presentes também nos espaços onde a inferiorização da mulher supostamente estava sendo combatida.

Mesmo diante dos avanços proporcionados pela CNV ao dar visibilidade a algumas mulheres sobreviventes da violência estatal e assinalar a responsabilidade do

Estado, o relatório não conseguiu abarcar toda a complexidade dessa questão. As perguntas que permanecem são: quem são as mulheres que tiveram a oportunidade de contar suas histórias? Quem ficou de fora do documento? Nesse sentido, cabe frisar que o gênero precisa ser pensado a partir também de outras categorias, como raça e classe social, o que será discutido no tópico subsequente.

2.3 O silenciamento das trajetórias das mulheres negras no relatório da Comissão Nacional da Verdade

A partir das leituras dos três volumes do relatório da CNV foi possível identificar muitos relatos de mulheres que chegaram a ser presas e/ou perseguidas durante o período ditatorial. Desse modo, o documento público exerceu um papel importante na reconstrução de uma memória coletiva sobre a ditadura, coletivizando trajetórias e experiências. O ato de ouvir, registrar e divulgar essas histórias trata-se de um dos mais importantes objetivos da comissão e com esse processo foi possível abalar as verdades construídas por uma história oficial, que, como discutido no tópico anterior, tratou de ocultar as lutas das mulheres pela democracia.

Ao atentar-se aos nomes das mulheres que forneceram seus relatos à CNV, é possível identificar que algumas delas atualmente são pessoas públicas, facilmente reconhecidas por suas trajetórias após o fim do período, enquanto pesquisadoras, professoras universitárias, intelectuais, jornalistas, historiadoras, escritoras e políticas.

É muito feliz saber que essas mulheres puderam de algum modo, apesar dos traumas que ainda carregam consigo, prosseguir com suas trajetórias de vida, trabalhando, produzindo livros e outros materiais sobre o período ditatorial. Muitas delas, como Ana Maria Colling e Maria Amélia Teles, tornaram-se referências no estudo da ditadura militar, produzindo livros e outros materiais que reconstróem a memória desse período sombrio. Essas mulheres não apenas sobreviveram à prisão e à tortura, mas também se consolidaram como importantes vozes na reconstrução da história e na luta por justiça e reconhecimento das violências que sofreram.

Dilma Rousseff, sobrevivente da repressão que, mesmo após ser brutalmente torturada, tornou-se presidenta do Brasil, eleita democraticamente por duas vezes. Sua trajetória, que culminou com a ascensão ao mais alto cargo político do país, representa uma vitória simbólica sobre o autoritarismo que tentou silenciá-la. Embora seu segundo mandato tenha sido interrompido por um golpe, o fato de ter chegado à presidência por

meio do voto popular, algo impensável durante o regime militar, só foi possível após o período de redemocratização, pelo qual elas lutaram.

A prisão de Dilma durante a ditadura é um dos primeiros relatos fornecidos por mulheres no relatório da CNV (Brasil, 2014a), reafirmando a importância de documentar essas vivências. A resistência dessas mulheres, que se refletiu não apenas em suas lutas passadas, mas também em sua atuação no período democrático, demonstra como suas trajetórias estão intrinsecamente ligadas à transformação política e social do país.

A partir da leitura dos três volumes do relatório da CNV (Brasil, 2014abc), é possível perceber uma limitação significativa em relação às mulheres que tiveram a oportunidade de compartilhar suas histórias. A maioria das mulheres que conseguiu relatar suas experiências diretamente à CNV pertence a um grupo específico, sendo elas: cisgênero, heterossexuais, brancas, de classe média alta e que tiveram acesso ao ensino superior. Essa exclusão de narrativas não apenas reforça a invisibilização histórica das mulheres, mas também expõe como o autoritarismo as impactou de maneiras diferentes, de acordo com as suas origens sociais, raça e classe. A experiência de repressão vivida por mulheres negras, pobres, camponesas e LGBTQIA+ foram silenciadas nos documentos oficiais. Assim, o que emerge desses volumes é um retrato parcial da luta contra a ditadura, deixando lacunas importantes, conforme pôde ser percebido nessa pesquisa.

Para analisar as lacunas observadas, é necessário recorrer a interseccionalidade como uma ferramenta analítica central, como desenvolvida por Kimbérle Crenshaw (1989). Ela argumenta que as opressões estruturais, tal como o racismo, sexismo e classismo, não atuam de maneira isolada, mas se inter cruzam, possibilitando outras formas de discriminação contra grupos marginalizados. No contexto brasileiro essa perspectiva é ampliada por Carla Akotirene (2018), que inspirada no conceito cunhado por Crenshaw, adapta o conceito para o cenário nacional, demonstrando que as opressões atingem de forma desproporcional mulheres negras, pobres e periféricas. Akotirene (2018) ressalta que a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta teórica, mas também metodológica, que possibilita analisar as articulações entre o sistema capitalista, o racismo e o cisheteropatriarcado, todos indissociáveis na subalternização das mulheres negras.

Akotirene (2018), em sua obra *Interseccionalidade*, desafia o feminismo tradicional ao apontar que, sem visibilizar a raça no debate de gênero e sem introduzir gênero no debate antirracista, corre-se o risco de reforçar silenciamentos e omissões. Esse

silenciamento, segundo a autora, é evidente nas políticas de Estado e nas narrativas históricas, que, ao desconsiderarem as múltiplas opressões que atravessam a vida das mulheres negras, acabam por não contemplar políticas públicas que verdadeiramente possam melhorar suas condições de vida. No caso da CNV (Brasil, 2014abc), a ausência de uma abordagem interseccional na coleta e análise de relatos reforça a invisibilidade histórica de mulheres negras e pobres na luta contra a ditadura militar, perpetuando uma exclusão que é tanto política quanto simbólica.

Em uma busca no primeiro e segundo volume do relatório da CNV, volumes estes que apresentam os relatos das sobreviventes, empregando os descritores: negra; preta; não-branca, não é possível encontrar uma única menção. No terceiro relatório, que apresenta os casos de pessoas mortas e desaparecidas, iniciando pela identificação das mesmas o quesito inexistente raça/cor, sendo a questão mais uma vez ignorada, impossibilitando essa identificação racial das vítimas na pesquisa. A raça dessas mulheres e homens que concederam entrevistas ou de pessoas mortas e desaparecidas não foi considerada para fins analíticos, evidenciando que não houve uma preocupação em analisar de que modo as violências cometidas na ditadura atingiram essa população historicamente violentada pelo Estado brasileiro desde a sua colonização e que não até a atualidade não cessam de ser.

O II volume do relatório da CNV (Brasil, 2014b), é dedicado à análise das violações de direitos humanos, organizando o conteúdo em eixos temáticos. Nessa divisão por temas, as violências perpetradas pela ditadura são apresentadas mostrando a diversidade de vítimas e as formas de repressão. O objetivo é dar visibilidade às diferentes formas de opressão utilizadas pelo regime e garantir que essas atrocidades sejam reconhecidas na construção da memória histórica do Brasil. Nesse sentido, é interessante observar a divisão dos capítulos:

Quadro 3 – Divisão dos capítulos no Volume II do Relatório da CNV

TEXTOS	TÍTULOS
1	Violações de direitos humanos no meio militar
2	Violações de direitos humanos dos trabalhadores
3	Violações de direitos humanos dos camponeses
4	Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs
5	Violações de direitos humanos dos povos indígenas
6	Violações de direitos humanos na universidade
7	Ditadura e homossexualidades
8	Civis que colaboraram com a ditadura
9	A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dessa apresentação, é possível perceber que muitos grupos marginalizados e atingidos por essa violência de distintas formas tiveram espaço no relatório, a exemplo: trabalhadores, pessoas do campo, cristãos, população indígena, estudantes, havendo também um texto dedicado as homossexualidades. Nesses capítulos foram discutidas as peculiaridades das violências sofridas por cada um desses grupos de pessoas, ressaltando diferenças no modo como cada um deles foi atingido pela ditadura militar. No entanto, não há nenhum texto dedicado a população negra, ressaltando a escolha da CNV (Brasil, 2014b) em não adentrar na questão.

Na época em que o relatório da CNV foi produzido, entre os anos de 2012 e 2014, já havia uma expansão e aprofundamento dos debates raciais e do feminismo negro no Brasil, que partiam dos movimentos sociais, mas também de uma produção científica. Antes mesmo da comissão ser instaurada, já contávamos com discussões que versavam sobre as temáticas, dispondo de grandes referências como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Neuza Santos, além de obras como: *Cidadania em preto e branco* da doutora em psicologia, Cida Bento (2003); *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, tese de doutorado de Sueli Carneiro, defendida no ano de 2015 e *Políticas de igualdade Racial: as reflexões e perspectivas*, livro organizado por Matilde Ribeiro (2012), ativista política atuante nos movimentos negros e feministas.

O robusto arcabouço teórico que dispomos, a emergência dos movimentos negros e do feminismo negro nas últimas décadas, a perpetuação das marcantes diferenças sociais

que atualizam diariamente situações de desigualdade e risco para população não-branca, reforçando um longo histórico de violência, evidenciam a necessidade de compromisso ético e epistemológico perante essa população, sobretudo ao discutir violência estatal. Os aspectos citados parecem não ter sido suficiente para que houvesse uma racialização das questões discutidas no relatório da CNV, que recusou adentrar em uma discussão que é de suma importância para a consolidação de nossa democracia, que só será possível a partir de uma democratização racial que parece distante de concretizar-se.

Esse apagamento reflete a negligência em considerar como as violências do Estado ditatorial afetaram de maneira particular as mulheres negras e outros grupos historicamente subalternizados. Como Patricia Hill Collins (2019) argumenta em *Pensamento feminista negro*, o racismo estrutural age de forma a naturalizar as exclusões, tornando-as invisíveis dentro de uma narrativa dominante, que privilegia as vozes já hegemônicas. A invisibilização de mulheres negras no contexto da ditadura reflete essa dinâmica, onde as interseções de raça, classe e gênero são apagadas em prol de uma narrativa única e homogênea sobre a repressão.

A análise de Akotirene (2018) e Collins (2019) é crucial para desvelar o caráter seletivo da memória oficial da ditadura. O fato de a raça e a origem social das mulheres e homens que contribuíram com seus relatos ou cujas vidas foram ceifadas pelo regime não serem consideradas nas investigações da CNV demonstra a continuidade de um projeto de apagamento racial, enraizado no Brasil desde o período colonial. Como Akotirene (2018) destaca, o racismo estrutural está intimamente ligado ao cisheteropatriarcado e ao capitalismo, o que significa que as mulheres negras sofrem uma tripla opressão, intensificada pela falta de reconhecimento institucional.

Portanto, a ausência de um enfoque interseccional nos volumes da CNV (Brasil, 2014abc) expõe não apenas uma falha na coleta de informações, mas um sintoma maior de como o autoritarismo e suas consequências são historicamente construídos e perpetuados de maneira racializada e classista. As mulheres negras que resistiram à ditadura não apenas enfrentaram a violência política e de gênero de um regime autoritário, mas também tiveram de lidar com o racismo e a marginalização social antes e depois desse período. Esse apagamento reflete, como Collins (2019) argumenta, os sistemas de opressão interagindo para marginalizar ainda mais aqueles que já são desproporcionalmente afetados por múltiplas formas de discriminação.

A falta de reconhecimento dessas narrativas, portanto, não é acidental, mas um reflexo das hierarquias sociais que a interseccionalidade busca justamente dismantelar.

O relato das mulheres brancas e de classe média alta é relevante, mas ele não pode ser tomado como uma representação completa da resistência de mulheres. Como Akotirene (2018) e Collins (2019) nos mostram, sem levar em conta a interseção de opressões, há sempre um risco de silenciamento e de reprodução das mesmas estruturas de poder que perpetuaram violências.

Diante da possibilidade de reconstrução de uma memória histórica da ditadura militar, que tinha por objetivo promover a verdade e contrapondo à história hegemônica ou oficial, é necessário reconhecer que a CNV (Brasil, 2014abc) descartou a oportunidade de visibilizar trajetórias negras, mesmo quando, ligeiramente em uma passagem do segundo volume do relatório reconhece que “pelos critérios mais aceitos, neste país, as mulheres são uma maioria e os negros também” (Brasil, 2014b, p. 301). Desse modo, como não estabelecer um estranhamento diante do fato de que as mulheres negras não receberam nenhuma menção ao longo de mais de 3.000 páginas? Como foi possível que tantos anos depois do fim da ditadura a questão racial ainda seja negligenciada pelo Estado na produção de um documento de tamanha importância histórica?

Esse silenciamento reflete uma continuidade das violências cometidas contra a população negra e, em especial, contra as mulheres negras, um legado que remonta à colonização e que ainda precisa ser combatido. Atualmente, as mulheres negras permanecem como as principais vítimas da violência policial e do autoritarismo do Estado, uma realidade que exige atenção e ação urgente. A história da ditadura não pode ser reduzida a uma narrativa centrada em brancos e brancas de classe média; é essencial reconhecer que as mulheres negras também desempenharam papéis significativos na luta pela redemocratização do Brasil.

As escolhas feitas pela CNV (Brasil, 2014abc) evidenciam limitações que dificultam a discussão e a análise das especificidades das vivências de mulheres negras durante o regime militar. A falta de biografias nomeadas e a ausência de representatividade nos relatos oficiais aprofundam o apagamento de suas lutas.

Ao encerrar este capítulo, retomo a análise a partir dos achados que emergiram da leitura dos três volumes do relatório. Um dos eixos centrais a ser explorado diz respeito ao uso das questões relacionadas à maternidade como formas de tortura, tanto psicológica quanto física, infligidas às mulheres opositoras do governo durante os anos de chumbo. Essa abordagem não apenas destaca as complexidades das experiências das mulheres sob a repressão, mas também prepara o terreno para uma discussão mais aprofundada sobre as implicações da maternidade nesse contexto histórico.

2.4 Os usos da maternidade como instrumento de tortura das presas políticas

Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. [...] levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo. (Maria Amélia de Almeida Teles in: Brasil, 2014a, p.410)

O relato de Maria Amélia de Almeida Teles, extraído do relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014a, p. 410), é um testemunho poderoso que revela a crueldade extrema do regime militar brasileiro, com uma dimensão de violência que afetou não apenas os corpos das mulheres, mas também a maternidade e as relações familiares. O uso dos filhos pequenos como parte da tortura é uma tática particularmente cruel que ampliou o trauma, não apenas para Maria Amélia, mas também para seus filhos, Janaína e Edson, que, ainda crianças, foram expostos à violência de Estado.

O depoimento apresenta uma realidade comum entre as mulheres presas durante a ditadura: as práticas de violência sexual e os usos da maternidade. O fato de as mulheres serem mantidas nuas e submetidas a choques em partes íntimas revela como o corpo delas foi usado como território de opressão, onde a sexualidade se tornou uma ferramenta de dominação e humilhação. Isso mostra que, além da violência política, havia uma exploração deliberada das características atribuídas ao gênero feminino, intensificando a desumanização das prisioneiras políticas.

A presença dos filhos durante as sessões de tortura, a percepção deles da brutalidade sofrida pela mãe e o estado de seus corpos feridos – com hematomas visíveis, como descrito pela criança que questiona por que a mãe estava azul e o pai verde, revelam o impacto profundo da violência na dinâmica familiar. O trauma fez-se físico para Maria Amélia e seus filhos, tanto quanto psicológico. A própria fala da criança traz uma percepção visual que denuncia o estado de degradação física e emocional a que todos foram submetidos: a pergunta aparece pela ausência de repertório da criança para entender a mudança de cor de seus pais, tamanha a violência e crueldade a que foram submetidos; ao que a própria mãe também relata a ausência de consciência/percepção corporal de si mesma, que somente a pergunta da criança [seu filho] despertara: azul de tantos hematomas no corpo.

O uso de crianças como parte da tortura é uma das formas mais cruéis de violência, intensificando o sofrimento da mãe e quebrando os laços afetivos de maneiras devastadoras. Esse testemunho escancara o modo como o regime militar não tinha limites em suas estratégias de repressão, utilizando a maternidade como uma fragilidade a ser explorada.

Além disso, o relato ecoa discussões sobre a especificidade da violência de gênero durante regimes autoritários, conforme destacado por estudiosas como Kimberlé Crenshaw (2009) e Karla Akotirene (2018), no conceito de interseccionalidade. A violência sofrida por Maria Amélia foi atravessada por sua condição de mulher, de militante política e de mãe, onde suas identidades se entrecruzam para amplificar seu sofrimento. A maternidade, nesse contexto, se transformou em um campo de tortura emocional e física, explorando de forma cruel o vínculo entre mãe e filhos para desarticular a resistência das mulheres. Esse testemunho, portanto, é crucial para analisarmos as complexidades da violência estatal contra as mulheres durante a ditadura militar, especialmente no que tange à utilização da maternidade como instrumento de tortura.

Através das leituras do relatório da CNV (Brasil, 2014a) foi possível entrar em contato com inúmeros relatos que mostraram práticas de tortura utilizadas especificamente contra mães, crianças e mulheres grávidas, com técnicas específicas que eram adotadas de acordo com a intenção dos militares, de provocar ou não um aborto e até mesmo a esterilização da mulher.

Durante a ditadura militar brasileira as perseguições, prisões, torturas e assassinatos foram parte das vivências de muitas mulheres. Os ambientes de atuação política se constituíram enquanto o principal alvo de um governo fascista, que tinha como meta erradicar as possibilidades de produção de narrativas divergentes. As mulheres que ousaram adentrar nesse contexto construído por e para os homens, foram consideradas subversivas, pela oposição ao governo e por se desviarem de seus papéis de gênero pré-determinados por um sistema patriarcal, que se via ameaçado pelas suas saídas das paredes de casas, dos olhos vigilantes de seus pais e maridos (Colling, 1997). Por tamanha desobediência, elas foram duplamente culpabilizadas e castigadas.

A subversão das mulheres foi reconhecida como a troca da segurança do lar pela luta e pelo direito ao questionamento. Havia acusações de que elas se organizavam no intuito de agir contra os homens, que a reivindicação pelo espaço político partia daquelas que não estavam sendo amadas por um homem ou eram lésbicas. Essas correlações

apareciam em jornais de ampla circulação e recebiam apoio de homens e mulheres conservadoras, que acreditavam que essas militantes eram uma ameaça à família, uma vez que, os movimentos atraíam moças jovens que se recusariam a cumprir seu papel social de procriar e servir aos seus maridos (Colling, 1997). O direito ao próprio corpo e a luta pela não objetificação, subvertendo a ideia de que este pertence sempre a um homem, se constitui como pauta central das lutas feministas. Nesse contexto de extremo autoritarismo o corpo foi gravemente penalizado, como pode ser constatado a partir dos relatos de sobreviventes da ditadura para a CNV:

De passagem, antes que me esqueça, é necessário assinalar a tara sexual do pessoal do DOI. Preocupação doentia a respeito do comportamento sexual dos presos; saber com quem mantinham relações sexuais; comentários constantes sobre órgãos sexuais dos torturados, especialmente das mulheres; xingamentos e insultos escatológicos aos presos. Tenho certeza de que despiram e torturaram a Vera somente para vê-la nua (Marco Antônio Tavares Coelho in: Brasil, 2014a, p. 402).

O relato de Marco Antônio Tavares Coelho, registrado no relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014a, p. 402), revela a dimensão sexualizada da violência praticada nos centros de repressão e revela o caráter profundamente misógino e abusivo das práticas de tortura. A menção à *tara sexual* dos agentes, com sua obsessão pelo comportamento sexual dos presos e presas, escancara a perversidade institucionalizada no tratamento dispensado aos corpos das mulheres.

Esse interesse pela sexualidade das presas políticas, somada aos insultos e comentários degradantes, evidencia como a tortura se estendia além da dor física: ela também se constitui como uma forma de violência psicológica e sexual. O que Marco Antônio revela sobre Vera, que foi despida e torturada, reflete os usos dos corpos das mulheres como objetos de exploração e controle. A violência sexual e a nudez forçada eram métodos de humilhação, reforçando a ideia de que a tortura sexualizada das mulheres visava não apenas extrair informações ou punir, mas também desumanizá-las.

Patricia Hill Collins, em sua obra *Pensamento feminista negro* (2019), ressalta como as mulheres são constantemente hipersexualizadas e objetificadas em sociedades opressoras, que utilizam a sexualidade como uma ferramenta de controle. A análise dela oferece uma lente crítica para entender como a exploração sexual na ditadura não era apenas um ato individual de perversidade, mas parte de um sistema de dominação que visava desestabilizar a resistência e rebaixar as mulheres ao *status* de meros objetos sexuais, como é possível perceber neste relato:

Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. [...] uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque (Márcia Bassetto Paes, in: Brasil, 2014a, p. 407).

Esse trecho reafirma a forma como a sexualidade das mulheres foi brutalmente explorada durante a ditadura militar, integrando o aparato de tortura utilizado pelo regime. O depoimento de Márcia, que narra como foi forçada a dançar nua para os torturadores enquanto recebia choques, explicita como o corpo se tornava um campo de batalha onde o regime exercia seu poder de forma degradante.

É fundamental reconhecer que o corpo das mulheres opositoras ao regime não era apenas um alvo político, mas também simbólico, utilizado para reforçar o controle patriarcal e racista do Estado. A violência sexualizada que atravessava suas experiências reflete a tentativa de reduzir suas resistências à condição de submissão, desumanizando-as e transformando seus corpos em territórios de humilhação e domínio. Os crimes cometidos, de acordo com os relatos encontrados no relatório da CNV (Brasil, 2014abc), buscaram atingi-las nas mais essenciais características atribuídas à feminilidade de acordo com as expectativas sociais e culturais em um contexto cishéteropatriarcal, como: a virgindade, o casamento, a repressão da sexualidade, o comportamento recatado e a dedicação irrestrita à maternidade. Teles (2015) destacou que a maternidade foi um dos principais meios de tortura utilizados para desorientar e fragilizar mulheres, elevando as sessões de tortura ao mais extremo grau de sofrimento.

Direitos reprodutivos como o acesso a consultas médicas, condições sanitárias necessárias à parturiente, direito à amamentação, proteção física e psíquica de gestantes e puérperas quando em restrição de liberdade, não foram apenas negados às presas políticas, mas também foram utilizados como instrumentos de tortura, como é possível constatar nos relatos de algumas das sobreviventes à CNV:

E aí eu estava sangrando muito e eu não tomava banho, eles não deixavam tomar banho. E tinha o leite e cheirava azedo. E eu estava sangrando. Aí eu apanhei porque estava sangrando e ele ficou com nojo. Fedia. Cheirava. O suor do nervoso, o leite azedo, o sangue. Eu cheirava. Eu achava que eu cheirava, porque eles diziam que eu era fedida, então, eu acredito nisso. Aí eu apanhava porque eu estava fedida (Rose Nogueira in: Brasil, 2014a, p. 419-420).

[...] No dia 11 de fevereiro [de 1972] eu estava no PIC, e rompeu a bolsa, eu comecei a entrar em trabalho de parto, pedi ajuda aos carcereiros e etc., e essa ajuda só veio por volta das 5h da manhã, e me levaram para o Hospital de Base de Brasília. [...] Eu reclamei que a criança não ia aguentar, que ia morrer, ele disse: “Não tem importância, é um comunista a menos”. E eu fiquei lá na porta do quarto da enfermaria com a Polícia do Exército com a metralhadora na porta, todo o tempo que eu permaneci ali, inclusive na sala de parto tinha uma metralhadora apontada para mim (Criméia Shmidt in: Brasil, 2014a, p. 776).

[...] eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim (Raquel Favero in: Brasil, 2014a, p. 400).

[...] “Aí, senta na cadeira do ginecologista.” Nessa hora ele ficou sozinho com mais alguém, que eu não me lembro quem. Todo mundo sem capuz, ele e eu. Aí ele arruma a cadeira do ginecologista. [...] É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras: “Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo”. Num primeiro momento, me senti muito ameaçada. Senti como uma ameaça não a mim, aos meus filhos havidos e futuros. [...] Aí eu fiquei bem deprimida, né? (Flora Strozenberg in: Brasil, 2014a, p. 413)

Os testemunhos apresentados revelam um padrão de violência brutal e desumanização contra as mulheres grávidas e parturientes. Em seu relato, Rose Nogueira narra como foi punida pelo seu corpo em sofrimento, onde o cheiro do leite azedo e do sangue, símbolos de vida e feminilidade, se tornaram justificativas para mais violência. O corpo da mulher, nesse contexto, não apenas foi despojado de cuidados, mas foi transformado em motivo de repulsa, algo que reforça a desumanização.

Criméia Schimdt relatou o uso do parto como um momento de profunda vulnerabilidade, sendo transformado em mais uma instância de violência. A metralhadora apontada para ela enquanto dava à luz representa a clara intenção de controle, intimidação e desumanização, como se a vida que ela carregava não tivesse valor, mas sim fosse vista como mais uma ameaça política, reforçada pelo comentário desumanizador do carcereiro: *É um comunista a menos*. Este tipo de discurso é um exemplo clássico de como o regime utilizava o corpo das mulheres para controlar e deslegitimar tanto a maternidade quanto as suas identidades políticas.

O testemunho de Raquel Favero revela outra dimensão cruel: a negação da própria capacidade de proteção e higiene, agravada por uma constante ameaça de estupro. Seu corpo, sujo e sangrando, foi poupado do estupro não por compaixão, mas por nojo. Esse relato evidencia como a tortura não era apenas física, mas também psicológica, na medida em que a ameaça constante de violência sexual reforçava o estado de vulnerabilidade e

medo contínuo. Já o relato de Flora Strozenberg mostra um uso perverso da violência sexualizada com o objetivo explícito de coibir a maternidade. A cadeira ginecológica, um símbolo da medicina e do cuidado com o corpo, foi transformada em um instrumento de tortura, invertendo seu significado para se tornar uma ferramenta de repressão política. A frase “isto é para você nunca mais botar comunista no mundo” (in Brasil, 2014a, p. 413) revela a intenção de extinguir futuras gerações de resistência, atacando diretamente a capacidade reprodutiva e o potencial político da maternidade.

Esses relatos se conectam à noção de *biopoder*, como proposta por Michel Foucault (2010), que indica que o poder não se exerce apenas sobre indivíduos, mas também sobre populações, regulando corpos e vidas. Através do controle da reprodução e da sexualidade das mulheres, o regime/o patriarcado não só punia o presente, mas buscava impedir a criação de futuros possíveis, controlando até mesmo o direito de ser mãe. Nesse contexto, o corpo das mulheres foi reduzido a um campo de batalha onde se cruzavam violência política, controle social e dominação patriarcal. Ao buscar o governo das virtualidades, o gênero a partir da sexualidade é transformado em um dos elementos principais de controle exercido pelas sociedades contemporâneas¹³. Essa interseção entre maternidade e violência revela que a tortura e a repressão atingiam as mulheres de uma forma específica, onde a negação dos direitos reprodutivos e a exploração do corpo como uma arma de controle não apenas buscavam aniquilar a oposição política, mas também apagar a continuidade de suas vidas e de seus descendentes. Essa e outras questões que envolvem a maternidade foram utilizadas como potencializadores do sofrimento. Muitas mães, durante as prisões chegaram a ser intimidadas pela possibilidade de sequestro de suas crianças e tiveram a integridade física e psicológica de seus filhos ameaçada.

Bem, na madrugada do dia 13 meu filho nasceu. [...] o meu filho ficou comigo no hospital por cerca de 50 dias até o dia 1o de abril. Em todo esse período, mesmo na Oban, os militares diziam que se fosse homem, branco e saudável eles iam ficar com ele, iam ajudar. Meu filho nasceu homem, branco e saudável. Aqui também em Brasília a mesma coisa, eles também diziam isso, inclusive o tenente Moraes, que era responsável pela PE, e havia acabado de ter a segunda filha. A primeira nasceu, quando nasceu o filho de uma outra presa política, que é o Paulo. A segunda filha dele nasceu, quando nasceu o meu, e ele me falou: comunista que não faz distinção entre homem e mulher, só tem filho homem, e eu que queria ter um filho homem, para seguir a carreira militar [...] (Criméia Schmidt in: Brasil, 2014a, p.776).

O relato de Criméia Schmidt revela a dimensão aterradora da violência de Estado,

¹³ Importante para aprofundar essas discussões a leitura de Paul Preciado, especialmente no livro *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* de 2018, da n-1 edições.

especialmente em relação às mulheres e suas crianças. Além da evidente ameaça de sequestro de crianças, a afirmação do tenente, que expressa sua preferência por ter um filho homem, ressalta a construção social de gênero e o papel tradicional atribuído a homens e mulheres na sociedade brasileira. A ideia de que um filho é desejável, e que esse filho deve seguir a carreira militar, expõe as expectativas patriarcais e a forma como as instituições militares buscavam perpetuar suas ideologias através da prole. É possível também perceber o racismo presente na fala do militar, que revela seu interesse por um bebê branco e saudável.

Além da opressão direta, muitas crianças também chegaram a ser presas com suas mães e/ou pais, chegando a presenciar sessões de tortura. A violência do Estado não se limitava a ameaças; em algumas situações, concretizava-se de maneira brutal, atacando as filhas e filhos das militantes como uma forma de atingir as mães, refletindo uma estratégia de desestabilização que visava não apenas o corpo da mulher, mas também seu papel como mãe. Essa relação de opressão atinge um nível particularmente cruel, pois o Estado explorava a maternidade das mulheres como uma vulnerabilidade.

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. (Eleonora Menicucci de Oliveira in: Brasil, 2014a, p. 409)

No seu testemunho de Eleonora descreve um momento de terror, onde sua filha de um ano e dez meses foi colocada diante dela, em uma situação de extrema vulnerabilidade e medo. A tortura de uma criança, mesmo que em uma ameaça, não é apenas uma forma de violência física; é uma estratégia insidiosa para desestabilizar as mães. Ao refletir sobre essas experiências, destaca que os torturadores acreditavam que a exposição das crianças às torturas poderia desmontá-las, evidenciando mais uma vez, como a violência de Estado não se restringiu apenas na tortura física, mas na exploração de todas as dimensões que pudessem infligir sofrimento, desafiando a relação entre poder, gênero e resistência em um contexto de repressão.

A análise dessas experiências não só enriquece nossa compreensão da ditadura, mas também evidencia a articulação de diferentes práticas discursivas e relações de poder que moldaram as realidades enfrentadas pelas mulheres. Ao trazer à tona essas condições históricas, sublinha-se a importância de integrar uma perspectiva interseccional nas lutas feministas, capaz de problematizar e transformar os regimes de verdade que continuam a produzir desigualdades.

Esses testemunhos evidenciam como a violência estatal se entrelaçou com as normas de gênero e as expectativas sociais, utilizando a maternidade como um instrumento de tortura e desumanização. A presença das crianças durante os atos de tortura não só intensificou o sofrimento das mães, mas também perpetuou um ciclo de trauma que se estendeu por gerações. A exploração da vulnerabilidade materna revela a profunda misoginia do regime, que não apenas buscava silenciar as vozes opositoras, mas também destruir os laços familiares e a própria identidade enquanto mulher.

Os relatos ao longo desse capítulo, não são apenas narrativas individuais de dor, mas também expressões coletivas de resistência e de uma luta incessante pela verdade e pela justiça. A brutalidade da violência de Estado exposta nos impele a confrontar as construções discursivas ao longo da história brasileira, onde os corpos das mulheres foram transformados em um campo de batalha para o controle e a opressão. Ao abordar essas experiências, é essencial reconhecer a importância da interseccionalidade nas análises históricas e sociais, como ressaltado por teóricas contemporâneas. A violência sofrida por essas mulheres não pode ser dissociada de suas identidades como mães, militantes e mulheres, revelando a complexidade das opressões que enfrentaram. Compreender essa interseccionalidade é crucial para iluminar as múltiplas dimensões da violência de gênero e para construir um futuro em que a luta pela justiça e pela memória das vítimas seja uma prioridade.

Portanto, ao refletirmos sobre os horrores da ditadura militar brasileira, devemos pensar meios de garantir que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas e que suas histórias sejam reconhecidas como parte fundamental da construção da memória coletiva do país. A busca pela verdade não é apenas um ato de justiça histórica, mas também um compromisso com as futuras gerações, para que o passado não seja esquecido e para que possamos problematizar as bases de exclusões que perpetuam violências.

3. O gênero da democracia brasileira: tessituras de um futuro coletivo

O presente percurso, inicia com uma investida em nosso campo de pesquisa por meio da exposição de matérias jornalísticas que abordam os acontecimentos mais recentes no contexto político brasileiro, tratamos de explorar de forma quase antropológica o presente, de modo a construirmos um estranhamento do que estamos nos tornando. Em seguida apresento algumas das perspectivas sobre a democracia no país, a partir de um diálogo acerca de conceitos com algumas/ns autoras/es como Marilena Chauí (2005, 2016), Leonardo Avritzer (2016, 2022), Abdias do Nascimento [2016(1978)] e Flávia Biroli (2018, 2020, 2021), analisando as intersecções presentes e, desse modo, tecendo uma crítica breve e necessária à ideia de democracia, numa perspectiva antirracista e feminista.

Em um segundo momento, abordo o período ditatorial brasileiro, destacando as tentativas de reparação das vítimas e de garantia do direito à justiça, memória e verdade. Nesse contexto, a produção do relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014a), é destacada como um passo essencial, ainda que insuficiente, nesse processo de construção histórica e reconhecimento público de violações de direitos humanos.

3.1 A democracia no Brasil: o campo e os estranhamentos sobre o presente

O tema da democracia na atualidade assume diferentes contornos a partir das reflexões e perspectivas de distintas teorias, como as dos feminismos, do pós-colonialismo, do movimento negro brasileiro, do materialismo histórico, das perspectivas antirracistas, decoloniais, contra-coloniais, entre outras, que constroem problematizações sobre a transição do governo ditatorial para a forma de democracia vivenciada por brasileiras/es/os na contemporaneidade. Neste sentido, a construção do que entendemos como democracia abrange diferentes compreensões e questionamentos que se direcionam também a indagar a democracia que temos e para quem ela existe de fato e de direito.

Mais que um regime político ou um conceito estático, a democracia é um processo que adquire novos contornos, marcados pelos contextos históricos, culturais e políticos específicos. Em razão do exposto, descarto a possibilidade de realizar a busca por uma definição que abarque a experiência brasileira. Proponho neste tópico, uma explanação e problematização das discussões sobre o tema no Brasil, considerando algumas das distintas perspectivas e análises teóricas, sobretudo as que considero relevantes às

análises das questões que destaco neste estudo: as que versam sobre a participação política das mulheres e a violência de estado.

Escrevo esse capítulo na semana em que completa um ano do dia 08 de janeiro de 2023, data que marcou a trajetória política do Brasil. Em uma semana após a posse do presidente eleito no pleito de 2022, Luís Inácio Lula da Silva, um grupo de bolsonaristas extremistas, invadiu, roubou obras de arte e depredou as sedes dos três poderes em Brasília/DF, numa evidente tentativa de estimular um golpe militar e forçadamente recolocar o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, conforme destacou o jornal Politize! (2023). O acontecimento levou à efervescência discussões que se estendem desde o fim da ditadura militar brasileira, como: O que é democracia? Nosso Estado Democrático de Direito está consolidado ou sobrevive diante das ameaças? Como a presente gestão do país pode atuar no sentido de conter os ataques antidemocráticos? Como as forças armadas, principais promotores da ditadura militar, se posicionam atualmente perante os clamores de alguns grupos pelo retorno do regime ditatorial?

Desde os resultados das eleições presidenciais de 2022, eleitores bolsonaristas inconformados com os resultados obtidos, lançaram questionamentos sobre a veracidade dos resultados. Sem aceitar a nomeação do petista Lula para o cargo de presidência da república, antes mesmo do início deste mandato, promoveram paralisações nas principais rodovias do país e em seguida acamparam na frente de sedes do exército brasileiro em todo o país, onde clamaram por intervenção militar. No dia 08 de janeiro de 2023, em um ato extremo contra a democracia brasileira, atacaram as sedes dos três poderes em Brasília: legislativo, judiciário e executivo (Politize, 2024).

Os principais veículos de informações midiáticas noticiaram os acontecimentos do dia 08 de janeiro de 2023, expondo impasses, dilemas e posicionamentos. Em uma ligeira análise, percebo que houve um repúdio contundente ao fato, ocorrendo uma defesa ampla da democracia, expondo informações sobre o evento e estendendo as reflexões em torno do tema à todas/es/os as/es/os brasileiras/es/os. Para visibilizar a forma como os veículos midiáticos construíram posicionamentos sobre a tentativa golpista, irei destacar a seguir algumas matérias e coberturas sobre o atentado antidemocrático de 8 de janeiro de 2023.

A *Politize* é uma organização da sociedade civil, financiada por meio de doações, editais ou prestação de serviços¹⁴, apresenta enquanto missão estimular o interesse

¹⁴ Disponível em: <https://www.politize.com.br/>. Acesso em 05 de janeiro de 2024.

político, bem como, fomentar os valores democráticos. Foi publicada em 10 de janeiro de 2023 a seguinte matéria: *Invasão ao Congresso: entenda o fato que marcou a história do país*¹⁵. No texto, a jornalista Carolina Simiema ressalta que desde o resultado final das eleições presidenciais de 2022, apoiadores de Bolsonaro se manifestavam publicamente questionando os resultados das urnas e diante disto, destaca as suspeitas de omissão por parte do governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha, que ciente das ameaças, não atuou preventivamente com reforço da segurança no local e teve seu afastamento de 90 dias decretado por Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma medida de intervenção federal, foi decretada pelo presidente Lula e aprovada no dia 10 de janeiro pelo Congresso Nacional, contando com a oposição de oito senadores, sendo um deles, Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente, vencido nas eleições. No desenvolver da matéria jornalística, é problematizada a nomeação dos atos ocorridos em 08 de janeiro, que orbitaram em torno de quatro possíveis definições: manifestação, terrorismo, vandalismo ou golpe, e finaliza com a problematização “[...] o fato é que a liberdade de expressão e o direito de manifestação perdem, esses sim, o sentido quando passam a ser um ataque direto às instituições basilares que sustentam o regime democrático” (Politize, 2023).

O *GI*, portal digital, voltado para a cobertura de notícias, do grupo Globo, que conta com uma estrutura de redação própria, é declaradamente apartidário e ressalta como princípio fundamental o compromisso com a isenção no jornalismo.¹⁶ Este noticiou os eventos do dia 08 de janeiro de 2023, sob o título: *Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF*¹⁷. A titulação da matéria em questão, deixa evidente o posicionamento da fonte em relação ao ocorrido. As informações apresentadas são semelhantes às encontradas na matéria do *Politize*, citada no parágrafo anterior; no entanto, o *GI* acrescenta informações que abarcam a reação dos policiais que faziam a guarda do local no dia do ocorrido e expõe vídeo em que alguns deles aparecem conversando com bolsonaristas e filmando a invasão do congresso, destacando a colaboração da Polícia Militar (PM) com o grupo de criminosos.

¹⁵ Simiema, Carolina. **Invasão ao Congresso: entenda o fato que marcou a história do país**. Politize, Florianópolis/SC, 10 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/invasao-ao-congresso/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

¹⁷ **G1. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram o planalto e o STF**. Brasília/DF, 08 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

A notícia também inclui as informações de que o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), o bolsonarista Anderson Torres, recebeu demanda de reforço da segurança dos prédios dos três poderes, mas ignorou a solicitação, naquela semana o mesmo se encontrava no Estados Unidos (EUA), bem como o ex-presidente Bolsonaro.

A matéria do *GI*, referente aos atos ocorridos em janeiro de 2023 apresenta informações relevantes para a análise da situação política do país, ao passo que expõe posicionamentos e se coloca em favor dos princípios democráticos, repreendendo veementemente os ataques. Na sessão da matéria *O que disseram as autoridades*, expuseram o repúdio de líderes mundiais, como Joe Biden, presidente dos EUA, perante o terrorismo bolsonarista e até mesmo de aliados de Bolsonaro, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas e do presidente do PL, partido do ex-presidente, agora inelegível (G1, 2023).

A *CNN Brasil*, que integra o conglomerado da WarnerMedia, é uma empresa de jornalismo brasileira, com sede em São Paulo e afirma independência editorial em relação ao Conselho de Administração, segundo o próprio veículo de comunicação¹⁸. Em publicação *Imagens inéditas revelam detalhes da invasão ao STF em 08 de janeiro*, também foi exposta em filmagens, assim como o canal *GI*, a ausência de dificuldades que os criminosos encontraram para promover os ataques às sedes dos três poderes em Brasília, corroborando com a tese de que a segurança, que deveria proteger as instituições, estava de acordo com a tentativa de golpe.

Em 17 de janeiro de 2023, foi aberto o inquérito 4.879/2023, para apuração dos atos antidemocráticos. O relator e ministro Alexandre de Moraes expôs a conivência e as diversas omissões praticadas pelos agentes do Estado responsáveis pela segurança pública no DF, destacando-as como contribuições diretas para efetivação dos atos terroristas. O relatório destaca e repudia veementemente a conduta do governador Ibaneis Rocha, que, dias antes do fato, chegou a dar declarações públicas defendendo uma suposta manifestação política em Brasília e aponta também a complacência de autoridades civis e militares perante os acampamentos de terroristas em frente das sedes do exército ao longo de semanas, contando com financiamento para subsídio dos mesmos. Ao longo do documento é ressaltado que: “Absolutamente TODOS serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à Democracia, ao Estado de Direito e às Instituições” (BRASIL, 2023, p.8).

¹⁸ Disponível em: <https://conteudos.cnnbrasil.com.br/sobre-a-cnn-brasil/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

A *Folha de São Paulo*, pertencente ao Grupo Folha, é um jornal de versões impressas e eletrônicas, popularmente reconhecido pelo apoio às pautas da direita brasileira, em alguns casos também divulgando ideias aliadas ao bolsonarismo no país. O *site* não permite o acesso de não assinantes às suas matérias, sendo possível apenas a visualização dos títulos. Dessa forma, fica impossibilitada a leitura para apreciação e problematização junto a outras publicações sobre o dia 08 de janeiro de 2023. No entanto, em minhas buscas me deparei com o título de um texto, que denota o posicionamento e difusão de ideias referente ao assunto em questão pelo veículo midiático: *Por que não chamar ataques em Brasília de terrorismo*¹⁹.

Na data de 06 de janeiro de 2024, um ano após os ataques contra a democracia, a *Folha de São Paulo* apresentou a produção de um filme, disponibilizado em seu canal no *Youtube*, chamado *08 de janeiro: Anatomia de um ataque golpista*²⁰, em que reconhece o dia como uma tentativa de golpe de Estado e apresenta entrevistas inéditas que abordam as reações do Executivo, Legislativo e Judiciário aos atos cometidos pelos bolsonaristas insatisfeitos com os resultados das eleições. Desse modo, o veículo de comunicação ouviu e expôs ideias do presidente Lula e de ministros como Flávio Dino, Gilmar Mendes, Alexandre Moraes e Roberto Barroso. A produção do audiovisual, parece apresentar um posicionamento diferente daquele de um ano atrás, destacado no título da matéria que mencionei anteriormente.

O governo eleito, deparou-se com um contexto de extrema fragilidade dos princípios democráticos, que se delineou ao longo da última década e tem um grande desafio, que é o de fortalecer a democracia e a credibilidade das Instituições democráticas. Diante do exposto, ficam alguns questionamentos: O golpe de Estado era o intento de uma maioria do eleitorado bolsonarista ou seria o grupo de terroristas uma pequena fração desses eleitores? As prisões dos terroristas e as medidas tomadas pelo STF referentes ao dia 08 de janeiro surtiram efeito no sentido de reprimir os atos antidemocráticos? Hoje, um ano após o acontecimento, a população brasileira está mais alinhada aos valores democráticos?

¹⁹Folha de São Paulo. **Por que não chamar ataques em Brasília de terrorismo**. São Paulo, janeiro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/por-que-nao-chamar-ataques-em-brasilia-de-terrorismo.shtml>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

²⁰ Folha de São Paulo. **08 de janeiro: A anatomia de um golpe**. São Paulo, 06 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8jxfjCcKtk>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

Leonardo Avritzer (2022) em entrevista *O povo acredita e confia na nossa democracia*²¹ concedida à Alberto Cantareli e Pedro Camarão da *Revista Focus*, em julho de 2022, expôs análises provenientes da pesquisa que coordena – *A cara da democracia* – anualmente realizada desde 2018. Diante da proximidade das eleições presidenciais, afirmou ter certeza da vitória de Lula, mas consciência de que Bolsonarismo teria vindo para ficar. O cientista político relatou que, a primeira pesquisa, realizada em 2018, mostrou que a maioria da população brasileira se colocava a favor da ruptura com a democracia, reitero: a favor de um golpe, em caso de aumento da corrupção e da criminalidade.

O resultado apresentado pela pesquisa, pôde ser corroborado pelo ato que foi a greve dos caminhoneiros, uma paralisação, em maio de 2018 que durou cerca de 10 dias consecutivos. Durante as manifestações, a categoria, que inicialmente queixava-se dos aumentos de preços dos combustíveis, passou a bradar discursos anticorrupção e por fim, pedidos por intervenção militar, escancarados nas faixas de protestos apresentadas pela categoria²². No último semestre de 2018, consolidou-se nas urnas a vitória do bolsonarismo.

Avritzer (2022), na entrevista anteriormente citada, compara os resultados obtidos na pesquisa *A cara da democracia* no ano de 2018 aos achados de 2022. Os dados mais recentes, apesar de desvelar um fortalecimento de valores conservadores, no que se refere à democracia, a maioria dos entrevistados revelou que nada justifica o rompimento com ela, nem mesmo o aumento da corrupção e da criminalidade, afirmando que são questões que podem e que precisam ser sanadas dentro do contexto democrático. Essas informações me levam a crer que o grupo que cometeu os atos terroristas de 08 de janeiro, trata de uma pequena parcela do eleitorado bolsonarista, orquestrados por políticos e militares da extrema-direita, com interesse direto na instauração de um golpe militar.

No que concerne as consideráveis mudanças de pensamento no eleitorado brasileiro, encontradas pela pesquisa que Avritzer (2022) apresenta, o autor aposta na revelação do conluio do juiz Sérgio Moro com procuradores da Operação Lava Jato e na queda da confiança nas forças armadas, como principal motivação para essas mudanças

²¹ Cantalice, Alberto; Camarão, Pedro. **Entrevista Leonardo Avritzer: o povo acredita e confia na nossa democracia.** Revista Focus, 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/07/10/entrevista-leonardo-avritzer-o-povo-acredita-e-confia-na-nossa-democracia/> Acesso em: 04 de janeiro de 2024.

²² Shalders, André. Por que não acabou? O que dá fôlego à greve dos caminhoneiros?. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44284548> Acesso em: 29 de outubro de 2024.

de perspectiva. Nesse sentido, o pesquisador destaca que o número de militares na administração federal durante o governo de Bolsonaro cresceu assustadoramente em relação às gestões anteriores e deixou evidente a incompetência deles em setores como a educação e a saúde. Essa inabilidade dos militares foi escancarada durante a pandemia, aqui dou destaque à crise da falta de oxigênio no Amazonas, quando o general Eduardo Pazuello, ocupava o cargo de ministro da saúde. Os resultados obtidos na pesquisa de Avritzer (2022), revelam ainda contradições nas colocações das pessoas entrevistadas, uma vez que, a mesma parcela que afirma ser a favor de uma agenda liberal na economia, apresenta exigências por serviços públicos melhores, principalmente no que se refere ao ensino superior, saúde e aposentadoria.

Desde o fim oficial do período de ditadura militar, a população brasileira assegura viver em um Estado Democrático de Direito. Uma das acepções da ideia de democracia compreende-a como um espaço político no qual há a existência de partidos políticos, eleições diretas, a divisão republicana em três poderes e as liberdades de expressão e pensamento, em que conste, o contrário disto é entendido como autoritarismo. Marilena Chaui (2005), filósofa, militante política e intelectual brasileira, uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), complexifica a questão ao aprofundar reflexões sobre as compreensões do termo democracia no país, ressaltando a presença de duas vertentes de pensamento, radicalmente diferentes: a democracia liberal, propagada pela direita e extrema direita e democracia social, compreensão ideológica a qual aderem os partidos de esquerda.

A democracia de acordo com as práticas neoliberais pode ser definida como um regime de lei e ordem que pretende garantir as liberdades individuais. Na prática essa concepção pode se reduzir à liberdade de locomoção, à livre competição econômica da iniciativa privada e à concorrência entre partidos políticos pelos cargos de poder legislativo nas eleições. Nessa perspectiva, o processo eleitoral tem por objetivo a delegação de poderes aos representantes escolhidos pelos votantes para a ocupação de cargos públicos. Aos eleitos cabe defender os interesses da população a partir de soluções técnicas para os problemas sociais e econômicos (Chaui, 2005). Dessa forma, não há privilégio da participação popular na tomada de decisões, mas sim a afirmação de que, estas precisam ser conduzidas por técnicos especializados, capazes de decidir a melhor conduta a ser tomada.

Em contraponto à lógica neoliberal, Chaui (2005) destaca que a perspectiva de democracia social vem ultrapassar uma definição simplista de regime político,

compreendendo-a como um modo complexo de organização da sociedade e ideário de governo que, em resumo, prevê alguns pontos centrais: a participação ativa e igualitária de cidadãos e cidadãs nas tomadas de decisões políticas; divisão da sociedade em classes, determinadas pela exploração econômica; a percepção do conflito como legítimo, necessário e intrínseco às lutas sociais; a busca pela igualdade de direitos e oportunidades, considerando a existência real das desigualdades, prezando pela equidade; e a necessidade da criação de novos direitos tendo em vista as condições históricas.

A democracia que desejamos e que se evidencia na fala dos participantes da pesquisa *A cara da democracia* de Avritzer (2022), quando relatam o desejo de fortalecimento dos serviços públicos, distancia-se do modelo neoliberal de economia, que aponta para a privatização como saída para o sucateamento. A democracia social tem como principal característica, conforme destacada por Chaui (2005), a reivindicação e o pedido de criação de novos direitos por parte das classes populares, detentoras legítimas da capacidade de apontar as necessidades da maior parte da população. Neste contexto, a cidadania é exercida, sobretudo, no campo das lutas sociais, nos espaços de expressão e deliberação de ideias, ou seja, nos partidos políticos, movimentos populares, sociais e sindicais.

No exercício da cidadania, as lutas sociais têm um espaço privilegiado dentro de um regime democrático. É principalmente nesses espaços que o povo exerce o direito de proferir críticas, apontar sugestões e explicitar como o momento presente está sendo vivenciado pelas classes populares. Em uma sociedade democrática, é necessário que haja abertura à crítica e à possibilidade de alteração ou a criação de novas leis, políticas públicas e modos de organização do país, para melhor atender a realidade do presente histórico e melhorar as condições de vida da população. Assim, a democracia se apresenta como “[...] o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade é constitutiva de seu modo de ser.” (Chaui, 2005, p. 3).

Em sua obra *Impasses da democracia no Brasil*, Avritzer (2016) apresenta a tese de que a democracia nunca esteve tão fortalecida, se comparada ao período ditatorial. Desse modo, ele apostou numa efetivação da democracia, apesar dos impasses que são apontados por ele, que dizem respeito a cinco elementos principais: 1) O presidencialismo de coalizão, 2) Os limites da participação popular na política, 3) Os paradoxos do combate a corrupção, 4) A perda de *status* da classe média e 5) A inserção do judiciário como ator relevante na política nacional. Neste livro, o autor faz um amplo aprofundamento dos

debates e levanta questões importantes à consolidação da democracia, no entanto, reflete bem as questões do momento em que foi escrito, no decorrer do ano de 2015, antes mesmo do golpe que pôs fim ao mandato da presidenta Dilma, que foi um importante ponto de bifurcação da história política do país.

Apesar de não refletir parte das questões contemporâneas no que se refere aos impasses à consolidação da democracia, a leitura do livro de Avritzer (2016) serve à análise das condições que possibilitaram o presente contexto. O autor explora a gênese das manifestações de 2013, que aglutinou diversos setores conservadores, culminando numa robustez de suas pautas. Ele explicita como os atos que tinham como questão inicial o aumento dos preços das passagens no transporte público, tornaram-se atos contra a corrupção, em seguida, atrelaram-se a uma perspectiva de que para a política não há salvação, uma vez que todos os políticos são corruptos, compreensão que, por fim, fez emergir a necessidade de uma reforma geral.

Avritzer (2016) expõe o papel das mídias de comunicação na formação dessa ideia da corrupção como o principal problema, desse modo, expurgá-la seria solução de todas as questões levantadas durante as manifestações. Posteriormente, foi feita pela mídia a associação do PT aos escândalos que envolviam a questão, influenciando numa percepção sobre este partido como o mal a ser exterminado; esta explanação deixa o seguinte questionamento: Essa associação midiática entre PT e a corrupção se constitui como um risco para a Constituição? Hoje, podemos afirmar que sim, uma vez que permite entre outras coisas, a criminalização de um partido que possui forte articulação social em suas bases políticas e construção de demandas populares, especialmente ligadas às/aos trabalhadoras/es brasileiros. Na obra, o autor afirma o surgimento de uma nova direita ultraconservadora, intolerante e antidemocrática, a qual assistimos o crescimento, que culminou na vitória do bolsonarismo nas urnas em 2018.

A tese de Avritzer (2016), que afirmava uma democracia fortalecida, vai de encontro com o posicionamento de Marilena Chaui (2016), na entrevista concedida a Revista Cult²³ no mesmo período. Apesar de ambos concordarem em inúmeros pontos, sobretudo no que diz respeito à ascensão das pautas conservadoras da extrema-direita, Chaui (2016) propõe como questão chave à compreensão de que a sociedade brasileira é estruturalmente autoritária, hierarquizante e violenta. Com isso, ela não se referia aos

²³ Savian, Juvenal; Modelli, Laís. Entrevista: Marilena Chaui: violência e autoritarismo por todos os lados. Revista Cult, 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/marilena-chaui-violencia-e-autoritarismo/>. Acesso em: 08 de janeiro de 2024.

seus/as cidadãos/as individualmente, mas relacionava suas ideias às estruturas históricas do país e suas instituições. Quando questionada pelos entrevistadores da Revista Cult sobre a sua visão da situação política do Brasil naquele momento, Chaui (2016) responde: “é gravíssima não por causa daquilo que a mídia apresenta como falência do governo, mas pelo movimento conservador, reacionário, de extrema direita e protofascista que está tomando conta da pauta política”.

Chaui (2016) afirma em entrevista não acreditar na possibilidade de golpe, mas destaca graves questões de cunho antidemocrático e referente ao *slogan* “Meu partido é meu país” frequente nas manifestações de 2013, responde enfaticamente que se trata de uma frase nazista. Ressalta que a ideia tem origem na oposição ao social-democratismo, fundada na crença de que os partidos desviam as ações políticas do governante, justificando a eliminação dos mesmos.

A tese de Chaui (2016), de que a sociedade brasileira é estruturalmente violenta pode ser relacionada com a que é defendida por Daniel Araújo Reis (2014), historiador e pesquisador, que estuda principalmente as tradições nacional-estatistas no país, desde o Estado novo aos governos petistas. Na obra *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, Reis (2014) destaca a frágil construção democrática e a continuidade das tendências conservadoras, afirmando que o processo de redemocratização pode ser considerado inconcluso. No entanto, a principal questão levantada pelo autor neste livro é a participação da sociedade civil no que ele nomeia como o processo de construção histórico-social da ditadura, o qual não acredita ter se dado pela ação e desejo exclusivamente dos militares. O autor destaca que, apesar das resistências e oposições ao governo, parte da população colaborou e se satisfaz com a instauração de um governo militarizado. Nesta obra o autor chega a ironizar a redemocratização como uma suposta salvação para o povo brasileiro oprimido e essencialmente democrático.

No que se refere a uma caracterização da democracia brasileira, Chaui (2005) afirma que, os atributos mais específicos de um regime democrático são moldados pela cultura, história e contexto único de cada país. Neste sentido, o Brasil apresenta um legado histórico marcado pelo autoritarismo, um processo de colonização patriarcal e escravista, além de um período de vinte e um anos de ditadura militar e severa repressão. Esses processos de violência citados não findaram com a declaração da independência, com a suposta abolição da escravatura, nem mesmo com o processo de redemocratização do país e promulgação da Constituição Cidadã em 1988, sobretudo para alguns grupos

específicos como por exemplo, a população negra, indígena, em situação de rua, LGBTQIAP+ e mulheres.

A questão racial nas discussões sobre democracia no Brasil

As problematizações em torno do conceito de democracia no Brasil pelos movimentos sociais da população negra assumem outros contornos. Como afirma Faustino (2019), para as pessoas negras a democracia não chegou a fazer parte das suas experiências. Os processos de discriminação racial nos quais o país se estruturou, se atualizam no presente e permanecem tão impregnados nas relações sociais que “[...] nem a democracia nem a criminalização dos atos racistas previstos em lei minimizam episódios de discriminação e preconceitos de cor.” (Lourenço, p.80, 2023). Nesse contexto, essa população é incessantemente prejudicada pelos mecanismos de desigualdade social, que impedem a equidade de condições de acesso aos bens e serviços essenciais. As consequências das iniquidades perpetuam um ciclo de desvantagens, prejudicando a possibilidade de promoção de uma sociedade mais justa e, de fato, democrática.

As questões em torno das experiências da população negra com a redemocratização foram minuciosamente discutidas por Abdias do Nascimento, intelectual, artista, fundador do Teatro Experimental Negro, do Museo de Arte Negra e do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros. O autor foi deputado, senador e principal crítico da tese da democracia racial, do sociólogo e antropólogo Gilberto Mello Freyre.

Desenvolvida no livro *Casa-Grande & Senzala* (2003[1933]), a tese de Freyre apresentou a ideia de que no Brasil as diferentes raças conviviam harmoniosamente, sem segregação ou desigualdades em detrimento da cor da pele, uma ideia equivocada, que vem sendo bastante criticada na atualidade. Com o argumento de que no país a democracia racial já era uma realidade, Freyre [2003(1933)] enalteceu o papel da miscigenação entre senhores e mulheres escravizadas, como o símbolo máximo da integração da nação. Ele sugeriu que essa miscigenação criou laços de afeto e proximidade no contexto doméstico das grandes casas de fazenda onde escravistas e escravizados teriam estabelecido a suposta relação cordial e íntima. Essa interpretação romanceada da sociedade colonial, onde predominava a extrema violência e o cerceamento da liberdade, foi amplamente aceita no Brasil durante muito tempo.

A concepção de democracia racial de Freyre [2003(1933)] tem sido criticada nas últimas décadas, apontada como uma idealização que desconsidera a violência, exploração e hierarquia que estruturaram as relações raciais no Brasil. Críticos contemporâneos, como Abdias do Nascimento [2016(1978)], argumentam que Freyre ignorou as dinâmicas de poder e o racismo estrutural que moldaram a experiência dos negros e indígenas no país. A intimidade entre senhores e escravizadas, muitas vezes ocorria sob coerção e violência sexual, e a suposta proximidade não eliminava a brutalidade e desumanização da escravidão. Essa ideia de democracia racial contribuiu para mascarar as desigualdades históricas, uma vez que promove a ideia de uma integração que nunca foi plena nem justa. Em vez de refletir uma sociedade igualitária, a miscigenação no Brasil aprofundou divisões raciais, mantendo o poder nas mãos da elite branca enquanto as populações negra e indígena permaneciam marginalizadas.

Em *O genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*, Abdias do Nascimento [2016(1978)] fez uma análise do racismo no Brasil. Ele defendeu sua tese de que a hierarquização das raças no país é uma estratégia de aniquilamento das possibilidades de uma sociedade igualitária em direitos e oportunidades de acesso, que permite uma manutenção da população negra em lugares de subalternidade. Sua teoria foi apresentada a partir de uma análise situada, coerente, pautada em seus estudos teóricos e nas experiências vividas por ele, enquanto homem negro. Abdias do Nascimento [2016(1978)] destacou que a cultura negra, não fora meramente assimilada e aceita pela sociedade, mas perpetuada em virtude da resistência dessa população, apontando na obra acima citada algumas estratégias de genocídio, como o embranquecimento cultural, no capítulo IV e o branqueamento da raça, no capítulo V de seu livro.

Em 09 de janeiro de 2023, Abdias do Nascimento entrou para o *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, ou *Livro de aço*, criado em 1992 para reunir protagonistas da liberdade e da democracia brasileira, conforme decisão do presidente Lula publicada no *Diário Oficial da União* na presente data. O intelectual negro foi reconhecido por sua atuação como ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Durante as suas passagens pelo parlamento apresentou várias propostas com o objetivo de redução das desigualdades raciais, sendo de autoria dele o 1º projeto de lei que propôs ações compensatórias, como políticas públicas de igualdade, dentre elas, a reserva de vagas para

a população negra nos concursos públicos. O reconhecimento dos feitos de Abdias do Nascimento foi noticiado na matéria de Camila da Silva para Revista Carta Capital²⁴.

Sobre generificar a democracia

Ao abordar diferentes perspectivas sobre a democracia brasileira, torna-se necessário também generificar a discussão e questionar a suposta neutralidade de gênero no âmbito político, uma ilusão que reforça a negação das intersecções que se sustentam a partir das hierarquias de gênero, raça e classe. Isso implica diretamente na inserção das mulheres na esfera pública, especialmente de mulheres negras advindas das classes populares.

A presença massiva de homens brancos, cisgênero e heterossexuais nos cargos de poder legislativo pressupõe a existência de estruturas que beneficiam esses sujeitos, em detrimento das mulheres, da população indígena, negra, periférica e LGBTQIA+. Estas estruturas hierárquicas comprometem a equidade de direitos e os avanços democráticos, que não chegam a ser vivenciados por toda a população.

A jornalista Flávia Biroli, doutora em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora do Instituto de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), atua com pesquisas voltadas às relações de gênero no âmbito da política e tem se consolidado como referência na questão. No momento está em seu segundo mandato como presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política (2022-2024), mesmo cargo que ocupou entre os anos de 2018 e 2020. Abro um adendo, para ressaltar que nas três últimas gestões o cargo foi ocupado por mulheres. Em entrevista para Fiocruz²⁵, Biroli (2021) explana o teor principal de suas pesquisas mais recentes “a questão que atravessa tudo que faço são as disputas em torno do próprio sentido da democracia, entre os atores em conflito naquele momento (ditadura militar) e hoje ainda.” (p. 738).

²⁴ Silva, Camila da. Quem foi Abdias do Nascimento novo integrante do livro de heróis da pátria. Carta Capital, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-foi-abdias-do-nascimento-novo-integrante-do-livro-de-herois-da-patria/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

²⁵ Biroli, Flávia. Entrevista: Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 736-749, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49020/2447-10065-1-PB.pdf?sequence=2>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

Em sua fala à entrevista, Biroli (2021) aponta limites percebidos nas teorizações sobre democracia e igualdade no Brasil, que geralmente não contemplam as questões relativas ao gênero, afirma: “há um desafio enorme e a literatura sobre a crise da democracia, que hoje é ampla, precisa incorporar mais diretamente essa dimensão de gênero, ou muita coisa ficará sem compreensão” (p. 744). Na entrevista ela relata que, em determinado momento direcionou o foco de seus estudos para a análise de como os meios de comunicação influenciaram a subrepresentação das mulheres na política. Biroli (2021) relata como principal agenda mais recente a análise das reações conservadoras às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual. Na obra *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*, Flávia Biroli (2020) nomeia essa reação de oposição de neoconservadorismo, conceito que evidencia os padrões atuais de conservantismo.

O neoconservadorismo é definido por Biroli (2020), como uma força política reacionária que, especialmente na América Latina, atua contra o avanço de pautas progressistas, em especial as relacionadas aos direitos de gênero e diversidade sexual. A autora explana o neoconservadorismo como um movimento que busca preservar uma ordem social tradicional e hierárquica, voltada para o reforço da família nuclear patriarcal, moldada por valores religiosos e morais que justificam a desigualdade de gênero e a exclusão de minorias.

Para Biroli (2020), o neoconservadorismo mobiliza discursos de ordem e moralidade contra o que considera ameaças culturais e sociais trazidas pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracistas e de justiça social, deslegitimando suas pautas. Ele se alicerça em uma visão de democracia restrita, na qual a inclusão de grupos marginalizados é vista como prejudicial à coesão social e à estabilidade, promovendo, assim, um projeto de democracia autoritária. Essa perspectiva neoconservadora visa conter os avanços de direitos, combatendo políticas de igualdade e justiça social, o que implica retrocessos nas conquistas democráticas e ameaça a inclusão e a participação ativa das populações historicamente marginalizadas.

No livro *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*, Biroli (2018) discute principalmente a atuação das mulheres nos espaços de poder e problematiza a neutralidade de gênero, que na prática inexistente, uma vez que a flexão de gênero acontece majoritariamente no masculino. Ela aposta em uma análise interseccional, a qual nomeia de opressões cruzadas, considerando gênero, raça, classe e sexualidade na análise das sobreposições de opressões. A divisão do trabalho é uma

dimensão amplamente discutida ao longo da obra, considerando o impacto da longa trajetória de hierarquização entre os gêneros masculino/feminino, a distinção público/privado e as disputas entre as concepções de hierarquia como natural e construção cultural, política e social.

Diante da evidente lógica de dominação patriarcal, que persiste e resiste às mudanças culturais e conquistas de direitos por parte das mulheres, concordo com Biroli (2018) quando ela relaciona diretamente a divisão sexual do trabalho e a subrepresentação das mulheres na política institucional e demais espaços de exercício de poder. Esse cuidado, que por nós é prestado à família e à sociedade, é o que mina o tempo e a energia para as demais atividades, definindo a disponibilidade para a presença em outros espaços. Os obstáculos à efetiva ação e representação das mulheres na política é constituído por esse tempo que nos é tomado pelos afazeres domésticos, de assistência e de cuidado, perpetuando um ciclo de desvantagens em relação aos homens que não são convocados a exercer tais tarefas. No entanto, essa sub-representação política não é e nem pode ser vista como um problema exclusivo das mulheres, mas sim, como um fundamental entrave à consolidação da democracia brasileira, uma vez que “um dos requisitos para que haja uma efetivação de fato da democracia é que exista diversidade de representação das pessoas eleitas pelo povo” (Fernanda Souza, Pedro dos Anjos, 2022, p. 125), sendo uma tarefa urgente para toda a sociedade a tomada de medidas que visem a resolução da questão.

Frente a estes deslocamentos apresentados, podemos afirmar que há um tensionamento importante da ideia de democracia que constrói uma crítica à ausência de mulheres na política institucional, mas também de pessoas negras e LGBTQIA+. Ao tempo em que sua permanência nos espaços de poder no Brasil, carece de atenção, visto à complexidade de violências e violações de direitos estruturais que estão impregnadas no cotidiano dessas populações.

Esse tensionamento destaca a necessidade urgente de que suas presenças sejam garantidas e valorizadas, especialmente frente à complexidade das violências e violações de direitos estruturais que ainda moldam suas experiências cotidianas no Brasil. A exclusão histórica desses grupos e as múltiplas formas de opressão que enfrentam nas esferas política e social revelam uma lacuna persistente que impede a plena realização dos ideais democráticos.

No próximo tópico, retomarei esses aspectos ao abordar a ditadura militar brasileira e as tentativas de reparação histórica, enfatizando a importância da Comissão

Nacional da Verdade (Brasil, 2014a) e o papel crucial das mulheres na luta por memória, justiça e verdade, como uma esperança de uma consolidação de nossa democracia.

3.2 A Ditadura militar e o direito à memória, justiça e verdade

O longo período de ditadura militar, durou de 1964 a 1985 no Brasil, segundo informações coletadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Neste período de mais de vinte anos, uma série de crimes foi cometida contra pessoas que se opuseram ou foram vistas como uma ameaça ao modo de governo vigente, conforme explicitado pela CNV (Brasil, 2014a). A violência e outras questões referentes a esse tempo ainda são uma ferida aberta na história do país, insuficientemente abordadas e incompreendidas pela população.

Maria Amélia Teles, escritora, feminista e militante pela liberdade e democracia, foi uma das mulheres presas e torturadas durante o período. Desde o fim da ditadura, iniciou sua luta por justiça e integrou várias frentes de militância, chegando a liderar a União de Mulheres de São Paulo e coordenar o Projeto Promotoras Legais Populares. Amelinha, como é conhecida, também integrou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como a Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo. Ela também “foi a primeira vítima na História do Brasil a ter sua reinvidicação declaratória contra um criminoso político, fazendo com que Ustra se tornasse o primeiro (e único) militar a ser declarado oficialmente como torturador em 2008”²⁶.

Em um artigo escrito em 2015, Amelinha Teles discutiu a violação dos direitos humanos das mulheres durante a ditadura e declarou que a impunidade ainda é uma realidade diante das graves violações destas, uma vez que a justiça não se efetivou, no que diz respeito à reparação das vítimas pelos danos sofridos ou à punição dos criminosos (Teles, 2015). A impunidade referente a esses crimes é constantemente ressaltada por teóricos e militantes que discutem a questão, como por exemplo, Ana Maria Colling (1997), Flávia Biroli (2018, 2020), Adriana Franco (2022) e Roberta Baggio (2022).

A Comissão de Estado de Anistia foi recomposta em 17 de janeiro de 2023. Os militares que ocupavam cargos na comissão foram destituídos da função conforme orientação do presidente Lula, a presidência foi assumida por Eneá de Stutz e Almeida,

²⁶ Nogueira, André. **Torturada na frente dos próprios filhos**: Amelinha Telles deu fim a impunidade de Carlos Brilhante Ustra. Aventuras na História, Uol, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-quem-foi-amelinha-telles-ditadura-militar.phtml>. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

professora e pesquisadora da UnB, que tem a ditadura militar brasileira como principal temática de seus estudos. Dentre as 14 pessoas nomeadas para assumir a comissão, 7 são mulheres, sendo estas acadêmicas, pesquisadoras e militantes. Em 23 de março de 2023, a publicação do novo Regimento Interno, abriu diversas possibilidades de reparação, dentre essas, o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro na ocorrência de deferimentos dos pedidos de anistia. Conforme publicação²⁷ do ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a presidenta Eneá declarou que considera essa medida ainda mais importante que a reparação econômica, diante da sua simbologia. A tão aguardada notícia, indica um novo posicionamento por parte do Estado brasileiro em relação a impunidade dos crimes cometidos durante a ditadura militar. Acrescento a crucial importância dessas medidas de reparação e da retomada de discussões sobre o período ditatorial, na garantia dos direitos à memória, justiça e verdade, transformada em uma estratégia de elaboração histórica, fundamental para pensarmos o presente e o futuro da democracia no Brasil.

Em 28 de junho de 2023, a Comissão Nacional de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) analisou 20 requerimentos de pessoas que sofreram tortura política durante a ditadura e dentre os três que foram aprovados, com reparação econômica, estava o caso emblemático da família de Amelinha Teles. Os pedidos foram feitos pelos filhos de Amelinha, Janaína de Almeida Teles e Edson Luiz de Almeida Teles, que presenciaram as sessões de tortura pelas quais a mãe foi submetida e sofreram maus tratos, durante os dez meses em que estiveram detidos. A presidenta Eneá de Stutz e Almeida, fez o devido pedido de desculpas representando o Estado e declarou seu desejo de que o ocorrido não venha jamais a acontecer com outras crianças (Brasil, 2023).

A atuação da militância acadêmica e política é crucial para a devida construção de memória, verdade e justiça referente aos crimes da ditadura, sendo crucial o seu fortalecimento para que graves violações de direitos humanos não voltem a ocorrer no país. Ressalto aqui que o próprio fim do período ditatorial, só foi possível em virtude da mobilização de brasileiras e brasileiros que se opuseram ao governo. Enquanto o espaço público estava tomado pelos militares durante o período, as pessoas se aglutinavam em outros espaços, como universidades e bairros periféricos para debater o cenário político

²⁷ Brasil. **Regimento Interno da Comissão de Anistia é Publicado, confira novidades.** Diário Oficial da União, 2023. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/regimento-interno-da-comissao-de-anistia-e-publicado-confira-novidades>. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

e construir estratégias de enfrentamento das violações de direitos e para suas próprias dificuldades, sobretudo econômicas (Sevillano, 2010).

Ao fim dos anos de 1970, muitos movimentos foram gestados ou se fortaleceram, a população se organizou de modo a atacar a forma de governo em sua estrutura, forjando espaços onde todas e todos eram bem vindas/os e podiam se expressar democraticamente. Nesse contexto, aconteceram também mobilizações de cunho artístico e educacional, com vistas à conscientização da população, uma grande greve de trabalhadores/as das fábricas organizados/as e sindicalizados/as, passeatas, cartas abertas, entre outras iniciativas, que foram meios encontrados pela sociedade civil de se manifestar em favor da democracia e pressionar os militares no poder (Sevillano, 2010).

O fortalecimento crescente dos movimentos sociais e sindicais no Brasil após o fim da ditadura militar fez com que a população voltasse a ocupar os espaços públicos e discutisse o seu papel nos rumos do país, conforme ressaltado por Sevillano (2010). A Constituição Cidadã aprovada em 1988, se apresentou como um marco divisor na história do país no que se refere a ampliação da promoção de direitos e garantias individuais e sociais para brasileiras e brasileiros, consolidação dos princípios democráticos e fortalecimento do federalismo.

A Constituição Federal (1988) abarcou em seu texto os direitos humanos, das minorias e trabalhistas, desse modo, veio a ocupar lugar central na vida política e social do país, servindo de base para a criação de políticas públicas e promoção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Contudo, o que foi garantido pelo documento não se materializou, apesar dos êxitos obtidos ao longo dos últimos anos, a tão almejada equidade e igualdade de oportunidades não se concretizou. O estado Democrático e de Direito não se tornou uma realidade para todos os grupos sociais, como afirma, Silva (2022).

Roberta Baggio (2022), atualmente conselheira relatora da Comissão de Anistia, alerta que apesar dos impasses que acompanham as tentativas de consolidação da democracia, cabe assumir que a Constituição materializou, em termos de legislação, as conquistas de diversos movimentos sociais oprimidos durante os anos de colonização, escravidão e ditadura militar, ampliou consideravelmente os direitos sociais e embasou a criação de políticas públicas, mas, sobretudo, fomentou disputas conceituais em torno do tema da democracia. Ao considerarmos a ideia de democracia como um sistema de governo que enfatiza a participação ativa da população na tomada de decisões, conforme

explicita Chaui (2005), podemos afirmar que vivenciamos recentemente um período de intensa crise desse ideário democrático constitucional.

Desde as Jornadas de Junho de 2013, com a Operação Lava Jato em 2015 e o impedimento do mandato de Dilma Rousseff em 2016, acontecimentos que tiveram uma grande repercussão midiática, vivenciamos uma intensificação dos discursos antipetistas, anticorrupção, apartidários e patrióticos. As falas trazem em comum o repúdio às pautas identitárias, como raça, gênero e sexualidade, com a justificativa da manutenção de uma suposta ordem natural (Kyrillos, Simioni, 2022). No governo Bolsonaro, entre os anos de 2018 e 2022, todos esses discursos se intensificaram e vivenciamos um período de rechaço aos movimentos sociais e suas/seus ativistas, vistos como ameaça aos princípios propagados pela extrema direita, que versam sobre a religiosidade cristã e a perpetuação do modelo único de família hétero patriarcal (Tatiana Lionço, 2017; Tatiana Lionço, Ana Clara Alves, Felipe Mattiello, Amanda Freire, 2018).

A suposta democracia liberal, amplamente defendida pela direita brasileira, é ancorada em uma cultura política e social de autoritarismo, racismo, clientelismo, manutenção das desigualdades e dos processos violentos, provenientes de um projeto de sociedade que tem como objetivo a manutenção dos privilégios da classe dominante. Essa concepção de democracia funciona como instrumento da naturalização das relações sociais entre exploradores e explorados (Silva, 2022). Dessa forma, apresenta profunda semelhança com as ideias que baseiam a forma de governo exercida no regime ditatorial.

Não superamos a ditadura militar, que ainda é um tema insuficientemente abordado da história do país. Os princípios propagados pelos militares quando governaram o Brasil ainda resistem como um projeto e permeiam o cenário político, assombrando as tentativas de consolidação de nossa recente democracia. Podemos associar o exposto a um processo de redemocratização marcado pela anistia dos crimes cometidos pelos militares, ausência de reparação dos danos às vítimas e pela escassez de discussões em torno do uso da violência pelo Estado, em suas mais diversas formas. Embora o último governo (2018-2022) tenha exposto de forma explícita a sua relação com o militarismo, cabe destacar que, este último nunca deixou de participar ativamente da política, mesmo que de forma implícita, após a ditadura (Vicente, Kyrillos Neto, 2022).

Os crimes cometidos durante os vinte e um anos de período ditatorial permaneceram longe das discussões públicas por muito tempo, constatando que a pauta não foi priorizada no processo de redemocratização. Os documentos que poderiam auxiliar na elucidação dos casos, permaneceram em sigilo até o ano de 2009, quando o

longo silêncio foi rompido pelo projeto Memórias Reveladas²⁸, que teve por principal objetivo o resgate da memória político-social do país e tornou de domínio público os documentos referentes a ditadura militar.

A Comissão Nacional da Verdade e seu relatório

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um outro importante movimento de reconstituição da história e divulgação pública das práticas de violação dos direitos humanos durante os anos de chumbo. A sua criação ocorreu no ano de 2011, instituída pela Lei 12.528 do referido ano e teve por finalidade “promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil” (Brasil, 2014a, p. 20); além disto, regatar a memória e a verdade a respeito do período de ditadura militar. No entanto, de acordo com as análises de Seligman-Silva (2022), a CNV não teve força suficiente para se impor e aprofundar a verdade deste período em termos de sua ampla publicização.

A respeito da atuação da CNV, Teles (2015) pontua as dificuldades encontradas na obtenção de informações com as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores como um fator que comprometeu o aprofundamento das investigações no que diz respeito aos casos de pessoas mortas e desaparecidas políticas. Além disso, esses obstáculos se estenderam às apurações relacionadas às práticas de tortura perpetradas contra mulheres, lésbicas, gays, travestis, transexuais, população negra, indígena e camponesa, assim como em diversas categorias de trabalhadoras e trabalhadores. Uma constante recusa por parte dos agentes públicos responsáveis pelas violações de direitos humanos em responder às indagações apresentadas pela comissão, exacerbou ainda mais a complexidade do processo investigativo. Apesar dessas adversidades, emergiu ainda que de maneira contida, um marco inédito: pela primeira vez, de forma pública e abrangente, essas vítimas tiveram a oportunidade de expressar as suas experiências.

Cabe destacar que a criação da CNV só ocorreu após trinta e seis anos do final da ditadura, ou seja, após um longo período sem a devida responsabilização do Estado e com escassas tentativas de reparação dos danos causados aos familiares e às pessoas que foram presas, perseguidas, sequestradas e mortas. A criação da comissão surgiu de uma exigência feita ao Estado brasileiro no ano de 2010 pela Corte Interamericana de Direitos

²⁸ BRASIL. **Banco de dados memórias reveladas**. Brasília, Ministério da Justiça, 2009-2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

Humanos da Organização dos Estados Americanos para investigar as denúncias relacionadas ao período, o que foi prontamente acatado pelo governo, representado no referido momento pela presidenta Dilma Rousseff (Thais Machado, 2017).

A atuação da CNV aconteceu entre maio de 2012 e dezembro de 2014, quando encerraram os trabalhos com a entrega de um relatório final. A produção do documento em questão contou com a colaboração de seis conselheiros/as junto à assessores/as, consultores/as e voluntários/as, que se debruçaram na busca por documentos, depoimentos, realização de audiências públicas e mobilização social pela defesa dos direitos humanos, reúne também o trabalho realizado pelas comissões estaduais, municipais e setoriais da verdade, que ocorreram por todo o país (Brasil, 2014a).

Embora o relatório final da CNV se consolide enquanto principal documento público sobre o período, o início desse trabalho apenas no ano de 2011, tanto tempo após o fim da ditadura, demonstra as limitações do Estado brasileiro em garantir reparação e justiça de transição. A comissão foi uma resposta a uma exigência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010, o que refletiu a pressão externa para que o Brasil enfrentasse suas responsabilidades históricas, sem que houvesse uma iniciativa autônoma de autocrítica.

O relatório final da CNV (2014a), apresenta lacunas significativas, como a ausência de uma abordagem racial das questões. Ademais, o processo de redemocratização brasileiro falhou em garantir uma justiça de transição coerente com os acontecimentos, deixando questões fundamentais em aberto, como a responsabilização dos agentes da repressão e uma reparação mais abrangente às vítimas. Esses fatores indicam que, embora tenha sido um avanço importante, mesmo com a CNV não alcançamos os objetivos que uma justiça de transição eficaz demanda.

Ainda que o processo de redemocratização tenha instaurado o compromisso de promover o direito à memória, à verdade e à justiça, as marcas desse período permanecem presentes na sociedade brasileira, evidenciando lacunas e desafios na superação do autoritarismo. Em uma sociedade ainda marcada pela desigualdade de gênero e racial, a efetivação do direito à memória, justiça e verdade permanece uma tarefa essencial para o fortalecimento da democracia e para impedir que as atrocidades continuem acontecendo.

4. Do gênero à despatriarcalização do Estado: uma construção democrática

Este capítulo teve por objetivo problematizar a relação entre democracia e violência política contra as mulheres no Brasil, com enfoque nos contextos antidemocráticos, abarcando acontecimentos do período ditatorial e também aqueles vivenciados na última década. A trajetória da recente democracia brasileira, tem sido marcada por avanços e significativos retrocessos que refletem os desafios estruturais de um sistema político ainda permeado por desigualdades de gênero, raça e classe. O golpe de Estado de 2016, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, explicitou não apenas a fragilidade das instituições democráticas, mas também a resistência a uma representação política diversa e inclusiva. Esse acontecimento evidenciou as barreiras enfrentadas pelas mulheres em posição de poder, revelando as dinâmicas patriarcais profundamente enraizadas no cenário político brasileiro, que tornam a violência e a discriminação recorrentes instrumentos de exclusão.

No contexto pós-impedimento, os desafios à efetivação da democracia brasileira se ampliaram. Nesse contexto, apresento o conceito de despatriarcalização das estruturas de poder que perpetuam uma sub-representação e promovem o silenciamento de mulheres e grupos subalternizados. A despatriarcalização do Estado não é apenas uma demanda dos movimentos feministas e de direitos humanos, mas sim uma condição para o desenvolvimento de uma democracia plena, inclusiva e capaz de enfrentar a violência política cometida contra as mulheres.

4.1 O golpe de Estado que pôs fim ao mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff e as recentes ameaças antidemocráticas

A tão desejada democracia brasileira, que vinha, a curtos passos, se desenvolvendo nos últimos governos progressistas desde os anos 2000 e que apresentava tentativas de fortalecimento de suas bases, apesar dos inúmeros desafios ainda presentes, foi cruelmente negada com um golpe de Estado no ano de 2016. Desse modo, foram comprometidas as conquistas e o gradual progresso em diversos setores, como saúde e educação, que esperávamos que fosse resultar numa consolidação de uma democracia para o Brasil.

Na data 17 de abril de 2016 foi televisionado em rede nacional uma votação, entre os parlamentares, que levou a aprovação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o qual nomearemos aqui, como devido, de golpe de Estado. Uma ação inconstitucional,

que feriu radicalmente os princípios democráticos e retirou do poder a primeira mulher eleita através do voto popular. Na mencionada data o que predominou aos ouvidos foram as manifestações de votos de 366 deputados favoráveis a saída da governante, com a justificativa de que o fazia por Deus e pela família tradicional brasileira. No entanto, o mais surpreendente foi a exaltação aos torturadores por parte dos votantes, dentre eles, militares que possivelmente também cometeram crimes de violações dos direitos humanos durante a ditadura. Aos olhos de quem assistia, o que de comum se observava nesses votantes foi a predominância de homens cisgênero, heteronormativos e brancos.

Foi com grande pesar e revolta que assisti à votação televisionada, que não acreditava que realmente haveria, até acontecer. Para quem cresceu em uma família matriarcal, chefiada por duas mulheres, pobres, no interior do nordeste brasileiro e viu a ascensão de oportunidades para a classe trabalhadora diante dos programas sociais viabilizados nos governos de Lula e Dilma, foi desesperador ouvir a cada novo voto a confirmação de que nos próximos anos muitos dos nossos direitos conquistados estariam em ameaça.

O golpe de Estado que pôs fim ao mandato da presidenta Dilma pode ser destacado como um importante ponto de bifurcação na história política recente do país. Desde agosto de 2016, pôde-se presenciar a intensificação de manifestações de ideias antidemocráticas, extremistas e autoritárias, que se materializaram em ameaças aos princípios democráticos e numa intensa descontinuidade dos direitos sociais adquiridos pelas brasileiras e brasileiros desde a Constituição Cidadã (1988).

O fim do mandato de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta oitenta e quatro anos após a conquista do voto pelas mulheres, escancarou o quão frágil é a construção histórica do gênero feminino no Brasil e o quanto os direitos conquistados são instáveis e carecem de mobilização política para que haja sua devida materialização e permanência.

Ao assumir a presidência da república, Dilma Rousseff ratificou a importância e necessidade de uma maior abertura dos parlamentos para as mulheres. Este governo foi marcado pela maior presença de mulheres nos ministérios já vista na história. Durante os seis anos de mandato, dezoito ministras foram empossadas, dentre elas uma mulher ligada ao movimento feminista que ocupou o cargo na Secretaria de Políticas para Mulheres, pasta que teve um aumento de orçamento de aproximadamente 18% durante essa gestão,

conforme destacaram Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018), reafirmando as pretensões apresentadas no discurso de posse da presidenta²⁹:

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela trás consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. [...] Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que - no dia de hoje - todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher” (Rousseff, 2011).

O cargo da presidência foi assumido por Michel Temer, que no dia seguinte a sua posse, fez uma alteração em todo o cenário ministerial e em sua recomposição, excluiu totalmente a presença das mulheres, também não restou nenhuma representação de pessoas negras, indígenas e jovens (Rubim, Argolo, 2018). A mudança foi o prenúncio do que viria a acontecer no governo: o rechaço as pautas identitárias e a reafirmação do patriarcalismo na política brasileira, que ilustrou o quanto as ameaças antidemocráticas são diretamente um ataque aos direitos conquistados pelas mulheres.

A retirada forçada da presidenta Dilma Rousseff, segundo Rubim e Argolo (2018), transcendeu uma mera marca simbólica para as mulheres brasileiras. O evento representou a diminuição da representação descritiva das mulheres no parlamento e o encerramento de um ciclo de empoderamento destas no âmbito do Executivo Federal. O que se consolidou nesse momento e viria a se ampliar, era um verdadeiro impedimento às mulheres nesse espaço.

O golpe sofrido pela ex-presidenta em 2016 ratificou o quanto a política e o espaço público ainda são vislumbrados como espaços não pertencentes as mulheres, como afirmava Colling, ainda em 1997. A autora se debruça sob a construção do sujeito político *mulher subversiva*, forjado pela sociedade, com forte influência da ditadura militar e visto como insuportável pelos que defendem a família tradicional e o pertencimento das mulheres ao espaço doméstico exclusivamente. Essa figura da mulher subversiva, pode ser caracterizada pela consciência de suas possibilidades de escolha e capacidade para ocupar lugares e agir, também na esfera pública, exercendo poder.

²⁹Rousseff, Dilma. **Discurso de posse**, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-vana-rousseff-durante-a-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 19 de novembro de 2023.

No ano de 2016, no momento em que Temer assumiu a presidência do país, eu cursava o 8º período do curso de psicologia, em minha cidade natal, Caruaru, que fica no agreste central de Pernambuco. Estava inserida em três campos distintos de atuação: realizava o estágio básico curricular, no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), atuava enquanto extensionista, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e também em um estágio extracurricular na área de Recursos Humanos. A partir das minhas inserções e dos contatos que estabelecia na prática profissional e na vida pessoal, pude vivenciar e ser afetada por um contexto político de incertezas, ameaças aos direitos sociais adquiridos e aos princípios democráticos, que ameaçam, sobretudo os direitos de algumas identidades, dentre estas, as mulheres.

Nos anos que sucederam 2016, as mudanças ocorridas no cenário político se materializaram na alteração de leis, decretos, redução do financiamento de políticas públicas, entre outras medidas tomadas pelo governo federal. As transformações que acompanhamos impactaram diretamente na piora da qualidade de vida e acesso as necessidades básicas, como saúde, educação, moradia e lazer da população (Delgado, 2019).

Os impactos, expostos no parágrafo anterior, foram percebidos por mim e pelas pessoas que compõem minha rede, mas principalmente, pelas usuárias e usuários com quem convivi nos serviços públicos onde atuei após a conclusão da graduação, como residente, entre os anos de 2018 e 2020, nas diversas modalidades de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e Consultório na Rua.

Dentre as inúmeras mudanças ocorridas com a chegada de Michel Temer ao posto da presidência da república, posso citar a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, ainda em 2016, orientada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, transformada na Emenda Constitucional 95/2016 e a aprovação da reforma trabalhista em 2017, regulamentada na Lei nº 13.467. As alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promoveram flexibilizações que favoreceram o empregador e precarizaram ainda mais a situação do empregado (Delgado, 2019).

A conhecida Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos alterou a Constituição brasileira e congelou os investimentos públicos por vinte anos revelou o início de um intenso processo de desmonte dos direitos adquiridos pela população brasileira, um grave desinvestimento nas políticas públicas de saúde, assistência social e educação, que reverbera desproporcionalmente nas classes populares, usuárias e usuários

dos serviços públicos, agravando as desigualdades sociais e minando a capacidade de atendimento dessa realidade pelo Estado.

Nos anos de 2020 e 2021, os impactos negativos proporcionados pela instabilidade política e pelas ameaças antidemocráticas foram agudizados, o que foi notório e percebido por mim, do lugar de mulher, pobre, trabalhadora da psicologia e técnica social em psicologia no programa ATITUDE³⁰, serviço do Estado de Pernambuco, destinado ao acolhimento e acompanhamento de pessoas em situação de rua, que fazem uso de crack e outras drogas. Com a chegada da pandemia de COVID-19, que assolou o mundo no ano de 2020, foi possível ver a face mais cruel de um *desgoverno* que não dispôs de esforços para aplacar as demandas surgidas desse contexto para a população, sobretudo para alguns grupos sociais, como por exemplo, pessoas em situação de rua. O descaso do Estado, culminou em 693.853 mortes no período entre março de 2020 e dezembro de 2022, segundo dados informados pelas secretarias estaduais de saúde³¹.

O Sistema Único de Saúde (SUS), principal *locus* de assistência durante a pandemia, pode ser referido como uma das mais significativas conquistas para brasileiras e brasileiros, no que se refere a garantia de direitos, uma vitória do Movimento pela Reforma Sanitária, que se consolidou enquanto legislação no artigo 196, presente na seção II do texto que compõe a Constituição Cidadã (1988), afirmando a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Apresenta entre seus princípios e características: universalidade, gratuidade, integralidade, prioridade das ações preventivas e participação comunitária.

O SUS foi atravessado pela restrição orçamentária desde o seu surgimento, o que resultou em dificuldades em sua operacionalização. No entanto, avanços e conquistas aconteceram paulatinamente, dentre essas posso citar a Reforma Psiquiátrica, que mesmo sob tais condições conseguiu avançar em suas pautas, no que se refere ao fechamento de hospitais psiquiátricos em todo país, e em substituição, a criação de redes de saúde e expansão dos serviços de saúde mental de base territorial em todo o país, como é o caso dos CAPS, regulamentados pela portaria 336/2002. Dessa forma, o cuidado em saúde mental migrou da esfera da filantropia e da prestação de serviços, para ser operado prioritariamente pelo sistema público de saúde, estabelecendo assim a inversão dos

³⁰ Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares no Estado de Pernambuco.

³¹ Brasil. Secretarias Estaduais de Saúde, 2020, 2021, 2022. **Covid-19 no Brasil**. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

gastos, antes destinados às instituições totais para serviços de base territorial (Rosana Onocko-Campos, 2019).

Em relação à saúde mental, meu principal campo de atuação, podemos citar a modificação da Política Nacional de Atenção Básica, o acréscimo no financiamento de hospitais psiquiátricos, a redução do cadastramento dos CAPS e a ampliação de vagas em Comunidades Terapêuticas, como alguns dos retrocessos ocorridos no governo Temer (2016-2017), que se intensificaram durante o governo Bolsonaro (2018-2022). No cotidiano dos serviços, isso se converteu numa drástica piora das condições de vida das pessoas assistidas, muito perceptível aos trabalhadores, que também vivenciavam, em menor grau, a dificuldade de acesso aos direitos básicos.

Enquanto trabalhadora da saúde mental presenciei um significativo aumento da população em situação de rua, que se confirmava, quando durante os atendimentos a equipe me deparava com pessoas que haviam deixado recentemente suas casas, em decorrência de um projeto necropolítico³² que tornou para as famílias cada vez mais inviável manter financeiramente necessidades básicas, como moradia e alimentação. No cotidiano dos serviços, entre os anos de 2018 e 2021, usuárias/os queixavam-se do aumento dos preços dos alimentos e, não raramente, ouvia histórias de pessoas que sofreram graves queimaduras no corpo devido uso de fogão a lenha, técnica utilizada por muitas brasileiras perante os exorbitantes aumentos do preço do gás de cozinha.

A marcha de retrocessos no setor saúde não cessou no contexto pandêmico. Na verdade, presenciamos uma continuidade do desfinanciamento da saúde, a ausência de comprometimento com essa alocação de recursos para enfrentamento da pandemia e o pleno desenvolvimento da nova forma de financiamento da Atenção Primária do Sistema Único de Saúde (SUS), que visou a mudança deste modelo de saúde, para um SUS com característica operacional. Assim, ocorreu um abandono do princípio da universalidade a partir da restrição da assistência em saúde para as pessoas que os municípios conseguissem cadastrar. Bolsonaro, o presidente da pandemia, também minimizou a potencialidade mortífera do vírus desde o início dos casos, incitando o não cumprimento de isolamento social e de outras medidas, comprovadas cientificamente como redutoras da infectividade (Mendes, Carnuto, Melo, 2023).

³² A necropolítica, termo cunhado por Achille Mbembé (2018), se refere ao uso do poder político e social, principalmente por parte do estado, como modo de determinar, através de suas ações ou da ausência delas, quem deve morrer ou viver.

A pandemia de COVID-19, atrelada ao descaso do Estado bolsonarista, levou à uma situação catastrófica à vida de pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+, trabalhadores/as, nortenordestinas, em situação de rua, risco e vulnerabilidade social. No que concerne à questão apresentada e ao caráter político da psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), no contexto pandêmico, deixou evidente a preocupação em relação à população brasileira e à construção da democracia no país (CFP, 2021).

A democracia como condição para a existência da Psicologia como ciência e profissão no Brasil

No último Censo da Psicologia Brasileira, foi apresentada uma discussão em relação a defesa do Estado Democrático de Direito por parte da profissão. No texto *A psicologia brasileira e a defesa da democracia: cenários de práticas no contexto do Estado Democrático de Direito*, Wanderson Silva (2022) expõe os dados provenientes do censo mencionado, no que se refere à defesa da democracia e expõe que a luta pela sua construção é uma pauta fundamental para a profissão. Nesta escrita, destaca a ampliação da atuação da categoria nas políticas públicas durante os últimos anos e os impactos percebidos por psicólogas/es/os em suas atuações numa conjuntura antidemocrática, que atingiu todos os setores da sociedade, como saúde e educação, inclusive as universidades públicas, com os cortes de gastos e ataques à ciência (Silva, 2022). Nas informações coletadas pelo Censo realizado em 2021 pelo Conselho Federal de Psicologia, destaca-se a afinidade entre democracia e o exercício da psicologia, como ciência e profissão. É reconhecida pelas/es/os profissionais brasileiras/es/os como indispensável ao exercício profissional e referindo-se aos dados obtidos, o autor comenta:

[...] há na categoria a compreensão de que a democracia é condição totalmente necessária para a saúde da profissão. Se somadas a estes percentuais colocarmos os números relativos àquelas que responderam que a democracia é um requisito *muito* importante para nossa profissão ser exercida, que somam na categoria geral 18%, teríamos em torno de 93% das respostas que discernem sobre a relevância da democracia para a Psicologia. [...] Destaco ainda uma presença tímida, que nem chega a 1% de respondentes, a marcar ou *pouco* ou *nada* para a democracia como requisito importante de nossa prática profissional, por isto mesmo é uma resposta destoante da compreensão geral da categoria sobre a relevância da democracia para a atuação da Psicologia brasileira. No geral foram 0,7% que responderam isto, ou para uma ou para outra. E 5% no país respondeu que a democracia é requisito *parcialmente* importante para atuar como psicóloga(o) (p.238).

A pesquisa realizada com representação de profissionais de todo país, revela que as/os psicólogas/os através de suas respostas assinalaram a importância das questões relativas à democracia, como acesso à saúde, educação, trabalho, liberdade de ir e vir no território, liberdade de expressão, política, ideológica, religiosa, entre outras (Silva, 2022). Desse modo, denotando o forte engajamento político da profissão, que exerce uma intensa relevância nas discussões em torno da saúde, da saúde mental e das questões de gênero no Brasil.

Enquanto profissão que atende às questões de Saúde Mental, a psicologia brasileira, analisa a gravidade do aumento da incidência de sofrimento psíquico na população geral e profissionais de saúde, que se intensificou no contexto pandêmico e reconhece a influência do contexto antidemocrático no agravamento da situação de saúde pública. As/es/os profissionais que trabalham nas políticas sociais, desempenham fundamental papel e assumem o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com a transformação psicossocial, por meio de suas práticas e posicionamentos, que, neste sentido, são iminentemente políticas (Hur, Lacerda Júnior, 2017).

O Instituto Ipsos realizou uma pesquisa, solicitada pelo Fórum Econômico Mundial e cedida à BBC News Brasil, que apontou que 53% das/es/os brasileiras/es/os declararam piora de seu bem-estar mental após o primeiro ano de pandemia. Em um *ranking* mundial, o Brasil, ficou atrás apenas de quatro países: Itália (54%), Hungria (56%), Chile (53%) e Turquia (61%)³³.

A pandemia evidenciou diferenças sociais e econômicas, que repercutiram no acesso à saúde, à informação e as tecnologias de comunicação, contribuindo com o agravamento de situações de violência e exclusão social. Silva e Rodrigues (2021) apontaram também as dificuldades no que se referiu ao autocuidado e à possibilidade de cumprir com as medidas de isolamento, devido às condições de trabalho anteriormente precárias, o que também contribuiu com os agravos à saúde mental nas camadas mais pobres da população.

A conjuntura política antidemocrática vivenciada nos últimos anos, explicitada nos parágrafos anteriores, quanto a piora das condições de acesso à moradia, saúde,

³³ BBC News Brasil, 2021. **Covid:** saúde mental piorou para 53% dos brasileiros sob pandemia, aponta pesquisa. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56726583>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

educação, lazer, bens básicos e o descaso do último governo no que se refere aos impactos provocados pela pandemia de *COVID-19* não refletiram conforme o esperado, nos resultados das urnas nas últimas eleições presidenciais. O pleito de 2022, foi o mais acirrado já visto na história da democracia. O petista Luíz Inácio Lula da Silva veio a vencer, se tornando o 39º presidente, com 50,9% dos votos válidos no segundo turno das eleições, ante 40,1% de Jair Bolsonaro, o presidente da pandemia.³⁴

O alto número de eleitores que mantiveram seu voto em Bolsonaro, desperta a curiosidade, dado o óbvio cenário de perdas de direitos e sucateamento das instituições públicas e do setor saúde, o que desperta a curiosidade e o levantamento de algumas hipóteses de minha parte. Seria o resultado uma decorrência do desconhecimento da construção histórica e política do país por parte da população? Como foi possível um gestor que tratou com tanto descaso o evento mundial que foi a pandemia ainda ser apoiado por uma parcela significativa de brasileiros e brasileiras? Seriam os resultados das urnas uma confirmação de um vasto desconhecimento da construção histórico-política do país, no que se refere a temas como a colonização portuguesa e o período ditatorial? O que possibilita a esta parte da população a aceitação de ideias como a de que a ditadura militar foi um período glorioso?

O jornalista João Filho (2018), em matéria para a BBC News Brasil³⁵, coloca que a defesa do governo Bolsonaro por parte da população brasileira, pode ser relacionada às recentes ondas revisionistas e negacionistas, que dizem respeito a um aumento das revisões e reinterpretações de eventos históricos com a intenção de negar, distorcer ou minimizar os fatos, rejeitando as evidências confiáveis e as produções científicas, em favor de um projeto necropolítico. Essa realidade pode ser evidenciada, por exemplo, na seguinte afirmação: *naquele tempo você tinha liberdade, segurança, ensino de qualidade, a saúde era melhor* (sic), frase dita por Bolsonaro em relação à ditadura militar.

A visão exposta pelo jornalista João Filho (2018) assemelha-se àquela discutido pelo historiador Márcio Seligmann-Silva. Este lançou em 2022 o livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, no qual analisa questões como memória e esquecimento, retomando acontecimentos históricos, com o intuito de mostrar a

³⁴ Passarinho, Nathalia. BBC News Brasil, 2022. **A justiça eleitoral anunciou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63452265>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

³⁵ João Filho. 'Na ditadura tudo era melhor'. Entenda a maior fake news da história do Brasil. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/09/22/na-ditadura-tudo-era-melhor-entenda-a-maior-fake-news-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

necessidade de combate do pensamento colonial, ainda tão presente na sociedade brasileira. No 8º capítulo da obra, o autor se dedica às questões referentes as recentes ondas do revisionismo e negacionismo, que recontem a história do que foi a ditadura no Brasil, afim de distorcer os fatos em favor de um projeto político de dominação.

O historiador Daniel Araújo Reis (2014), problematizou a criação de uma memória hegemônica em relação ao que foi a ditadura, que isentou a população brasileira apoiadora da ditadura de responsabilidades nas narrativas produzidas pelos documentos oficiais. O autor ressalva que as tendências conservadoras se mantiveram e dessa forma não houve um rompimento de fato com as ideias ditatoriais.

Leonardo Avritzer (2016) destaca o papel das mídias de comunicação brasileiras, na propagação da ideia de falência das instituições públicas e na construção de discursos que colocaram a corrupção, atrelando-a ao Partido dos Trabalhadores (PT), como a principal responsável por esse suposto colapso. Desse modo, foi sendo internalizado por uma parcela da sociedade que a única saída para a situação seria a destituição dos políticos, todos corruptos, de seus cargos, ascendendo o desejo por intervenção militar, tão presente nas manifestações da extrema-direita, sobretudo após o ano de 2013.

Em entrevista, no ano de 2022, Avritzer (2022) problematizou outro importante ponto para se pensar a questão: o uso das redes sociais pela família Bolsonaro e o fenômeno da disseminação em massa de ideias conservadoras pela extrema-direita, que atinge em um tempo muito curto um amplo número de pessoas. Ele exemplifica “ele (Bolsonaro) fala alguma coisa naquela *live* dele de quinta-feira, ao mesmo tempo isso aparece num conjunto de *sites* conservadores. Simultaneamente aparecem vídeos no *Youtube* reforçando tais posições. É uma coisa muito integrada, muito bem feita” (Avritzer, 2022).

Seligmann-Silva (2022) revela que é fatídico que no Brasil estamos suscetíveis a defesa de um projeto político ditatorial, até mesmo por parte das populações que mais foram violentadas no período, em decorrência de uma política do esquecimento, da associação entre anistia e suspensão dos direitos à verdade, memória e justiça, da ausência da força necessária para se impor e aprofundar a verdade pela CNV, da permanência de corpos desaparecidos e da falta de punição dos criminosos, que chegam a ser compreendidos em alguns momentos como modelos morais para parte da população conservadora. O referido autor também afirma que no Brasil os direitos humanos não se enraizaram como parte da política de Estado e aborda, entre outros temas, o aniquilamento de algumas culturas e das suas teorias em prol de um saber universal e supostamente

neutro, realizado em favor da manutenção de grupos hegemônicos. A partir disso, é possível inferir que o Estado brasileiro insiste na impunidade dos crimes da ditadura, naturalizando em muitos momentos as violências daquele período, mesmo ao criar condições para que houvesse essa responsabilização dos criminosos, como a criação da própria CNV.

Estamos situadas/es/os em um país onde, com frequência, ouvimos figuras públicas, como é o caso de parlamentares, proferirem a frase *Direitos humanos para humanos direitos*, “[...] lema esse que poderia estar inscrito na porta de qualquer campo de extermínio, mas nunca poderia ser usado como mote em um país supostamente democrático” (Seligmann-Silva, 2022, p. 226). Com isso, assistimos também a uma atualização das violências, tais quais àquelas ocorridas durante o período ditatorial. A violência de Estado atinge, sobretudo, populações específicas como as pessoas negras e periféricas com as políticas de segurança que promovem um encarceramento em massa; indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com a insuficiência de assistência social, econômica e de acesso à saúde; população LGBTQIAP+ e mulheres, atingidas/es/os pelo moralismo religioso e a misoginia, que promovem a homofobia, a transfobia, feminicídios e os transfeminicídios, além de mitigar a participação política ativa entre os membros desses grupos, seja por meio da intimidação ou da violência.

4.2 Desafios e retrocessos na democracia brasileira: a despatriarcalização do Estado como saída

Na esfera política, há uma predominância da ocupação de cargos do poder legislativo por homens cisheteronormativos, o que diz muito sobre o uso da violência de Estado frente a atuação política das mulheres. Essas violências, tem atingido principalmente as mulheres parlamentares e que exercem uma militância política, pelos direitos humanos ou das mulheres. Nesse campo, também, a violência de Estado se atualiza e em razão desta, se tornam possíveis acontecimentos como o emblemático assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco no ano de 2018, para o qual ainda não houve o devido reconhecimento e responsabilização dos mandantes do crime.

Diante da impunidade, outros casos de intimidação e violência continuam a ocorrer, como acompanhamos no ano de 2023, os ataques ofensivos e transfóbicos à

deputada federal Ericka Hilton, durante a CPMI dos atos golpistas³⁶ ou mesmo as ameaças anônimas, de morte e violência sexual, recebidas via *e-mail* institucional pela deputada estadual de Pernambuco, Rosa Amorim³⁷. Esses acontecimentos também são atravessados pela ausência de elaboração simbólica e jurídica dos crimes ocorridos durante o período ditatorial, como expõe Seligmann-Silva, que afirma: “Tudo que fizemos até hoje nesse campo foi insuficiente” (2022, p. 226).

A violência política contra as mulheres foi reconhecida e nomeada pela primeira vez no Brasil com o Projeto de Lei 349/2015, de autoria da deputada Rosângela Gomes, filiada ao partido dos Republicanos, que trata sobre o combate à violência e discriminação político-eleitoral contra a mulher. O projeto tramitou por seis anos no senado, vindo a tornar-se a Lei 14.192/2021, logo após as eleições municipais, que geraram intensas repercussões acerca dos ataques ocorridos contra mulheres candidatas e eleitas, sobretudo trans e negras. No entanto, mesmo diante da urgência apresentada e da realidade apresentada, a lei não garantiu a extensão dessa proteção para mulheres trans, restringindo a garantia desse direito em razão da genitália, devido a resistência de homens e mulheres oriundos de partidos de direita (Adriana Franco, 2022).

De acordo com Flávia Biroli (2016), estudiosa do tema, a violência política afeta mulheres inseridas na política em todo o mundo e tem sido percebida mais recentemente no Brasil diante não só do aumento expressivo da entrada de mais mulheres nos parlamentos, mas de uma inserção mais qualificada e efetiva. Tem por objetivo constranger e deslegitimar a atuação política delas no espaço considerado masculino. Essa violência se manifesta a partir de assédios de vários tipos, exposição da vida íntima, tratamento desigual, estigmatização, ameaças, agressões físicas e verbais.

A participação das mulheres na política tem aumentado gradualmente e com isso, também a intensificação de ataques contra estas em razão das atividades exercidas (Franco, 2022). Em um contexto político-social patriarcal de produção de adoecimento para parlamentares e ativistas políticas, como é o caso do Brasil, essa inserção não se dá de modo simples e sem reverberações negativas. Diante do que foi exposto, emerge a

³⁶ Correio Brasiliense. Ataques ofensivos e transfóbicos à deputada federal Ericka Hilton, durante a CPMI dos atos golpistas. Correio Brasiliense, 2023. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5108457-transfobia-erika-hilton-denuncia-deputado-a-conselho-de-etica-da-camara.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

³⁷ Portal G1 PE. Deputada Rosa Amorim recebe e-mail com ameaça sugerindo “estupro corretivo” para “cura lésbica”. G1, Globo, 2023. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/08/22/deputada-rosa-amorim-recebe-e-mail-com-ameacas-sugerindo-estupro-corretivo-para-cura-lesbica.ghtml>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

demanda por uma legislação específica que identifique corretamente e puna os casos, mas sobretudo, se faz necessária a ocorrência de mudanças estruturais e ampliação das discussões em torno do tema.

A presença desigual de homens e mulheres na ocupação de cargos de poder legislativo existe desde a inserção destas na política e teve como a primeira tentativa de mitigar essa disparidade por meios legais a Lei 9.100/1995, que estabeleceu a obrigatoriedade do preenchimento de pelo menos vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação por candidatas. Em 2008, a mesma lei sofreu alteração e passou a exigir a presença de no mínimo trinta por cento de mulheres. No entanto, há uma dificuldade no cumprimento dessa prerrogativa.

Céli Pinto (2018), historiadora e pesquisadora, pontua que diversas pesquisas analisam a incipiente presença das mulheres na esfera pública brasileira, identificando predominantemente duas causas subjacentes. Em relação ao sistema político partidário, destaca-se a influência negativa de elementos como o uso de listas abertas, a oligarquização das burocracias partidárias e os elevados custos das campanhas eleitorais. Esses fatores, não apenas excluem as mulheres desse cenário, mas também marginalizam outros grupos, incluindo a população negra, indígena, trabalhadoras e trabalhadores assalariadas/os.

Nas duas casas legislativas do Congresso Nacional, observa-se uma significativa maioria de homens brancos, cisgênero, heterossexuais, pertencentes à classe média alta ou à burguesia, tanto nas áreas urbanas, quanto rurais. Além disso, no que se refere especificamente às mulheres, soma-se a este panorama o sexismo generalizado, que permeia a sociedade brasileira e atravessa classes, raças, etnias, posições políticas e ideológicas, bem como bancadas religiosas e ruralistas relativas ao agronegócio com pautas conservadoras e de cunho extrativista, respectivamente. As estatísticas sobre a violência contra as mulheres no país são alarmantes e servem como um evidente reflexo dessas relações desiguais (Pinto, 2018). Com o aumento expressivo de candidaturas, ocupação de cargos políticos por mulheres e reivindicações das pautas feministas por parlamentares, a violência política se intensificou. Neste sentido, a legislação surge dessa urgência em fornecer meios para a manutenção da participação das mulheres nos processos decisórios do país.

Franco (2022) defende que a presença de uma agenda que inclua a defesa, promoção, ampliação e garantia dos direitos das mulheres, dependem, também, da chegada e da manutenção das mesmas nos cargos de poder legislativo. A sub-

representação das mulheres nesse ambiente favorece o bloqueio de determinadas agendas e o pleno desenvolvimento político de outros grupos, em detrimento das pautas que abordam as causas feministas (Marlise Matos, Clarisse Paradis, 2014). Em razão do colocado, as discussões em torno da violência política contra as mulheres são urgentes, pois evidenciam a necessidade de superar os obstáculos que elas enfrentam ao ingressarem na esfera política.

Em meio aos avanços e retrocessos no campo político para as mulheres, podemos atrelar essa instabilidade ao legado histórico de machismo e misoginia dentro dos parlamentos. As instituições que se intitulam enquanto democráticas são projetadas e exalam uma cultura centrada no masculino, criadas e conduzidas por homens e para homens. Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) destaca uma curiosidade a respeito da construção do prédio físico do Congresso Nacional Brasileiro “[...] não foi planejado um local para banheiro feminino. Até 2015, portanto não havia banheiro feminino no plenário do Senado Federal brasileiro.” (p. 12), o que muito diz sobre a destinação desse espaço de exercício de poder aos homens.

Com a presente pesquisa, queremos reforçar a urgência de uma ampliação da participação política das mulheres, assegurando a integridade física e psicológica em todas as etapas que envolvem as suas ações na esfera pública. Neste sentido, a presença de duas mulheres enquanto avaliadoras da banca de qualificação dessa pesquisa foi crucial, ao apontar como saída para esse atual contexto, onde vivencia-se uma atualização de ideias e atitudes misóginas: a despatriarcalização do Estado brasileiro, como um caminho para garantir a presença das pautas feministas na busca por uma ampliação dos direitos das mulheres nas discussões parlamentares, garantindo a devida representação política desse grupo, sem que haja prejuízos diretos as nossas representantes nesse cenário.

O debate em torno da despatriarcalização do Estado brasileiro precisa englobar uma crítica ao modelo neoliberal de economia e a separação dicotômica entre público e privado, estratégia e sensibilidade, cultural e natural, que se relacionam intimamente ao processo de hierarquização do masculino perante o feminino e favorecem a hegemonia dos homens (Matos, Paradis, 2014). Para compor essa discussão é necessário problematizar também, as estruturas que compõem o Estado e os estereótipos de gênero atrelados às mulheres, que nomeiam suas atitudes de modo a deslegitimar suas atuações, compreendendo que: a construção de uma nova ética e arranjos de teias sociais numa perspectiva de feministação das relações sociais e do Estado exige a construção de

padrões de relação que considerem e enfrentem as formas de exploração, hierarquização e subordinação das pessoas e das vidas (Beatriz Brambilla, 2021).

Flávia Biroli (2018) aponta enquanto limite à inserção e pleno exercício do poder na esfera pública-política por parte das mulheres a divisão sexual do trabalho, que impõe o espaço privado, de cuidado e manutenção da família para as mulheres e a ocupação dos espaços públicos pelos homens, os quais foram historicamente classificados como inteligentes, racionais e dotados de capacidade analítica, características consideradas inatas ao sexo, ou naturais.

Os sistemas de hierarquização, citados nos parágrafos anteriores, que promovem a inferiorização das mulheres perante os homens, são amplamente discutidos no campo dos estudos feministas. O feminismo coloca em disputa a perspectiva naturalista uma vez que, consideramos tais atributos como constructos produzidos cultural, político e socialmente. Em 1997, Ana Maria Colling (1997) já atrelava a discussão da separação dos gêneros nas categorias público e privado e destacava essa destinação da mulher ao espaço doméstico como o principal impedimento à ocupação de lugares de voz, liderança e reivindicação, ou seja, ao espaço político. No entanto, passados tantos anos e diante de inúmeras conquistas que possibilitaram uma ampliação do poder de escolha, sobretudo para uma determinada parcela das mulheres, em destaque as brancas e de classe média à alta, a possibilidade de escolha, as tarefas de cuidado ainda se constituem enquanto obstáculo, o que desperta a problematização: Ao passo em que essas mulheres foram conquistando direitos e adquirindo autonomia, os homens mantiveram intactos os seus papéis no seio familiar?

Paul Preciado (2014) confirma as colocações já apresentadas, ao analisar a construção discursiva em volta da sexualidade das mulheres, expondo a sua tese de que essa preocupação e vigilância em torno da questão, determinou o âmbito privado como lugar da mulher e “o papel tradicional da ‘mulher casada’ supõe um grau extremo de submissão, uma escravidão em tempo integral e para a vida toda” (p. 33).

Esse lugar da mulher pré-determinado e as tentativas por parte do Estado de definir e impor um padrão para essas subjetividades, pode também ser pensado a partir do que Foucault (2008[1978]) chamou de técnicas de normalização, que tem por finalidade regular e corrigir as existências que vão de encontro ao modelo hegemônico construído. Nesse contexto patriarcal, a violência seria, mais uma estratégia de criminalização e correção de condutas inapropriadas?

Ao falarmos em despatriarcalização do Estado, é necessário frisar que essa tarefa vem sendo discutida e realizada no país pelos movimentos de mulheres desde o início das suas atuações, sendo possível enumerarmos alguns avanços obtidos. Referentes a estas conquistas, Sueli Carneiro (2003) aponta algumas, como: a criação dos Conselhos da Condição Feminina, a luta contra a violência doméstica e sexual, promotora de mudanças significativas no que se refere às questões que envolvem o público e o privado, conquistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e reservas de vagas para mulheres nas legendas partidárias. Ainda com relação aos movimentos feministas no Brasil, aponta:

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. (Carneiro, p. 117, 2003).

No entanto, o feminismo no Brasil esteve por muito tempo atrelado a uma perspectiva eurocêntrica e universalizante, não reconhecendo as diferentes identidades e desigualdades que as atravessam, o que vem se modificando nos últimos anos, afim de contemplar demandas específicas.

O protagonismo das mulheres negras tem promovido o impulso fundamental para promoção de mudanças de concepções e reposicionamento político do feminismo no nosso país, apresentando inúmeras conquistas no que se refere ao apontamento de questões como: a falácia de uma visão universalizante de mulher, o racismo como produtor de desigualdade e a necessidade de políticas específicas para o alcance da equidade de oportunidades para as diferentes identidades, contemplando as mulheres indígenas, lésbicas, bissexuais, norte-nordestinas, do meio urbano e rural, sindicalizadas, quilombolas, idosas, portadoras de deficiências, de diferentes religiosidades e posicionamentos (Carneiro, 2003).

Neste sentido, Brambilla (2021) expressa concordância com este posicionamento ao afirmar que, trata-se da necessidade de desuniversalizar as pessoas, transcender lógicas abstratas que refletem o pensamento liberal. Paralelamente, a despatriarcalização é definida como a afirmação de um modelo de emancipação humana radical, essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa. Nesse contexto, tornam-se imprescindíveis políticas afirmativas que abordem questões como pobreza, racismo, machismo, sexismo, capacitismo e etarismo, dentre outras estratégias de opressão.

Iniciativas que considero urgentes e cruciais para o avanço o desenvolvimento e fortalecimento da soberania popular no país.

A despatriarcalização em curso tem como principal pretensão o fim da violência política contra as mulheres que impacta negativamente em suas atuações políticas, mas implica também, de modo basilar, conforme Brambilla (2021) a circulação de orçamento e riquezas entre mulheres e a implantação de políticas de equidade de gênero, raça e classe. Esse processo é fundamental para a consolidação da democracia brasileira.

Um projeto de ampliação da participação das mulheres na política, precisa considerar sobretudo as especificidades das mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, uma vez que, suas presenças nos espaços de poder são cruciais para desafiar e transformar essa estrutura excludente e garantir uma verdadeira democracia representativa. Conforme destaca Kimberlé Crenshaw (1989), a interseccionalidade permite analisar como as desigualdades e opressões interagem, afetando grupos marginalizados de maneira complexa e única. No caso brasileiro, essa perspectiva é essencial para entender como as diversas identidades femininas enfrentam barreiras adicionais na política, resultado de opressões simultâneas de gênero, raça e classe.

Para que haja uma transformação significativa no cenário político brasileiro, é fundamental implementar políticas afirmativas que promovam a inclusão de mulheres de diferentes origens e identidades. A violência política, que tem atingido parlamentares como Marielle Franco e deputadas como Erika Hilton e Rosa Amorim, é um exemplo da resistência que essas mulheres enfrentam ao desafiar as normas patriarcais e racializadas que regem o espaço público. Segundo Flávia Biroli (2016), a violência política contra mulheres visa não é isolada, mas parte de uma dinâmica estrutural que continua a subordinar as mulheres, especialmente as que representam identidades marginalizadas.

A despatriarcalização do Estado brasileiro envolve mudanças estruturais profundas que vão além da simples presença de mulheres nos espaços de decisão. Trata-se de transformar as dinâmicas institucionais e sociais que perpetuam a exclusão de mulheres e minorias, possibilitando que suas vozes sejam ouvidas sem ameaças ou limitações. Diante do que foi exposto, é urgente reconhecer que a despatriarcalização é uma medida urgente e essencial para a consolidação de uma democracia inclusiva e representativa. Os exemplos de violência política contra mulheres, a falta de políticas que considerem a interseccionalidade e a exclusão histórica das mulheres de espaços de poder demonstram que a democracia brasileira ainda está distante de ser plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar brasileira, evidenciou um contexto de violência política em que a tortura, física e psicológica, foi um dos instrumentos mais devastadores utilizados pelo regime. Os relatos das sobreviventes expostos nesse estudo, mostraram não apenas a violência imediata da tortura, mas também as cicatrizes profundas que marcaram as vidas das vítimas, afetando suas trajetórias profissionais, pessoais e familiares. Esse período representou a subordinação das instituições públicas a um regime autoritário que violou direitos humanos em nome da preservação de uma suposta ordem, sendo as mulheres, em especial, alvos de violências que combinavam práticas de tortura e o uso da identidade de gênero como mais uma ferramenta de destruição.

As marcas do regime autoritário ainda reverberam na sociedade brasileira, especialmente no campo da memória e da reparação histórica. Essa pesquisa, ao analisar as violências sofridas pelas mulheres, destacou a interseccionalidade de opressões, expressando a complexidade das experiências. A construção das narrativas sobre as vítimas, que muitas vezes permanecem silenciadas ou marginalizadas, revela as continuidades entre os discursos de poder autoritário e os modelos patriarcais que, ao longo do tempo, seguiram delimitando espaços de ação e resistência das mulheres. Portanto, analisar a violência política contra as mulheres nesse período não é apenas um exercício de memória, mas uma questão que envolve uma análise, por outra perspectiva, da própria construção das estruturas de poder e das relações sociais no Brasil.

As ações repressivas durante a ditadura, mais que um resultado de decisões individuais de agentes de segurança, tratou-se de uma estrutura organizada a partir de recomendações formais dos órgãos de repressão. Esses mecanismos de violência estatal não surgiram apenas após o golpe de 1964, foram sendo paulatinamente construídos, sustentados por uma retórica de medo, controle social e moralidade. Desde antes da ditadura, discursos que associavam subversão à desordem, à imoralidade e ao perigo, começaram a preparar o terreno para a eliminação de qualquer pessoa ou grupo que desafiasse a ordem estabelecida. Esse processo, amplamente disseminado e naturalizado, criou uma justificativa ideológica para a repressão, permitindo que práticas de extrema violência fossem legitimadas sob o disfarce de defesa da ordem pública.

A ditadura construiu um sistema no qual a violência não apenas foi tolerada, mas promovida, através de tecnologias do biopoder, conceito foucaultiano que utilizei para explicitar como se deu o controle das vidas e dos corpos, especialmente dos considerados

subversivos. Essa aplicação do biopoder foi crucial para a justificativa da repressão, com a construção de uma hierarquização da vida, que delimitava as vidas que eram dignas de proteção estatal e as que eram vistas enquanto ameaças a serem eliminadas. Mulheres que se engajaram politicamente se tornaram alvo dessa lógica repressiva, pois representavam uma ameaça ao sistema patriarcal e à moralidade conservadora.

As narrativas das mulheres que lutaram contra o governo ditatorial tornaram visíveis as intersecções entre as violências políticas e de gênero, evidenciando como o regime ditatorial não só procurou silenciar a oposição, mas também impor normas rígidas de comportamento para mulheres. As torturas e repressões enfrentadas por elas estavam intimamente ligadas à subversão das expectativas de gênero da época, onde o espaço público e a militância eram entendidos como territórios exclusivamente masculinos. A análise da categoria de gênero, à luz das contribuições de Joan Scott, foi central para entender as complexas dinâmicas de poder e controle social exercidas sobre essas mulheres. O gênero, como uma construção sociocultural, foi utilizado como um instrumento para justificar e naturalizar a violência, perpetuando desigualdades estruturais que atravessam não apenas a política, mas também a esfera privada. Ao adotar a definição de Joan Scott, que desnaturaliza as diferenças de gênero e as insere no campo da luta e da dominação, é possível problematizar a resistência dessas mulheres como uma ação política, entendendo-a, assim, como um desafio direto às normas que sustentavam a ordem autoritária e patriarcal do regime.

Em suma, as análises dos relatos de mulheres à CNV, visibilizou um quadro de resistência silenciosa e de subversão constante contra uma sociedade que, por meio de discursos e práticas, tentava impor limites à liberdade e à atuação política. A exclusão dessas mulheres dos espaços políticos, foi articulada por meio de um sistema de violência simbólica e material. A criminalização de sua militância e a imposição de um ideal de feminilidade restrito e punitivo buscavam não só submeter seus corpos, mas também apagar sua presença e relevância no cenário político. A memória começou a ser reconstruída por meio de esforços de pesquisadoras/es, como Maria Amélia Teles, e documentos públicos, como o relatório da CNV, que finalmente reconheceu as especificidades da violência de gênero, dando visibilidade às trajetórias de militância e resistência. A recuperação dessas histórias, além de lançar luz sobre o apagamento histórico, questiona a estrutura patriarcal que ainda permeia nossa sociedade, evidenciando a urgência em revisitar criticamente as narrativas hegemônicas.

O silenciamento das trajetórias das mulheres negras no relatório da CNV revelou

uma falha significativa no processo de construção de uma memória sobre a ditadura militar brasileira. A exclusão dessas mulheres, cujas experiências de violência política foram intercaladas por opressões raciais e de classe, confirma as continuidades de uma perspectiva que permanece desconsiderando a complexidade das intersecções entre raça, gênero e classe social. Ao não adotar uma abordagem interseccional, o relatório reforçou o apagamento de narrativas cruciais, perpetuando uma invisibilidade histórica que já era característica das políticas e práticas ditatoriais. Essa omissão não é apenas uma lacuna na memória, mas uma ininterrupção das hierarquias de poder que marginalizam as mulheres negras. A análise das opressões múltiplas sofridas por elas durante e após o regime militar exige um compromisso ético e epistemológico mais robusto, capaz de reconhecer a centralidade das suas lutas na reconstrução da democracia brasileira.

Os relatos das sobreviventes da ditadura evidenciaram uma dimensão cruel e sistemática da violência de Estado, onde os corpos das mulheres foram utilizados como um campo de batalha. A tortura sexualizada e a exploração da maternidade como ferramentas de desumanização mostraram como se buscou reprimir a resistência política e até mesmo a capacidade reprodutiva das mulheres. Desse modo, operou como uma forma de governo do futuro e das possibilidades de ser mulher dentro dos limites do que é permitido pelo patriarcado, impedindo novos futuros possíveis. Esses relatos evidenciaram também a interseccionalidade da violência, na qual gênero, política e maternidade se entrelaçam para amplificar o sofrimento das vítimas. Ao abordar essas experiências, torna-se essencial entender o biopoder em ação, onde o Estado exerce controle sobre os corpos das mulheres, não apenas para erradicar a resistência política, mas para reconfigurar e subjugar as noções de família, sexualidade e reprodução. O estudo dessas histórias, que atravessam o tempo e o trauma, é um passo fundamental para a reparação histórica e para a desconstrução das narrativas patriarcais que ainda perpassam as relações de poder no Brasil.

Considerando as reflexões apresentadas sobre a democracia no Brasil e as diversas perspectivas teóricas que compõem este debate, é possível perceber que a democracia, longe de consolidar-se, ainda enfrenta desafios significativos. A tentativa de golpe em janeiro de 2023, como refletido nos textos e nas análises midiáticas, demonstrou a fragilidade das instituições democráticas frente a ameaças antidemocráticas. As discussões sobre o verdadeiro alcance e os limites da democracia brasileira são intensificadas quando se observa a falta de coesão entre a teoria e a prática política, especialmente em contextos de crise. A presença de militares na administração pública e

a participação ativa de setores conservadores e de extrema-direita demonstram uma tensão entre a promessa de uma democracia e os resquícios do autoritarismo na política. Assim, enquanto a teoria democrática aponta para um futuro mais inclusivo e igualitário, a prática política no Brasil revela uma luta contínua pela consolidação de um regime verdadeiramente democrático, que garanta os direitos e liberdades de todas, todos e todos.

A relação entre a democracia e a violência política contra as mulheres, abordada aqui, revelou as profundas tensões entre os direitos conquistados e os retrocessos promovidos, especialmente nesse período pós-impeachment de Dilma Rousseff. A emergência de um golpe de Estado em 2016, que tirou do poder a primeira mulher eleita presidente, simbolizou não apenas a fragilidade das instituições democráticas, mas também o reforço de um discurso patriarcal e excludente, que relegou as mulheres a um lugar de subalternidade. A ascensão do governo Temer e as subsequentes ameaças antidemocráticas reforçaram essa dinâmica, culminando em retrocessos significativos em políticas públicas, como a saúde, a educação e a assistência social.

A despatriarcalização do Estado, aqui defendida, se mostra como um caminho crucial para a construção de uma democracia plena e inclusiva. Essa transformação não é apenas uma demanda das mulheres ou dos movimentos feministas, mas uma necessidade, que é estrutural para o fortalecimento das bases democráticas do país. As crises vividas no Brasil, desde o golpe de 2016, demonstram que a violência política contra as mulheres continua a se materializar não só nos espaços de poder, mas também nas políticas públicas que afetam diretamente a vida cotidiana. Nesse sentido, o desafio de superar as estruturas patriarcais do Estado brasileiro é indissociável da busca por uma democracia que seja efetivamente plural e que enfrente, de forma radical, as desigualdades históricas de gênero, raça e classe.

No contexto mais recente, o Brasil permanece enfrentando retrocessos significativos na inserção das mulheres na política, que revelam as profundas desigualdades estruturais e a violência que ainda as cercam no espaço público. A violência política contra as mulheres, embora reconhecida legalmente, permanece uma realidade constante, como evidenciado em casos emblemáticos de agressões, ameaças e assassinatos, como o de Marielle Franco. Essa violência não se limita a agressões físicas, mas se manifesta também em formas sutis de deslegitimação política, como assédios, estigmatizações e ataques transfóbicos, que buscam silenciar e minar a atuação das mulheres nos espaços de poder. Diante desse cenário, é urgente que o Brasil implemente reformas estruturais, como a despatriarcalização do Estado, para garantir não apenas a

presença das mulheres nas esferas decisórias, mas também a criação de um ambiente político para mulheres e homens comprometidos com mudanças efetivas nas estruturas da sociedade brasileira, que permita a efetiva participação de todas, independentemente de sua origem, raça ou identidade de gênero.

A despatriarcalização do Estado brasileiro, longe de ser uma tarefa simples, exige um compromisso com a transformação das estruturas de poder e com a superação das desigualdades históricas que continuam a subalternizar mulheres, especialmente aquelas que pertencem a grupos raciais e identitários específicos. A interseccionalidade, conceito essencial para a análise das múltiplas opressões que as mulheres enfrentam, deve ser central nas políticas públicas e nas práticas legislativas. A inclusão de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ nos espaços de poder não é apenas uma questão de representatividade, mas de justiça social e política. Para que se construa uma democracia genuinamente representativa e inclusiva, é necessário garantir que as mulheres tenham a liberdade de atuar politicamente sem o medo constante de sofrer violência ou retaliações, e que suas pautas sejam ouvidas e entrem na agenda política do país. Assim, a verdadeira despatriarcalização do Estado passa pela criação de condições que promovam a equidade de gênero, raça e classe, sendo fundamental para o fortalecimento da democracia no Brasil. É necessário seguir combatendo as heranças autoritárias e garantir que os direitos humanos sejam verdadeiramente respeitados, consolidando um país que se reinventa a partir da verdade e da reparação histórica.

Ao entendermos que as subjetivações também ocorrem sob processos de violência e opressão, precisamos construir políticas estruturais que permitam às próximas gerações de mulheres outros modos de ser, estar e existir.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. Polén, São Paulo, p. 113, 2018.
- Almada, Pablo Emanuel Romero. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.36, n. 106, p. 21, 2021.
- Almanaque Abril. **Almanaque Abril 2013**. Ano 39. São Paulo: Editora Abril, 2013.
- Avritzer, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.
- Baggio, Roberta Camineiro. Democracia e autoritarismo: armadilhas do processo constituinte brasileiro. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 9, n. 2, p. 451-476, 2022.
- Battistelli, Bruna Moraes; Cruz, Lílían Rodrigues da. Por que escrevemos cartas? Possibilidades entre cuidar, pesquisar e escrever. IN: **Produção de conhecimento: profanações do método na pesquisa**. Abrapso Editora, Florianópolis, p. 224, 2020.
- Brambilla, Beatriz Borges. Estado patriarcal e políticas para mulheres: da luta pela equidade de gênero ao caso de polícia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 13, p. 27-42, 2021.
- Biroli, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. Boi Tempo, São Paulo, 2018.
- Biroli, Flávia; Machado, Maria das Dores Campos; Vaggione, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo, Boitempo, 2020.
- Brasil, Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório/ Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, CNV, v. I, p. 976, 2014a.
- Brasil, Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, CNV, v. II, p. 416, 2014b.
- Brasil, Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório: mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade (CNV)**. Brasília, CNV, v. III, p. 1996, 2014c.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidência da República, 1988.
- Brasil. **Lei 7.170 de dezembro de 1983**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1983.

Brasil. **Lei 9.100 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1995.

Brasil. **Lei nº 13.467 de julho de 2017**. Altera a consolidação das Leis do Trabalho. Presidência da República, Brasília, 2017.

Brasil. **Lei 14.192 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Presidência da República, Brasília, 2021.

Brasil. **Inquérito 4.279 de janeiro de 2023**. Presidência da República, Brasília, 2023.

Brasil. **Lei 14.197 de setembro de 2021**. Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, Presidência da República, 2021.

Brasil. **Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002**. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas modalidades CAPS I, II e III. Ministério da Saúde, Brasília, 2002.

Carneiro, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

Chauí, Marilena de Souza. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. **Pólis**, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

Coimbra, Cecília. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001.

Colling, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar**. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, p. 157, 1997.

Collins, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Uma Teoria de Poder e Ação**. Editora Letramento, São Paulo, 2019.

Crenshaw, Kimberlé. A interseccionalidade como método de análise. In: **Teoria Feminista: Uma Antologia**. Editora Mulheres, São Paulo, 2009, p. 89-98.

Conselho federal de psicologia (cfp). A prática psicológica na pandemia: de norte a sul, histórias de profissionais que precisaram encontrar alternativas em meio à crise. **Psicologia: Ciência e Profissão (Diálogos)**, Brasília, v. 17, n. 12, p.86, 2021.

Delgado, Pedro Gabriel. Reforma Psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 4, 2019.

Faustino, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica & Cultura**, São Cristóvão, v. 8, n. 2, p. 82-94, 2019.

Foucault, Michel. **Arqueologia do saber**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 3Ed., p. 239, 1987.

Foucault, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222, 2003.

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1976) WMF Martins Fontes, São Paulo, v.1, n. 2, p.269, 2010.

Foucault, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Graal, Rio de Janeiro, ed. 22, 2012.

Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Edições Graal, Rio de Janeiro, p. 175, 1979.

Foucault, Michel. **Segurança, Território e População**. Martins Fontes, São Paulo, p. 520, 2008 [1978].

Franco, Adriana Alves. **Violência política de gênero**: do conceito à realidade brasileira. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas).Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 155, 2022.

Freyre, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global, Recife, ed. 48, 2003.

Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.5, p. 07-41, 1995.

Hartman, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

Hur, Domênico Uhng; Lacerda Júnior, Fernando. Psicologia e Democracia: da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.37, n. esp., p. 3-10, 2017.

Hüning, Simone Maria; Guareschi, Neuza. A indisciplina como estratégia de invenção nas pesquisas e intervenções psi. In: BONAMIGO, I. S.; TONDIN, C. F.; BRUXEL, K. (org.). As práticas da psicologia social com os movimentos de resistência e criação. Porto Alegre: **ABRAPSO Sul**, 2008.

Kyrillos, Gabriela; Simioni, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021). **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1874-1896, 2022.

Lionço, Tatiana. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 208–223, 2017.

Lionço, Tatiana, Alves, Ana Clara de Oliveira, Mattiello, Felipe; Freire, Amanda Machado. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 599-621, 2018.

Lobo, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

Lourenço, Cristiane. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 146, n. 1, p. 75-96, 2023.

Machado, Thais; Na Comissão e para a Comissão: a participação de três mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2017.

Matos, Marlise; Paradis, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, Minas Gerais, v. 43, n.1, p. 57-118, 2014.

Mbemb, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições, São Paulo, p. 80, 2018.

Mendes, Áquilas; Carnuto, Leonardo; Melo, Mariana. Continuum de desmontes da saúde pública na crise do covid-19: o neofascismo de Bolsonaro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-13, 2023.

Nascimento, Adbias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Perspectiva, São Paulo, ed. 1, 2016.

Onocko-Campos, Rosana Teresa. Saúde Mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Campinas, v. 35, n. 11, p. 5, 2019.

Preciado, Paul. **Manifesto contrassexual: políticas subversivas de identidade sexual**, N-1 edições, São Paulo, p. 223, 2014.

Pinto, Céli Regina Jardim. Dilma – uma mulher política. In: Rubim; Argolo (org). **O golpe na perspectiva de gênero**. Edufba, Salvador, (coleção cult), p. 186, 2018.

Teles, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianopolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.

Reis, Daniel Araújo. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Zahar, Rio de Janeiro, 2014.

Rubim, Linda; Argolo, Fernanda. Precisamos falar de gênero. In: Rubim; Argolo (org). **O golpe na perspectiva de gênero**. Edufba, Salvador, (coleção cult), p. 186, 2018.

Schwartz, Lilian Moritz.; Starling, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **The American Historical Review**, vol. 91, n. 5, 1986, pp. 1053-1075.

Scott, Joan. A evidência da experiência. **Critical Inquiry**, vol. 17, n. 4, 2012, pp. 773-

Seligmann-Silva, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Unicamp, Campinas, 2022.

Sevillano, Daniel Cantinelle. **Somos os filhos da revolução**: Estudantes, Movimentos Sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 206, 2010.

Silva, Cristiane Moreira; Rodrigues, Rafael Coelho. Pandemia de Covid-19 e sofrimento psíquico: alguns elementos para uma problematização do Brasil contemporâneo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 322-339, 2021.

Silva, Wanderson Vilton Nunes. A psicologia brasileira e a defesa da democracia: cenários de práticas no estado democrático de direito. IN: Bastos, Antônio Virgílio Bittencourt (org). **Quem faz a psicologia brasileira?** Um olhar sobre o presente. Conselho Federal de Psicologia, Brasil, v. 2, p. 288, 2022.

Silva, Wanderson Vilton Nunes da; Hüning, Simone Maria; Guareschi, Neuza. Da Vulnerabilidade como Condição de Saber nas Pesquisas em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e213073, 2020.

Silva, Wanderson Vilton Nunes da; Hüning, Simone Maria; Guareschi, Neuza. Indisciplinas e caminhos sururu na pesquisa urbana. In: Guareschi, Neuza; Carolina dos Reis; Oriana Holsbach. Hadler. Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa. 1ª ed. Florianópolis, SC: **ABRAPSO Editora**, p. 155-174, 2020.

Silva, Wanderson Vilton Nunes. **Territórios vulneráveis**: arquivos impróprios de uma memória em perigo. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 170, 2018.

Souza, Fernanda Andrade; Anjos, Pedro Germano dos. Mulheres, política e a (sub)representação feminina. **Revista Democrática**, Cuiabá, v. 9, p. 125-150, 2022.

Teles, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianopolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.

Vicente, Thales Alberto Fonseca; Kyrillos Neto, Fuad. Retorno dos Fantasmas: democracia tutelada e seus ecos na Reforma Psiquiátrica brasileira. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 22, n. 3, p. 13, 2022.